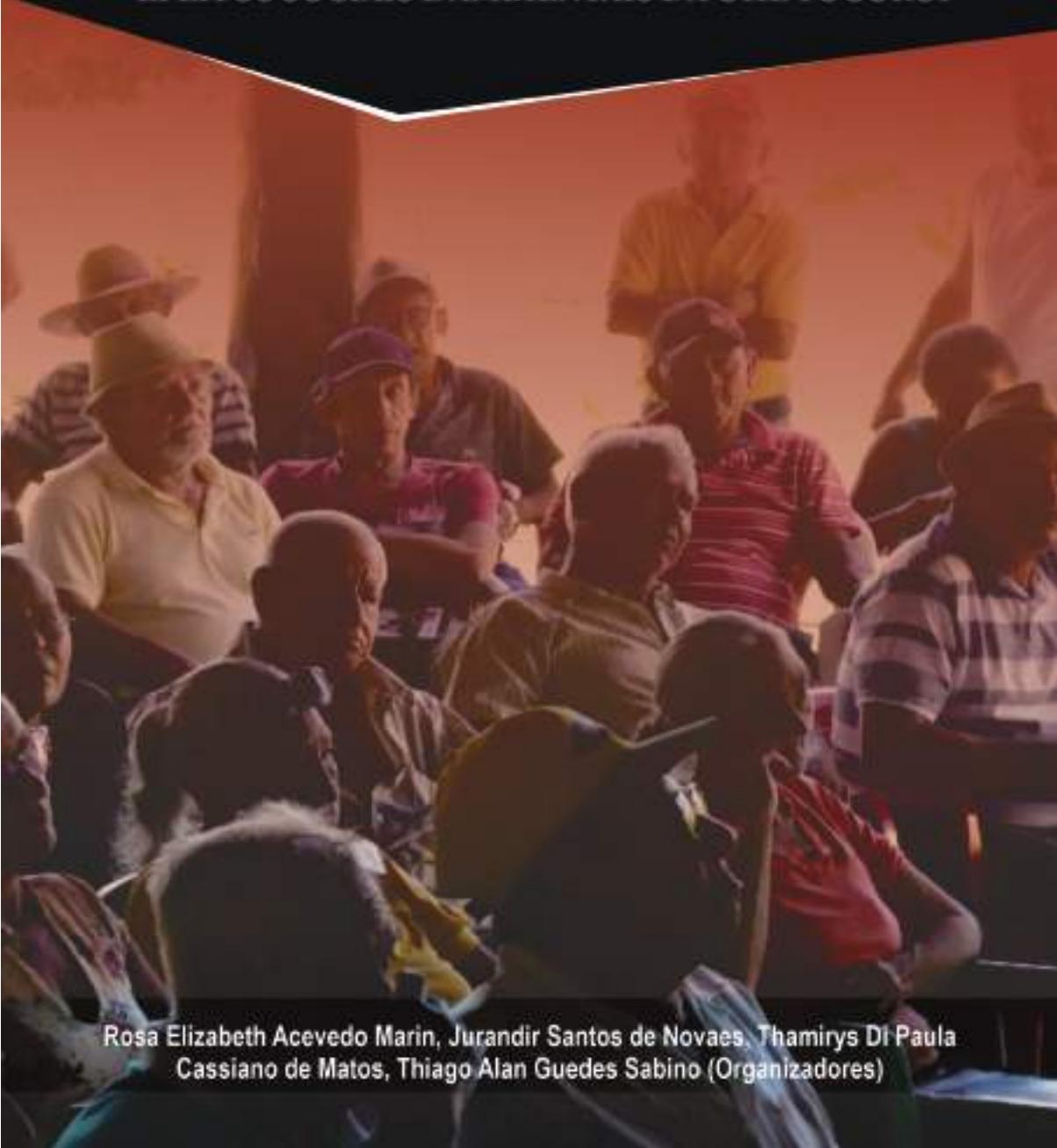


Tempos de DESTRUIÇÃO

NA CALHA DO RIO TOCANTINS: INCESSANTES
EFEITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA UHE TUCURUÍ



Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Jurandir Santos de Novaes, Thamirys Di Paula
Cassiano de Matos, Thiago Alan Guedes Sabino (Organizadores)

Se este livro apresenta, de forma peremptória, os discursos de agentes sociais e realiza, em cada página, um revir sobre as questões enunciadas por expropriadas, expropriados, deslocadas, deslocados, pescadores da jusante, da montante, moradores das ilhas, atingidos pela eclusa, extrativistas, ribeirinhos, agricultores, que identificam as suas vidas transformadas com as obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE Tucuruí, tal propósito somente é compreensível para afirmar que essas vidas foram tornadas - pela ELETRONORTE e por diversas ações jurídicas - quase detalhe de um mundo serial e inquisitorial.

A especificidade dos expropriados agricultores, pescadores e ribeirinhos à jusante e montante, de moradores das ilhas, deslocados pela eclusa é central na luta e nos processos de unificação que essas categorias operaram nesses 40 anos.

Afirma-se que na verdade, nenhum “impacto social”, “impacto ambiental” foi ou será aferido. Cada ação de planejamento e jurídica de “remanejamento”, “remoção”, “reassentamento”, “cadastramento”, “assentamento” está associada com violências física e simbólica e possui um lastro de conflitos sociais e ambientais não encarados como tal pelas empresas e pela burocracia do Estado.

Os discursos e atos de Estado têm modos e nuances, que somente por exercício de observação dessas diversas realidades concretas, conseguem ser explicitados e criticados à luz do que os agentes sociais referem como tempos de destruição, inteligível e carregado de enunciados de revolta, de resistências e de busca de direitos.

Esses temas foram relevantes nas oficinas realizada em Tucuruí e Itupiranga, quando os agentes sociais estabeleceram correlação entre os efeitos da hidrelétrica de Tucuruí já vivenciados, e aqueles identificados no âmbito da Dragagem do rio e Derrocamento do Pedral do Lourenção, na vila de Tauari, município de Itupiranga.

Outro tema destacado foi o licenciamento ambiental da UHE Tucuruí. Quais dispositivos são acionados pelo Estado em prol da legitimidade do funcionamento da UHE Tucuruí? A política de licenciamento ambiental é competência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará que forja uma ampla condescendência na qual as práticas institucionais, técnicas e discursivas do Estado produzem a concertação e harmonização em prol da empresa.

Equipe Editorial

Início das apresentações dos participantes na oficina de Tucuruí conduzida por Esmael Rodrigues Siqueira.





Participantes na Oficina de Cartografia realizada no auditório do Mesquita, cidade de Tucuruí, no dia 19 de junho de 2019.



Expropriados de Itupiranga reunidos para debater a UHE Tucuruí e o derrocamento do Pedral de Lourenço.





“Porto do II”, local de saída de canoas e barcos para o lago da UHE Tucuruí, ilhas e região à montante.



Tempos de **DESTRUIÇÃO** **NA CALHA DO RIO TOCANTINS**

incessantes efeitos sociais e ambientais da UHE Tucuruí

Rosa Elizabeth Acevedo Marin,
Jurandir Santos de Novaes,
Thamirys Di Paula Cassiano de Matos,
Thiago Alan Guedes Sabino
(Organizadores)

São Luís – Maranhão
2020

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil
Dina Picotti – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina
Henri Acselrad – IPPUR- UFRJ, Brasil
Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos
João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil
Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA, Brasil
José Sérgio Leite Lopes – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil
Aurélio Vianna Jr. – PPGCSMA – UEMA, Brasil
Sérgio Costa Jr. – LAI FU- Berlim, Alemanha
Heloisa Bertol Domingues – MAST, Brasil
Luiz Antonio de Castro Santos – UERJ, Brasil
Alfredo Wagner Berno de Almeida – CESTU/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro - Universidad de Santiago de Chile - Chile
Claudia Patricia Puerta Silva - Universidad de Antioquia - Colombia
Zulay Poggi - Centro de Estudios del Desarrollo - CENDES, Universidad
Central de Venezuela - Venezuela
Maria Backhouse - Universidade de Jena - Alemanha
Jesús Alfonso Flores López - Universidad Autónoma de Occidente – Colombia
Roberto Maligheti - Università degli Studi de Milano-Bicocca - Itália

Cada um ao reconhecer na luta do outro uma parte de sua própria luta reconstrói sua trajetória histórica, repensa a sua “origem” e propicia o lastro indispensável para a coesão imprescindível a uma ação política concreta. Estes agentes sociais agudamente conscientes de si mesmos e ombreados numa ação transformadora, ao repensarem sua história, percebem-se como compondo circunstancialmente um todo, mobilizados em torno de um propósito aproximado e de uma mesma forma de luta. Acham-se investidos de uma posição de legitimidade face ao próprio grupo, que se desdobra na condição de narradores das trajetórias coletivas, reunindo atributos que se projetam para além do presente. Mostram-se, neste sentido, profundos conhecedores das particularidades ecológicas e geográficas, exímios artífices de paisagens, perquirindo realidades localizadas e esboçando caminhos entre acidentes naturais e artificiais topograficamente inimagináveis. Articulam uma combinação entre este conhecimento peculiar, ao mesmo tempo geográfico e ambiental, e uma ação política formulada em termos de identidade, indissociável de fatores econômicos. Ao fazê-lo refletem a toda prova uma “nova descrição”. Expressam ademais uma consciência de sua diferença e da singularidade de seus interesses em flagrante contradição com aqueles de seus antagonistas históricos.

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e
politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA.
A.W.; FARIAS JUNIOR, E.A. Povos e Comunidades
Tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA
Edições, 2013, pg.157-158.

Edição:

Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Jurandir Santos de Novaes, Thamirys Di Paula Cassiano de Matos, Thiago Alan Guedes Sabino.

Equipe de Pesquisa:

Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Jurandir Santos de Novaes, Thamirys Di Paula Cassiano de Matos, Thiago Alan Guedes Sabino, Shirley Cirino da Silva.

Pesquisadores colaboradores:

Selma Solange Monteiro (NAEA/UFPA), Maria Fantinato Geo Siqueira (University of Columbia), Orielson Costa de Leão (APPATUR), Esmael Rodrigues Siqueira (APPATUR), Jailson Garcia Rodrigues (APPATUR).

Fotografia:

Maria Fantinato Geo Siqueira, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Jurandir Santos de Novaes, Thamirys Di Paula Cassiano de Mato, Thiago Alan Guedes Sabino; Shirley Cirino da Silva, Orielson Costa de Leão.

Transcrição:

Thamirys Di Paula Cassiano de Matos; Thiago Alan Guedes Sabino

Revisão: Eliana Teles

Cartografia: Thiago Alan Guedes Sabino

Foto de capa: Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Projeto Gráfico: Silvia Regina dos Santos Diniz Moraes

Ficha catalográfica

M337t

Marin, Rosa Elizabeth Acevedo.

Tempos de destruição na calha do Rio Tocantins: incessantes efeitos sociais e ambientais da UHE Tucuruí / Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Jurandir Santos Novaes, Thamirys Di Paula Cassiano de Matos, Thiago Alan Guedes Sabino (organizadores). – São Luís: EDUEMA, 2020.

92 p.: il.

ISBN

1. Expropriados. 2. UHE Tucuruí. 3. Efeitos Sociais Ambientais. 4. Destruição.

I. Título

CDU 316.48:[504:621.311.21](811.5)

PROJETO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO, MINERAÇÃO E
DESIGUALDADES: CARTOGRAFIA SOCIAL DOS CONFLITOS QUE
ATINGEM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA
E NO CERRADO/ NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

SUMÁRIO

• Siglas e abreviaturas	12
• Lista de figuras	13
• Introdução	16
Capítulo I	34
• Expropriados da região de Tucuruí: situações limites provocadas pela intervenção da Eletronorte	34
• Expropriados de Itupiranga descrevem situações com a hidrelétrica de Tucuruí e com o derrocamento do Pedral do Lourenção	50
Capítulo II	59
• Situações recorrentes de perdas na região das ilhas do lago da UHE- TUCURUÍ, eclusas e ameaças com a Hidrovia Tocantins-Araguaia	59
Capítulo III	75
• Atingidos pela construção das eclusas da UHE TUCURUI	75
Capítulo IV	84
• Discursos sobre a Hidrovia Tocantins-Araguaia - Baião, julho 2019	84

SIGLAS E ABREVIATURAS

APOVO – Associação das Populações Organizadas Vítimas das Obras no Rio Tocantins e Adjacências

APPATUR – Associação dos Pescadores, Piscicultores e Aquicultores de Tucuruí e Região

CLUA - Climate and Land Use Alliance

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte S.A

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A

FACECON – Faculdade de Ciências Econômicas

FGE0 – Faculdade de Geografia e Cartografia

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICSA – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFPA – Universidade Federal do Pará

UHE – Usina Hidrelétrica

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

LISTA DE FIGURAS

Quadro: Relação de condicionantes com os prazos limites para cumprimento.

Grupo de Trabalho Expropriadas, Expropriados, Desapropriadas e Desapropriados da UHE Tucuruí.

Narrativa sobre o tempo de fartura, Itupiranga.

Croqui elaborado por Carmerindo Santana dos Santos, que mostra as perdas com o processo de desapropriação.

Croqui elaborado por Maria das Virgens dos Santos Sacramento, que mostra as perdas com o processo de desapropriação.

Croquis elaborados por Cineide Gomes dos Santos, expropriada em referência ao processo de Everaldo Santana dos Santos, seu pai, expropriado, que mostra as perdas com o processo de desapropriação.

Francisca Soares da Silva carrega consigo esperança e legalidade em documentos guardados, cuidadosamente por mais de 30 anos, mesmo após a morte do seu marido.

Documentos apresentados livremente pelos agentes reunidos na oficina.

Croqui da Estrada de Ferro Tocantins, elaborado por Maria Ribeiro da Costa Coutinho. Itupiranga.

Croqui elaborado por Juvenal Ribeiro dos Santos, que mostra as perdas ocasionadas com o processo de desapropriação.

Maria da Misericórdia de Lima, expropriada, registra em croqui a sua trajetória de perdas.

Maria Aparecida Mendes da Silva apresenta croqui onde registra perdas com o processo de desapropriação.

Apresentação do croqui que mostra os efeitos do Derrocamento do Pedral do Lourenção.

Croqui elaborado por expropriadas e expropriados, onde destacam os efeitos com a implantação da Hidrovia do Tocantins-Araguaia.

Expropriados elaboram os croquis durante a oficina de cartografia.

Mapa Expropriados, Pescadores, Extrativistas, Ribeirinhos e Agricultores na Calha do Rio Tocantins, atingidos pela UHE Tucuruí e Hidrovia Araguaia-Tocantins, no trecho de Marabá á Baião – PA. (2019).

Mapa Tempo de fartura sob ameaça de megaempreendimentos logísticos, energéticos e agropecuários na Calha do Rio Tocantins, Estado do Pará (2019).

Croqui elaborado por Cleonice Almeida, expropriada.

Maria Oneide Mendes da Silva, expropriada do Bacuri e da Cota 74 fez o desenho de suas moradias e benfeitorias.

Casa na ilha, submersa pela elevação da cota do lago de Tucuruí. Roça de mandioca aberta na parte superior da ilha Santa Maria, região Cajazeiras. Mandioca colhida na Ilha Santa Maria.

Água com “lodo” que se expande em grandes áreas do lago e ilhas da UHE Tucuruí, 2019.

Croqui elaborado por Naídes Alves Sacramento, expropriada pela cota 74. Ilha Madalena.

Termo de Autorização de Uso concedido pela SPU a Pedro da Cruz Silva.

Avanço da água sobre plantações e casas nas ilhas, na Região Cajazeiras, sob efeito da elevação da cota do lago da UHE Tucuruí.

Croqui da casa de Irene Alves Rodrigues localizada na ilha das Flores - FUNAI.

Ponto em construção para a instalação de placas de energia solar em uma ilha na Região de Cajazeira. Energia a ser paga pelos moradores, que não contam com energia elétrica em nenhuma das ilhas do lago da UHE Tucuruí.

Pastor Jailson Garcia Rodrigues relata a destruição pela elevação da cota do lago.

Elias Gomes e Eliseu do Espírito Santo, moradores na Resex Ipaú-Anilzinho, elaboram croqui a partir das suas vivências.

Na Mesa de Debate do dia 20 de junho de 2019 participaram Maria do Carmo Correia (do Povo das Ilhas), Edilene Ramos da Silva (Representante da eclusa, segunda tesoureira da APATTUR), José Crecino (de Repartimento Velho), Juvenal Ribeiro dos Santos (APPATUR) Maria Raimunda Dias (moradora de uma ilha no lago da UHE Tucuruí), pastor Jailson Rodrigues (Ilhas de Tucuruí), Eliseu do Espírito Santos e Elias Gomes (Resex Ipaú- Anilzinho)

Cerca de isolamento da eclusa do bairro Velha Matinha; Canal da Eclusa, vista do bairro Nova Matinha (trabalho de campo da equipe de pesquisa, Tucuruí, junho de 2013).

Croqui elaborado por Claudiomilson Estumano, expropriado pela eclusa.

Grupo de Trabalho debate os efeitos da eclusa e elabora o croqui a partir das situações mencionadas relativas às unidades familiares.

Edilene Gomes, expropriada pela eclusa.

No grupo dos expropriados pelas eclusas da UHE Tucuruí foi feita a leitura do mapa inserido no Caderno Nova Cartografia intitulado *Atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí. (2014)*

Pessoas aguardando início da audiência pública convocada pelo DNIT.

Pescadores de Baião presentes na audiência pública coordenada pelo IBAMA e DNIT.

Pequeno grupo de pessoas permaneceu até o final da audiência.

O cronometro provocou indignação daqueles para quem teve controlado o tempo de fala. Audiência com dezenas de participantes teve atraso para iniciar.

INTRODUÇÃO

Meu nome é Valdilei, estou representando a minha mãe e o número do processo é 10.300.

Bom dia, meu nome é João da Cunha Brilhante, sou ex-apropriado. O número do meu processo é 0035, morava na margem direita do Rio Tocantins e minha residência era num local chamado Bairro Direito.

Se este livro apresenta, de forma peremptória, os discursos de agentes sociais e realiza, em cada página, um revir sobre as questões enunciadas por expropriadas, expropriados, deslocadas, deslocados, pescadores da jusante, da montante, moradores das ilhas, atingidos pela eclusa, extrativistas, ribeirinhos, agricultores, que identificam as suas vidas transformadas com as obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE Tucuruí, tal propósito somente é compreensível para afirmar que essas vidas foram tornadas - pela ELETRONORTE e por diversas ações jurídicas - quase detalhe de um mundo serial e inquisitorial. São somente números de processos atribuídos para admitirem por força de sua mobilização política, um reconhecimento, sempre incompleto, sempre como não verdade, em instâncias e respectivos pleitos nos quais são classificados – ou não como “impactados”.

Diferente de diversos relatórios, livros autorais, teses, artigos e diversos pronunciamentos que generalizam os “impactos”, aqui busca-se evidenciar os discursos que correspondem aos processos reivindicativos e de politização das situações vivenciadas pelos dos agentes sociais.

Também sobre as mobilizações sociais, organizações e ações jurídicas encontram-se análises apreciáveis que dimensionam os eixos das violências das desapropriações, das indenizações, dos remanejamentos e dos deslocamentos com uso da força. Nesse horizonte de direitos (territoriais, étnicos, ambientais, sociais, políticos, humanos) não reconhecidos pela empresa ELETRONORTE, concessionária de serviço público de energia elétrica, com controle direto pela ELETROBRÁS parece insensurável.

¹ Entende-se estar diante de discursos e apreendemos o significado elaborado por Foucault: “O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si”. FOUCAULT, Michel. A Ordem do discurso. São Paulo, Editora Loyola, 1996. P. 49.

A motivação para reunir, proceder a colidir, transcrever e organizar esses discursos segue enunciados acadêmicos. Contudo, admite-se o caráter peculiar desse trabalho, pois parte da convicção de que a força dos discursos sobre experiências individuais e coletivas em tempos de destruição não é suscetível, nem é hábil a interpretações, posto que a realidade escapa. É quase imperativo evitar reduzir essas experiências a noções que riscam de ser curtas e movediças, diante aquilo para o qual poucas palavras as descrevem cabalmente. De que ordem é a situação de submetidos a danos que expropriados, deslocados, remanejados, assentados, indenizados pela construção da UHE Tucuruí passaram a viver? As condições que favoreceram as formas de “grandes misérias”, de “pequenas misérias” - na expressão utilizada por Pierre Bourdieu encontram-se escancaradas, assim como a violência das estruturas econômicas e sociais que transformaram os modos de vida, a vida cotidiana, a convivência com o rio, o trabalho na terra. Essas experiências vividas e percebidas por esses grupos expõem os inúmeros sofrimentos.

Neste texto chama-se atenção aos efeitos sociais e ambientais incessantes que resultam desse tipo de intervenção do Estado. A noção de efeitos sociais trazida pela antropóloga Lygia Sigaud nos estudos sobre a construção das barragens de Sobradinho, na Bahia e Machadinho, em Santa Catarina, enfatiza a relevância das denominadas “mudanças na estrutura das relações sociais”, e coloca em questão se há possibilidade de que os impactos tenham uma temporalidade definida. De acordo com a autora: *procurar-se-á pensar os efeitos a partir de outros parâmetros teóricos, incorporando as dimensões políticas e estruturais na análise* (SIGAUD, 1986, p. 6).

De forma aproximada, nessas duas décadas, as pesquisas novas acompanham os diversos estudos sobre os efeitos sociais e ambientais nas hidrelétricas construídas nos estados de Amazonas e Rondônia. No Estado do Pará houve ampliação destas obras de infraestrutura energética com a UHE Belo Monte, o chamado Complexo de São Luiz do Tapajós e o de Teles Pires, além de novas intervenções em Tucuruí, no Pará, com a construção das eclusas e a chamada segunda etapa da UHE Tucuruí.

Na década de oitenta, iniciou a longa intervenção no leito do rio Tocantins, alvo da política energética que começou com a UHE Tucuruí para disponibilizar energia aos projetos de mineração energívoros. Assim, conectados esses megaprojetos ampliam, aprofundam e reverberam efeitos sociais e ambientais, com aspectos variáveis que precisam ser expostos em sua dimensão temporal e política. Os discursos e atos de Estado têm modos e nuances, que somente por exercício de observação dessas diversas realidades concretas, conseguem ser explicitados e criticados à luz do que os agentes sociais referem como tempos de destruição, inteligível e carregado de enunciados de revolta, de resistências e de busca de direitos.

² BOURDIEU, Pierre (coord.). A miséria do mundo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

³ SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: Museu Nacional UFRJ, 1986.

A linguagem do direito, ética e justiça, que impregna os discursos dos agentes sociais compilados e transcritos neste corpo textual estão referidos ao posicionamento de evitar que o (um) discurso acadêmico se assenhore dos ditos pelos agentes para construir o discurso de sua verdade.

O rio Tocantins possui praticamente um único significado para as disciplinas exatas - engenharias, geologia, hidrologia, geografia física e para as disciplinas aplicadas, citando os argumentos de setores da economia e da comunicação social que o classificam como o segundo maior rio do Brasil, com extensão de 2416 km, compondo a maior bacia hidrográfica (803.250 km²). De forma veemente sublinham a sua relevância no planejamento energético e econômico, dimensionada por seu potencial energético instalado, superior a 10 500 megawatts. Assim, sinaliza-se que a UHE Tucuruí corresponde a uma potência instalada de 8.370 MW, acrescentada pelos mais MWs das seis outras hidrelétricas que barraram o mencionado rio.

Fato comparável com o rio São Francisco barrado com a instalação do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, das UHE Sobradinho, Itaparica, Xingó e Três Marias. Somente sobre a UHE Sobradinho é registrado que desalojou 12 mil famílias ou 72.000 pessoas. Qual é a extensão das operações de danificação dos territórios de pescadores, agricultores, vazanteiros, roceiros ao longo do rio São Francisco? É tarefa impossível e, sobretudo, resulta inexato pretender aferir os danos, as perdas e as modificações que revelam a destruição dos biomas.

De acordo com registros diversos, as sete UHEs construídas no leito do rio Tocantins “impactaram” a vida de 14.520 famílias, abrangendo os segmentos Baixo, Médio e Alto nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Goiás. Todavia, esses números não resultam confiáveis, pois são retirados dos EIA/RIMA, com apontadas inconsistências. Assim, são invariavelmente menores dos narrados pelos agentes sociais, suas organizações e o Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, junto com Sindicatos e o Movimento dos Atingidos por Barragens divulgados ao longo desses anos.

⁴ Ver SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 10(1):131-163, 2004

⁵ Castro (2017) lista os sete empreendimentos hidrelétricos instalados no rio Tocantins A UHE de Tucuruí (Pará) baixo Tocantins, inaugurada em 1984. Inundou 2.875km² de área atingindo um total de 4.407 famílias. A UHE de Serra da Mesa (GO), no alto Tocantins, instalada mais de dez anos depois. Entrou em funcionamento em 1998, produzindo uma potência de 1.275 MW. “Inundou uma área de 1.784 km² comprometendo os modos de vida de 1.800 famílias. A UHE Luís Eduardo Magalhães, mais citada como barragem de Lajeado (TO) possui um reservatório de 750 Km e foi inaugurada em 2001, impactou 4.777 famílias, e mais 610 não reconhecidas como impactadas. A UHE Cana Brava (GO) com 471,6 MW. Seu reservatório inundou 138,7 km² de área, impactando a vida de mais de 900 famílias. A barragem Peixe-Angical (TO), inaugurada em 2006, inundou 294 km² de área e no EIA/RIMA calculam-se 223 famílias atingidas. A UHE de São Salvador (TO), área inundada, 603 famílias foram atingidas. A UHE de Estreito (TO/MA), impactou 1.200 famílias. CASTRO, Vonínio Brito. A chegada das barragens e as transições nos modos de vida de vazanteiros-pescadores do Médio Rio Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. PPGA/UFPA. Belém, Pará, 2017. (p. 161). A construção da UHE de Estreito foi concluída em 2010. Esta é controlada pela CESTE (propriedade das empresas Engie, Vale, Alcoa e InterCement) que desalojou vazanteiros, pescadores, extrativistas, barraqueiros e ribeirinhos enquanto os conflitos sociais são revigorados por ordens jurídicas e violência policial.

O que está sendo definido como “impacto socioambiental” possui um elevado grau de abrangência e generalização, com risco de perder de vista as situações sociais e econômicas específicas de categoriais sociais.

Pesquisas realizadas na “região de Tucuruí” destacam os “expropriados” como categoria política que se constrói ao longo de experiências de mobilizações sociais. Em ações de despejo, remanejamento, assentamento e reassentamento iniciais não se localiza, a designação de expropriados; esta é a categoria política acionada pelos movimentos e organizações sociais. O reconhecimento da condição de “expropriados”, pela ELETRONORTE, representou admitir a verdade que nascia dos agentes sociais. Em junho de 2002, em documento de “Contestação”, relativo ao Processo 2001.39.01.1067-6, que tem como autora Maria Alves da Costa, a ELETRONORTE afirma na página 9: “Em resumo, o Programa de desapropriações e relocações adotado consistiu em pagar aos **expropriados** (grifo nosso) a justa indenização pelas benfeitorias e direitos de propriedade da terra...”. A designação também foi institucionalizada no PROSET - Programa Social para os Expropriados de Tucuruí, 2004; este programa oficial da ELETRONORTE já os designa como expropriados no seu título. Novamente, em correspondência identificada como CE-EEM-0299/2015, de 02 de junho de 2015, expedida de Brasília ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Pará, relativo ao Inquérito Civil - IC- 1.23.003.000238/2018-55-PROSET, a ELETRONORTE/Eletronorte afirma no item 1: “Os expropriados (grifo nosso) cadastrados pela Eletronorte junto ao Programa Social dos Expropriados da Primeira Etapa da UHE Tucuruí, que preencheram os requisitos necessários à participação no referido Programa Social perfazem um total de 2.343 beneficiários”. Neste documento há um histórico de constituição de duas Comissões interministeriais. Sobre a segunda comissão, de 1991, a ELETRONORTE destaca, na página 18, da CONTESTAÇÃO: “Não obstante, a Comissão Interministerial decidiu que o pagamento dos “126 expropriados restantes” deveria ser feito. Com essa sentença, os reconhece como referidos à primeira etapa, embora não possamos precisar quando essa denominação teve seu reconhecimento pela empresa, no processo identitário. Reitera-se ainda essa designação no documento do MPF-PA em 2016, que assumiu a atribuição como expropriados na Ação movida pela APOVO (Associação das Populações Organizadas Vítimas das Obras no Rio Tocantins e Adjacências).

O movimento dos expropriados realizou pressão, inclusive pela via legal - Ação Civil Pública nº 1.23.001.000238/2010-55 (MPF, 2015), quando procedeu a denunciar irregularidades ao Ministério Público Estadual e, posteriormente, ao Ministério Público Federal. As investigações de que R\$ 39,9 milhões anunciados em 2004 para o denominado Programa Social para os Expropriados de Tucuruí (PROSET) conduziram a que 2.343 (de um total de 5.700) expropriados aderiram às cooperativas criadas pela ELETRONORTE como participantes do PROSET

⁶ Em 1981, a ELETRONORTE admitiu que a barragem deslocou cerca de 32.000 pessoas - camponeses, ribeirinhos e pescadores que foram expulsas de suas terras, além de povos indígenas - Asurini, Gavião, Suruí, Parakanã, Xikrin, Guajará e Krikati. FEARNSSIDE, Philip M. Impactos sociais da hidrelétrica de Tucuruí. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Manaus, 2002. Disponível em: <http://goo.gl/MT6ctM> Acesso em 04/04/2020.

(ELETRONORTE, 2009), obtendo o valor em torno de 5 mil para cada expropriado. Este inquérito aponta: “os danos causados aos expropriados da primeira etapa da usina não pararam de aumentar com o lançamento do PROSET”. De acordo com a nota elaborada pela Assessoria de Comunicação do MPF/PA, em 2016, mesmo o valor reduzido do programa não foi investido em sua totalidade em proveito dos impactados, pois a parcela que foi investida em cooperativas foi mal utilizada, já que os expropriados, em sua maioria, eram idosos e não puderam propulsionar o empreendimento, que fracassou.

A especificidade dos expropriados agricultores, pescadores e ribeirinhos à jusante e montante, de moradores das ilhas, deslocados pela eclusa é central na luta e nos processos de unificação que essas categoriais operaram nesses 40 anos, como ocorreu com os acampamentos organizados em 2003 e 2004.

Afirma-se que na verdade, nenhum “impacto social”, “impacto ambiental” foi ou será aferido. Cada ação de planejamento e jurídica de “remanejamento”, “remoção”, “reassentamento”, “cadastramento”, “assentamento” está associada com violências física e simbólica e possui um lastro de conflitos sociais e ambientais não encarados como tal pelas empresas e pela burocracia do Estado.

As mobilizações sociais, as revoltas, as antigas e novas reivindicações por direitos de grupos sociais são tornadas políticas mitigadoras, compensatórias e negociadas à força, inclusive, utilizam-se da desistência e desesperança de muitos, e também, frequentemente de meios de convencimento com rupturas internas políticas em suas organizações sociais e de fragilização de lideranças. Trata-se de situar os sujeitos políticos, entendo que estes se constroem no litígio entre uma racionalidade que quebra o consenso que o Estado tenta impor acerca dos efeitos, restritos apenas no passado. Novaes e Acevedo (2015) adotam a perspectiva de Rancière (1996) sobre a racionalidade do dissenso, que mantém viva a realidade social de Tucuruí e frisam sobre os expropriados: “são os não contados que se fazem contar pelas suas próprias manifestações, conformadas em estratégias que retiram os expropriados da anulação” fundamentalmente pelas formas organizativas forjadas em processos longos de resistência.

Na Amazônia, em uma temporalidade de cinco, seis décadas, foi antevista o que estamos hoje falando de crise ambiental, portanto, antecede a este tempo presente. Essa dimensão temporal precisa ser revista com essa

⁷ Da enumeração feita pela FIOCRUZ constam: “Impactos Socioambientais: Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, Contaminação ou intoxicação por substâncias nocivas, Desmatamento e/ou queimada, Falta de saneamento básico, Favelização, Incêndios e/ou queimadas, Mudanças climáticas, Poluição atmosférica, Poluição de recurso hídrico, Poluição do solo. Danos à Saúde: Alcoolismo, Doenças não transmissíveis ou crônicas, Falta de atendimento médico, piora na qualidade de vida, Violência - ameaça, Violência - assassinato, Violência - coação física” conseqüente-se compreender o argumento aqui exposto

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pa-atingidos-por-barragens-indigenas-quilombolas-e-comunidades-tradicionais-de-tucuruí-lutam-por-seus-direitos>. Acesso em 04/04/2020.

⁸ Destacam-se rupturas nas organizações cujo saldo positivo fica reservado à ELETRONORTE. Nessa quase uma década esse capítulo das divisões no interior das organizações verifica-se com o MAB, com APOVO, e rearticulações surgindo, a APPATUR

antevisão que se encontra em discursos, em manifestos de associações, sindicatos, movimentos sociais e em teses, dissertações, artigos, livros, vídeos, nos quais conferem-se os denominados “impactos” não “avaliados”, aferidos com rigor precisamente pelo Estado, que beneficiou somente os grupos empresariais. No escavar dos discursos dos agentes sociais sabemos que muitos foram desconsiderados, silenciados e a maioria, reprimidos.

A afirmação de que nenhum “impacto ambiental” foi aferido não tem contraditório. Evidenciam-se o desmatamento às margens do rio Tocantins, a derrubada da floresta, o corte das castanheiras¹⁰, o desaparecimento de espécies e redução de peixes; o assoreamento e a contaminação de igarapés, a redução da produção agrícola e extrativa. Com isso, uma longa lista de crimes ambientais reconhecidos a partir da Constituição de 1988, foram ignorados. O que ocorre é ter sido obnubilado o ambiental que se acentuou e teve a propriedade de criar, ampliar e intensificar conflitos socioambientais que já estavam postos e não foram avaliados. No rio Tocantins, e ocorre igual nos outros rios com hidrelétricas, a oscilação do nível das águas pelo controle da vazão das barragens, provoca danos ambientais não conferidos. As secas e a redução da vazão do rio interferem na ictiofauna, levando a dificuldades incontornáveis pelos pescadores.

O discurso regrado dos relatórios, a propósito do desmatamento na “região hidrográfica do Tocantins – Araguaia” refere-se à transformação antrópica que tem provocado grandes perdas de biodiversidade:

O desmatamento provocado pela exploração agropecuária e outras ações antrópicas, demonstravam interferência relativamente moderada até aproximadamente o início da década de 1970, ganhando intensidade com o desenvolvimento de projetos como a rodovia Belém-Brasília, a represa de Tucuruí e outros aproveitamentos hidrelétricos, o projeto hidroagrícola do rio Formoso e com a expansão das atividades agropecuárias e de mineração e siderurgia em Marabá, sem desconsiderar a criação do Estado de Tocantins, que representou um forte estímulo político-econômico neste processo¹¹.

Neste, o sujeito da ação ambiental¹² é elidido. Mais adiante é inserida uma série histórica de desmatamento entre 1997 e 2004 que corresponde a 18,3% de sua área total, 918.279 km², segundo dados do Projeto Prodes-INPE/MCT¹³.

¹⁰ As observações de viajantes, ao longo do rio Tocantins, descrevem a maior concentração de castanheiras no vale do Médio e Baixo Tocantins e seus afluentes.

¹¹ Caderno da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 2006. P. 44.

¹² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Antropologia dos Archivos da Amazônia. Rio de Janeiro, Casa 8, Fundação da Universidade do Amazonas, 2008. (p. 19-41).

¹³ Caderno da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia/Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 2006. P. 53.

Considera-se nesse texto que existe um passivo ambiental da Região: “efeitos podem vir a comprometer o aproveitamento dos recursos hídricos no futuro”. De forma deliberada, ignora a vida dos agentes sociais que foi mudada com os projetos energéticos, de mineração e refaz os discursos do potencial de desenvolvimento.

A evidência da não apreensão devida dos problemas sócio ambientais, gera tragédias que se agravam a passos rápidos. O desflorestamento da Amazônia foi mal avaliado no contexto dos conflitos de meio século, que se revelam, mesmo com a criação de assentamentos, de unidades de conservação, de promessas de pagamentos de indenizações. Estas ações são colocadas em debate pelos agentes sociais, face à subestimação do fator ambiental, que se consubstancia em efeitos derivados de uma ação governamental e levou a uma situação limite.

A situação agrava-se com a financeirização da questão ambiental, engendrada pelo processo de privatizações. Não tivesse sido a Vale privatizada, teria ocorrido o desastre em Brumadinho, em Minas Gerais ou o conflito em Jambuaçu, no Pará? Ou de forma prospectiva, o que se aprofundará em termos de ocorrências sobre a vida humana e os recursos ambientais como a anunciada privatização da ELETROBRÁS? A privatização teve o efeito de financeirizar a questão ambiental, ampliou o número de acionistas, bem como, as empresas se sentem mais seguras e os conflitos se intensificam os novos e os atualizados.

O que se observa além da intensidade expressiva da desesperança são muitos discursos de revolta dos “atingidos”¹⁴ por grandes projetos como a UHE Tucuruí; a transposição do rio Tocantins com a construção das eclusas; a duplicação da Estrada de Ferro da Vale; a Hidrovia Araguaia Tocantins, que apenas anunciada já tem existência na vida das comunidades; a UHE Marabá, uma nova hidrelétrica projetada também no Rio Tocantins, no Sudeste do Pará. O conflito como parte do cotidiano em décadas, vem para dentro do grupo familiar e há uma segunda e terceira geração de filhos, netos, bem como viúvas e viúvos, que carregam consigo processos inconclusos e portam a expectativa de justiça do ponto de vista do valor não atribuído aos seus bens, recursos de uma vida, que são incomensuráveis. Em grande parte, encontram-se submersos pelas águas do lago, ou sob controle da ELETRONORTE, que lhes retira ou impede o direito de permanência, seja pelas novas obras, ou por medidas de coerção, como ocorre no interior do lago. Isto denota que a ideia de mudança climática, de danos ambientais como problemática que já existia inscrita em conflitos sociais e ambientais relacionados à implantação de projetos de infraestrutura energética, e da produção de energia dita “energia limpa”.

¹⁴ Referem-se aqui os discursos do Payaré, que foi expulso da sua terra no início dos anos 80, em Tucuruí, exatamente no lugar onde está instalada a UHE Tucuruí. O cacique do povo Akrátikatêjê ingressou com uma ação judicial para obter uma nova terra. Consultar: MARIN, R.E.A. e NOVAES, J.S (orgs). Cacique do Povo Akrátikatêjê - Hôpryre Ronore Jopikti Payaré. Manaus: PNCSA/UEA Edições, 2018.

A UHE Tucuruí foi totalmente danosa à floresta pré-existente, que foi submersa, alagada em uma extensão de 2.483 km. Foi danosa geometricamente ao rio, aos animais, e à vida humana de mais de 70 mil pessoas sob o efeito de deslocamentos. Os discursos que compõem este livro conectam os discursos dos sofrimentos sociais com os discursos políticos dimensionando tempo, perdas, a imprevisibilidade e irreversibilidade dos eventos no rio Tocantins, com a construção da UHE Tucuruí. A edificação das usinas, a ampliação da capacidade de produção de energia na segunda etapa, o alagamento da floresta para formação do lago, e a construção das eclusas, destacam-se na política anunciada e programada pela ELETRONORTE sob o argumento de necessidade intrínseca e imperiosa do projeto, conforme explicitado pelos expropriados. Há descrições dos expropriados, como podem ser lidos neste livro, do passo a passo da chegada da ELETRONORTE em cada povoado, vila, estrada, em cada casa, dando destinação às terras aráveis, às espécies extrativas ou plantações, aos sítios, às roças, às águas do rio, à cada família e aos seus corpos como se fossem despossuídos de vontade.

Nesses discursos instigam a reprodução de conversas com técnicos da ELETRONORTE e de autoridade política local, que impõem seu desiderato de desalojamento, de valor de indenização, com atribuição de valores segundo uma tabela burocrática e sobre a qual não lhe é permitido opinar. São expostos os sucessivos deslocamentos, que remetem à noção de “refugiados do desenvolvimento” (ALMEIDA, 1996)¹⁵ ou “refugiados ambientais”, em associação aos processos naturalizados e destrutivos de vida, sob a égide de uma concepção de desenvolvimento. Ser deslocado da margem do rio para terras distantes deixando para trás mais do que traçados da memória é razão de sofrimento e de dispersão da família que teve sua estrutura social e produtiva destruída.

As mobilizações reivindicatórias na região de Tucuruí têm contribuído assim, para politizar uma situação que estaria no esquecimento, no passado. A pesquisa no âmbito do PNCSA acompanha a dinâmica das formas organizativas, que trazem à tona o conflito, o não consenso ou a não aceitação da decisão do outro sobre a sua vida, consoante ao que Rancière¹⁶ situa como o fundamento da política, a diferenciação, a luta por não ser o nada na comunidade política, tal como os expropriados não teriam existência, estariam no passado, sem direito à fala e portanto, como uma pauta não atual ou inexistente. Mas os expropriados inventam-se politicamente como presente enquanto lutam para fazer parte como diferentes, como atingidos, como expropriados, e assim se situam como parte do todo visível pelo conflito, pela política, pelo princípio não consensual que a define.

¹⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e as ideologias da modernização. Travessia, p. 30-35, maio/ago., 1996.

¹⁶ RANCIÈRE, Jacques. O Disenso. In: NOVAES, Adauto. A crise da Razão. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. P. 367-382.

Discursos e construção da etnografia das unidades sociais

Desde a década de noventa identificam-se com maior ênfase trabalhos de pesquisa que acompanham a dinâmica das formas organizativas que vão sendo forjadas na luta, noção de Max Weber aqui acionada¹⁷, no confronto de interesses engendrados pelas obras da UHE Tucuruí. E na trilha destes novos projetos, que foram e são suscitadas as lutas e batalhas de décadas de expropriadas, expropriados, desapropriadas, desapropriados.

No relativo às pesquisas realizadas na “região de Tucuruí”, destacam-se trabalhos da década de noventa, retomados em 2013-2014 e a organização de novas oficinas em 2019. Coincidentemente, nos anos 2013-2014 e em 2019, as atividades foram realizadas no auditório do “Mesquita”, na cidade de Tucuruí. Este espaço pode ter capacidade para trezentas pessoas.

Em junho de 2019, mais de cento e sessenta (160) pessoas estavam ali reunidas, com a posição de manifestar publicamente revoltas e reivindicações coletivas. Observe-se que a referência a este número não é igual ao registro de cada pessoa, cada indivíduo. A individualidade, entra em suspeição quando cada situação relatada apela para unidades sociais, seja a família, o povoado, o lugar, o bairro ou a vila de onde foram deslocados.

Esse sentido de uma rede de relações sociais e solidariedades estava exposto na comunicação que os orientou e os coordenou para vir ao Mesquita, trazendo bananas, laranjas, melancias, tangerinas, mangas, café, leite, bolo, sucos, refrigerantes, para dar, receber e retribuir entre todos durante a reunião. Esses detalhamentos têm interesse em frisar a unidade de interesses, a organização interna e sentido da ação política de estarem ali atentos e ativos na oficina para compartilhar experiências de sofrimentos, criticar, propor e “agradecer a Deus”, como invocaram confiantes e esperançados.

A noção de campo e de trabalho de campo é pensada nos diversos lugares descritos e percorridos - cidade, bairro, ilha, porto, roçado, também no plural e polifônico dos que participaram, no auto-organizativo e no participativo, fora de qualquer pretensão de controle por parte das pesquisadoras. Tem-se a ideia de uma “etnografia coletiva narrada” na visão que imprime Lygia Sigaud, de acordo com a leitura feita por José Sergio Leite Lopes¹⁹.

¹⁷ WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. IN: WEBER, Max. Economia e sociedade. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

¹⁸ Destacamos essa capacidade de organização que esteve presente nos acampamentos e que é retomada em inúmeros eventos que eles têm feito presença, deslocando-se inclusive de lugares distantes, como ocorre com os moradores das ilhas. Tivemos a informação para participar da oficina mediante divulgação através de associações, sindicatos e contou com a colaboração de rádio.

¹⁹ Lopes explicita “etnografia coletiva narrada é uma experiência coletiva, seus diferentes membros individuais terão necessariamente variados pontos de vista sobre esta experiência comum (ou até o mesmo indivíduo, em tempos retrospectivos diversos)”. LOPES, José Sérgio Leite. A “ponta do navio”: em busca da trajetória de Lygia Sigaud. Mana, 15 (1). Abril, 2009, p. 267.

O ato das apresentações de pelo menos 160 pessoas, que se autodenominaram de expropriadas, expropriados, desapropriados, desapropriadas, atingidos, atingidos da eclusa, atingidos da cota, pescadores, extrativistas, moradores nas ilhas, moradores na cidade – assinaram lista e aceitaram ter seu registro fotográfico remetem a diversas observações: os rostos com suas marcas e idades; a coragem ou insegurança de uso do microfone; os tons de voz e olhar; a alegria de muitos que parecia advir de um sentimento de adesão coletiva. Não pode ser descrita a ansiedade de narrar, os silêncios, os aplausos, a gesticulação. Essa sessão foi registrada em mais de 250 fotografias feitas pela equipe de pesquisa²⁰. Esse conjunto de fotos revela mais de uma geração que expõe a necessidade de expressar suas reivindicações e exigência de direitos, que consideram não respeitados pela ELETRONORTE.

A segunda sessão se organizou na forma de uma Mesa de debates e troca de informações sobre as diferentes situações. A terceira sessão correspondeu aos Grupos de Trabalho, finalizando com a apresentação dos resultados. A dinâmica da oficina foi organizada a partir de três Grupos de Trabalhos: Expropriados de Tucuruí; Moradores da Região das Ilhas do lago de Tucuruí; e Atingidos pela eclusa. Em cada grupo foram narradas situações específicas relativas ao processo de deslocamento e situações comuns, que para alguns agentes os inseria nos três grupos.

O que se observa é que há uma dinâmica espaço temporal nos deslocamentos, que não é linear e expressa a incongruência desse projeto desde o início, ao estimar de forma imprecisa a cota do lago, ao assentar famílias em terras secas, desprovidas de estradas, de água, de acesso ao rio, ou a ocorrência de eventos como a denominada “praga de mosquitos”, que assolou áreas na margem do lago logo após o reassentamento. Ocorreram eventos como a construção das eclusas nos anos 2000, que incidiram na vida de expropriados do início da construção da usina. O mesmo ocorre com outros que foram atingidos pelas condições objetivas, a buscar condições de viver, embora comparativamente impensáveis em termos das perdas que ficaram para trás.

Destaca-se que os grupos de trabalho, formados por ocasião da oficina como os atingidos pela construção da eclusa de Tucuruí relataram, em narrativa contínua, o que ocorreu com os modos de vida que desenvolviam e as perdas ocasionadas por essa obra. No processo de fala, quase ininterrupto, houve dificuldade de identificação de todos. Cada pessoa intervinha para mencionar quais as famílias que viviam nessa faixa de terra, o que plantavam, os distintos afazeres e as indenizações misérrimas propostas pela ELETRONORTE. A obra da eclusa deslocou famílias que viviam na beira do rio Tocantins, especialmente, no bairro Velha Matinha, na cidade de Tucuruí; ainda deslocou moradores das ilhas, desvinculou e impediu o acesso ao rio e destruiu o modo de vida, com sua diversidade de cultivos, pesca, artesanato, e suas sólidas relações de vizinhança, de trabalho, de lazer e de vida.

²⁰ As fotografias e os registros de áudio dessas apresentações, constam de um vídeo e uma cartilha em preparação, além de um robusto caderno de transcrições, que compõe a memória da pesquisa.

O debate em grupos foi direcionado por cada situação, nem sempre fácil de separar na história da expropriação. Por identificação política cada um fez opção. No grupo foram trocadas experiências, registros de memórias e a elaboração de croquis individuais e coletivos.

Em Tucuruí, no dia seguinte à oficina foi feita uma viagem à região das ilhas do lago de Tucuruí, registrando observações dos processos vivenciados pelos moradores na região de Caraipé e sub-região Cajazeiras Grande. Identificasse perda de condições de viver com segurança. Há parcelas do território das ilhas que são subtraídas pelo movimento do nível das águas, pela erosão, imprevisível aos moradores; o impedimento da pesca, a perda dos sítios, pequenas plantações e casas, e acima de tudo, um vazio de discussão e relação do Estado nesta região que compõe o Mosaico do Lago de Tucuruí.

Novas ameaças ao modo de vida - Hidrovia Tocantins-Araguaia

Nesse século, dois projetos de utilização das águas do rio Tocantins têm sido debatidos e reagendados pelo Estado. O primeiro propõe a transposição²¹ das águas do rio Tocantins para o rio São Francisco²²; o segundo projeto foi anunciado na década de sessenta e integra os rios Tocantins e Araguaia, através da construção de uma hidrovia, face às demandas de infraestrutura, logística de transporte para consolidar o corredor de transporte multimodal (hidro-rodó-ferroviário), Centro Norte para atender demandas do agronegócio e mineração. De conformidade com a legislação ambiental, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento “Dragagem e derrocamento da via navegável da hidrovia do rio Tocantins”, sob responsabilidade de execução pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) no trecho localizado entre Marabá e Baião, devia ser apresentado em audiências públicas nos municípios de Itupiranga, Nova Ipixuna, Tucuruí, Marabá e Baião, em trabalho coordenado pelo IBAMA - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

No decorrer da pesquisa de campo em Tucuruí, Itupiranga e Baião foi mencionado o calendário de audiências públicas. Diante das questões formuladas pelos agentes sociais sobre essa obra, que já estava pautada para o trabalho de pesquisa, foi decidido acompanhar pelo menos duas audiências, em Baião e Marabá. A presença da equipe de pesquisa em duas audiências permitiu arrolar informações e, sobretudo, registrar as posições levantadas por esses agentes durante esse evento; tentou-se acompanhar os desdobramentos, como ocorreu no quilombo em São José de Icatu. Expropriados, pescadores da jusante

²¹ CONSÓRCIO TECHNE-PROJETEC-BRLi Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - Eixo Leste; Projeto Executivo do Lote C / Relatório Final dos Projetos Executivos do Lote C – Volume 1. Recife: Consórcio TECHNE-PROJETEC-BRLi, 2015.

²² O projeto mobilizou protestos sobre a forma de condução da decisão. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, aprovou, sem prévio estudo de viabilidade técnica, econômica e sobretudo ambiental, a transposição das águas do rio Tocantins para o rio São Francisco. Este prevê um percurso de 733 km de interligação entre o Tocantins e o rio Preto, na Bahia, vinculado à bacia do São Francisco.

²³ A audiência pública foi divulgada com o título “Dragagem e derrocamento da via navegável da hidrovia do rio Tocantins”. Fonte. dnit.gov.br/noticias. Data de acesso em 5 de agosto de 2019.

e da montante, moradores das ilhas, estiveram nessas audiências e atualizaram o discurso dos tempos de destruição na calha do rio Tocantins com a hidrovía Tocantins-Araguaia.

Esses temas foram relevantes na oficina realizada em agosto 2019 na cidade de Itupiranga, quando os agentes sociais estabeleceram correlação entre os efeitos da hidrelétrica de Tucuruí já vivenciados, e aqueles identificados no âmbito da Dragagem do rio e Derrocamento do Pedral do Lourenção, na vila de Tauari, município de Itupiranga.

A audiência relativa à essa obra realizada em Baião, em 05 de julho, do mesmo modo, reporta à relação entre esta obra projetada e os efeitos da UHE Tucuruí que incidem nas suas vidas de forma permanente. O registro de discursos de quilombolas, pescadores, ribeirinhos; seus questionamentos e dúvidas, conforme registrado neste livro, não tiveram respostas pelas equipes técnicas, que assumindo postura de autoridade técnica mostrava impaciência e imprecisão reclamadas pelos presentes e um gesto de irrelevância das palavras e seus argumentos que eram atribuídos a “antidesenvolvimentismo” e “atraso”.

Licenciamento e legitimidade – uma questão

Decorridos 40 anos da construção da UHE de Tucuruí, a confirmação deste tempo de destruição impõe identificar as formas de assegurar a ilegitimidade ambiental da intervenção, isto é, os protocolos e normas desviados, a não observância de estudos sobre o que é reconhecido como impacto, a exemplo da erosão das margens, da contaminação das águas do rio e do lago, dos efeitos de desmatamentos, da insustentabilidade. A inexistência de legislação ambiental na década de oitenta foi superada na Constituição Federal de 1988, que no artigo 225 define o direito ambiental e a prioridade de um meio ambiente equilibrado. Avançou na Política Nacional do Meio Ambiente e seu objetivo de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

Durante a oficina no auditório do “Mesquita” foram apresentadas diversas questões sobre o licenciamento ambiental da UHE Tucuruí, atribuição da ELETRONORTE, e que deve cumprir certa regularidade. As manifestações convergiram quanto à irregularidade do licenciamento da empresa, o não atendimento às condicionantes. A título de informação é apresentada a seguir, esta síntese de informações públicas sobre o andamento do licenciamento da UHE Tucuruí, e frisam-se observações relativas a esse processo.

UHE Tucuruí
Licença de Operação de nº 3024/2009
Emitida em 07/07/2009
Validade até: 06/07/2013

²⁰ As fotografias e os registros de áudio dessas apresentações, constam de um vídeo e uma cartilha em preparação, além de um robusto caderno de transcrições, que compõe a memória da pesquisa.

Quadro: Relação de condicionantes com os prazos limites para cumprimento.

RELAÇÃO DE CONDICIONANTES	VALIDADE DO PRAZO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Informar se a área de empréstimo “Jazida V” ainda está em uso, caso contrário apresentar projeto de recuperação da mesma; 2. Encaminhar relatório iconográfico atualizado demonstrando o estado de todas as áreas inseridas no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD; 3. Informar sobre o andamento dos projetos de piscicultura financiados pela ELETRONORTE nos municípios à montante e à jusante da barragem; 4. Apresentar manifestação a respeito da implantação da estrutura voltada à recepção de animais, já solicitada na notificação integrante da LO no 1008/05; 5. Informar sobre o andamento dos projetos de pesquisa científica, iniciados a partir de 2007, assim como as instituições e pesquisadores envolvidos nos mesmos na atualidade; 6. Apresentar informações relativas à qualificação da mão-de-obra do Setor Pesqueiro prevista no Programa de Pesca e Ictiofauna, que evidenciem metodologia, conteúdo, ministrantes, participantes e períodos de realização dos cursos, bem como informar os critérios utilizados para realização dos mesmos nos diferentes municípios; 7. Apresentar a situação atual do processo indenizatório dos atingidos pela elevação da cota; 8. Encaminhar os resultados do curso de capacitação de agentes de educação para índios e não-índios; 9. Apresentar resultado e análise das ações do Programa de Educação Ambiental que estão sendo realizadas em parceria com as prefeituras municipais; 10. Apresentar informação sobre os critérios estabelecidos, municípios em que foram aplicados e os resultados do curso “Introdução a Educação no processo de Gestão Ambiental”; 11. Apresentar informações sobre as conclusões dos programas intitulados como de “Remanejamento da População” e de “Remanejamento da Infraestrutura Local”; 	<p style="text-align: center;">Até 06/08/2013</p>

<p>12. Encaminhar cópia dos “Estudos Socioambientais de Jusante” às prefeituras, associações e organizações representativas dos municípios sobre os quais incidiram os estudos, os Ministérios Público Federal e Estadual, Instituições governamentais e não governamentais, dentre outros, tendo como intenção dar publicidade ao documento, para assim possibilitar debate público sobre o mesmo e subsidiar o parecer técnico conclusivo sobre o estudo em questão, devendo a empresa, posteriormente, encaminhar cópia dos documentos comprobatórios de envio;</p> <p>13. Apresentar Programa de Fiscalização dos Recursos Naturais que está em vigor, enfatizando as modificações ocorridas em relação à primeira versão apresentada nesta SEMA, definindo os indicadores para a avaliação dos resultados e informando a respeito das entidades envolvidas atualmente no processo fiscalizatório;</p> <p>Prazo de 90 dias</p> <p>14. Apresentar o relatório de monitoramento limnológico e da qualidade da água, com avaliação e descrição dos dados obtidos nas diferentes estações amostrais situadas tanto na área do reservatório, quanto a jusante e a montante do mesmo, referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008;</p> <p>15. Apresentar relatório referente aos dados de resgate e salvamento de peixes nas unidades geradoras referentes ao ano de 2007 e 2008, a descrição do processo, enfatizando as medidas técnicas adotadas, visando minimizar o número de óbitos da ictiofauna afetada pelas paradas de turbinas e a caracterização do corpo técnico envolvido;</p> <p>16. Encaminhar relatório das análises bióticas (fito e zooplâncton) referentes ao Programa de Limnologia, relativas ao período 2006-2008;</p> <p>17. Apresentar estudo atualizado dos efeitos do deplecionamento ocorrido tanto na área do reservatório, quanto na área de entorno do mesmo, sendo que o mesmo deverá conter a descrição das áreas propensas às ações erosivas, assim como, ações que visem mitigar esses impactos;</p> <p>18. Apresentar resultados dos estudos relativos à associação entre os mosquitos (fase larvária) e as macrófitas aquáticas (locais de reprodução), uma vez que os apresentados não contemplam a referida associação;</p>	<p>Até 05/09/2013</p>
---	-----------------------

<p>19. Apresentar novo Plano de Gestão e Manejo de Resíduos Sólidos que contemple todas as atividades geradoras de resíduos dentro do âmbito Usina Hidrelétrica de Tucuruí, tendo como base as especificações das NBR's que disciplinam o assunto e a legislação ambiental em vigor;</p> <p>20. Apresentar projeto de coleta seletiva a ser desenvolvido na usina e na vila permanente com cronograma físico de implementação;</p> <p>21. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde Simplificado – PGRS, conforme roteiro especificado na Resolução da Diretoria Colegiada – RDC no 306, de 7/12/2004 – ANVISA, contemplando principalmente a geração e tipos de resíduos (semanal e mensal), formas de segregação, acondicionamento, tratamento (se for o caso) e destinação final; pessoas envolvidas com o gerenciamento desses resíduos;</p> <p>22. Apresentar a relação das empresas que recebem resíduos para reciclagem, incluindo as fornecedoras de produtos que se responsabilizam pela coleta e destinação final;</p> <p>23. Apresentar Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório considerando as disposições da Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002;</p>	
<p>24. Encaminhar o Plano de Ações Ambientais referente ao biênio 2009-2010, devidamente revisado, considerando o tempo decorrido da implantação do empreendimento, as mudanças ocorridas na área ao longo desses anos e na legislação vigente, levando em conta, entre outros: - Inclusão de ações específicas para o aspecto resíduo sólido no Programa de Educação Ambiental, contemplando os setores internos da Eletronorte e as comunidades que deverão ser atendidas pelo mesmo; - Inserção de ações efetivas no Programa de Comunicação Social objetivando o repasse de informações que enfatize, entre outros, os principais impactos decorrentes do empreendimento; - Correlação dos resultados obtidos pelos programas nas ações dos programas de comunicação social e de educação ambiental; - Análise integrada dos programas que contemple os “projetos especiais” incluídos na última revisão do Plano de Ações Ambientais e os respectivos resultados obtidos da sinergia de todos os programas;</p>	<p>Até 04/11/2013</p>

<p>25. Aplicar as sugestões contidas nos relatórios de atividades do Programa Parakanã dos anos 2006 e 2007 nas ações que serão a partir de agora desenvolvidas por este programa;</p> <p>26. Apresentar, no que diz respeito às atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Vigilância Epidemiológica - NUVE nas linhas de “Educação em Saúde”, “Apoio à Prevenção e Controle de Doenças” e “Capacitação e Treinamento de Profissionais de Saúde”, critérios que indicaram demandas de cada município e a melhor maneira de atuar sobre cada situação;</p> <p>27. Informar sobre o funcionamento e as diretrizes do Centro de Educação Ambiental que estaria em fase de análise e reestruturação;</p> <p>28. Apresentar resultados conclusivos do programa de saúde desenvolvido na área de influência da UHE Tucuruí;</p>	
<p>29. Apresentar relatório anual de acompanhamento do Plano de Ações Ambientais contemplando todos os programas inseridos no mesmo; e</p> <p>30. Recomenda-se que os projetos inseridos no PDJUS e PIRTUC sejam reavaliados, de forma que os mesmos venham a atender a população atingida pelo empreendimento.</p>	<p>Até 06/07/2017</p>

Fonte: PARÁ (2009, 2013, 2016, 2018, 2019a, 2019b, 2019c).²⁴

Quais dispositivos são acionados pelo Estado em prol da legitimidade do funcionamento da UHE Tucuruí? O esforço é feito para produzir regularidades e convalidar os interesses empresariais do campo da produção de energia. A política de licenciamento ambiental é competência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará que forja uma ampla condescendência na qual as práticas institucionais, técnicas e discursivas do Estado produzem a concertação e harmonização em prol da empresa. Veja-se os expedientes produzidos para eximir de responsabilidades e aceitar o esquema da autoavaliação por parte da ELETRONORTE de suas ações. Ainda, essa condescendência pratica-se em relação a atrasos na cobrança do cumprimento de condicionantes. Ainda, essa condescendência pratica-se em relação a atrasos

²⁴ PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade- IDEFLOR Bio. Relatório Técnico GRTUC/DGMUC. Análise técnica sobre o processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica Tucuruí - UHE Tucuruí. Elaborado por: SOUZA, Mariana Bogéa de. 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Processo Administrativo SEMAS nº 2013/8219. Acesso em: 4 out. 2019.

..... Documento Administrativo SEMAS nº 2018/48075. Acesso em: 20 fev. 2020.

..... Documento Administrativo SEMAS nº 2019/3779. Acesso em: 4 out. 2019aa.

..... Documento Administrativo SEMAS nº 2019/10354. Acesso em: 4 out. 2019b.

..... Documento Administrativo SEMAS nº 2019/17536. Acesso em: 4 out. 2019c.

..... Parecer Técnico PT Nº 7333/GEINFRA/CLA/DCQA/2009. Acesso em: 4 out. 2019.

..... Oficinas colaborativas revisão do licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica (UHE) de Tucuruí – PA. Relatório de publicado em maio de 2017. Acesso em: 18 abr. 2020.

..... Oficinas Colaborativas municípios a jusante revisão do licenciamento ambiental da Usina Hidroelétrica (UHE) de Tucuruí – PA. Relatório de publicado em junho de 2017. Acesso em: 18 abr. 2020.

na cobrança do cumprimento de condicionantes por parte da ELETRONORTE, notadamente as vinculadas a “compromissos” sociais. Também o esforço é evidente nas “concertações”.

Estes atos de Estados buscam tecer a legalidade e legitimidade que a renovação do licenciamento precisa e isto inclui a harmonização do conflito. As denominadas “Oficinas Colaborativas - Revisão do Licenciamento Ambiental da Usina Hidroelétrica (UHE)” a montante e a jusante, a cargo da SEMAS, constituem uma tentativa de impor a renegociação do conflito, repactuação das condicionantes (o que facilitaria a emissão da licença), ao invés de cobrar a plena execução dos “compromissos” sociais estabelecidos na última licença. Posteriormente, a SEMAS propõe um acordo para ajustamento de conduta reforçando as práticas de harmonização, interferindo no jogo político, encobrendo as reivindicações de outros agentes sociais e organizações, inclusive as que estão elucidadas em documentos no processo e nas reuniões “participativas” da renovação da licença de operação.

No conjunto das manifestações da SEMAS concretiza-se o efeito garantidor da regularidade da empresa, uma vez que aceita, sem contestação todos os pedidos da ELETRONORTE. Entre eles está a negativa da mesma de assinatura do Termo de Ajuste de Conduta com argumentos apresentados na Nota Técnica (Documento 2019/17536). Atribui-se autoridade e credibilidade a ELETRONORTE, quando assevera estar cumprindo todas as condicionantes. Os impasses deste nível são resolvidos mediante aceitação de um “protocolo de intenções”, para aplicação de recursos financeiros para desenvolvimento de programas nas regiões atingidas pela UHE Tucuruí.

A violência institucional exercida pela empresa é vasta e tais práticas, técnicas e discursos procedem a deslegitimar agentes, organizações e movimentos que a confrontam. A ênfase consiste na desconsideração das reivindicações dos agentes sociais e de suas propostas realizadas nos documentos e realizadas, inclusive, nas oficinas “colaborativas”. Nesse âmbito defende a ELETRONORTE, a continuidade do processo de licenciamento, discordando com qualquer possibilidade de paralisar o processo de licenciamento, ignora o questionamento quanto às assinaturas e legitimidade de requerentes, quando realizam petições em desfavor da empresa.

A ELETRONORTE confia na inexorabilidade do funcionamento do projeto, tem certeza de que vai continuar operando independente da destruição dos recursos naturais e violações, que ameaçam direitos ambientais, sociais, étnicos e territoriais. Os documentos apresentados demonstram o exercício do poder político empresarial sobre o licenciamento e que o campo da produção da energia se estrutura em esquemas classificadores do “interesse público” “interesse nacional” “prioridade nacional” “utilidade pública” “estratégicos”.

A ação estatal atua para convalidar e conciliar interesses dos agentes econômicos e financeiros, ignorando qualquer tipo de desastre e os efeitos genocidas da instalação e operação dos megaprojetos de produção de energia. Neste campo os recursos hídricos não são mais interesses da coletividade, negociados em estágios anteriores ao licenciamento, são apropriados, estimados, inventariados como potenciais hidroenergéticos e classificados como estratégicos, estruturantes e de utilidade pública.

A SEMAS tem visibilizado o licenciamento enquanto tecnologia de poder e tece atos flexibilizantes consoantes ao consenso dominante, estabelecido e expresso reiteradamente nos discursos desenvolvimentistas sobre a necessidade da empresa, da relevância da atividade ao interesse público, produzindo justificativas que os “impactos” positivos são superiores aos danos sociais e ambientais, estes secundarizados à externalidades.

De forma constante, a SEMAS atua para despolitizar a participação, o conflito e inviabilizar formas de luta e resistência, a partir de um fazer tecnocrático voltados a considerar aspectos estritamente técnicos, ambientais e enquadramentos legais. Ocorre uma adequação ao econômico, perpetuando-se o cumprimento de condicionantes, medidas “mitigadoras e compensatórias” na tentativa de amenizar a destruição causada.

A ELETRONORTE nega que seja responsável por garantias sociais relacionadas expressamente à saúde, emprego, meio ambiente, condições de vida e existência. A SEMAS também reforça que a empresa não é responsável pelo que atribui como “passivo” ou “socio economia”, deveres de órgãos de Estado, ao mesmo tempo em que ignora que deveria exigir o cumprimento de tais medidas da empresa estatal, face as violações decorrentes da UHE.

O imbróglgio ambiental da Eletronorte, em relação a UHE Tucuruí, continua aprofundando-se gravemente. As águas do rio Tocantins são consumidas pelas hidrelétricas e empresas de mineração, assim, a água é um recurso monopolizado para sua destruição. Os expropriados precisam acreditar no direito que lhe será reconhecido, na justiça que lhe será feita, no fim das humilhações que esse contato de mundos provoca na sua existência.

Equipe Editorial

CAPÍTULO I

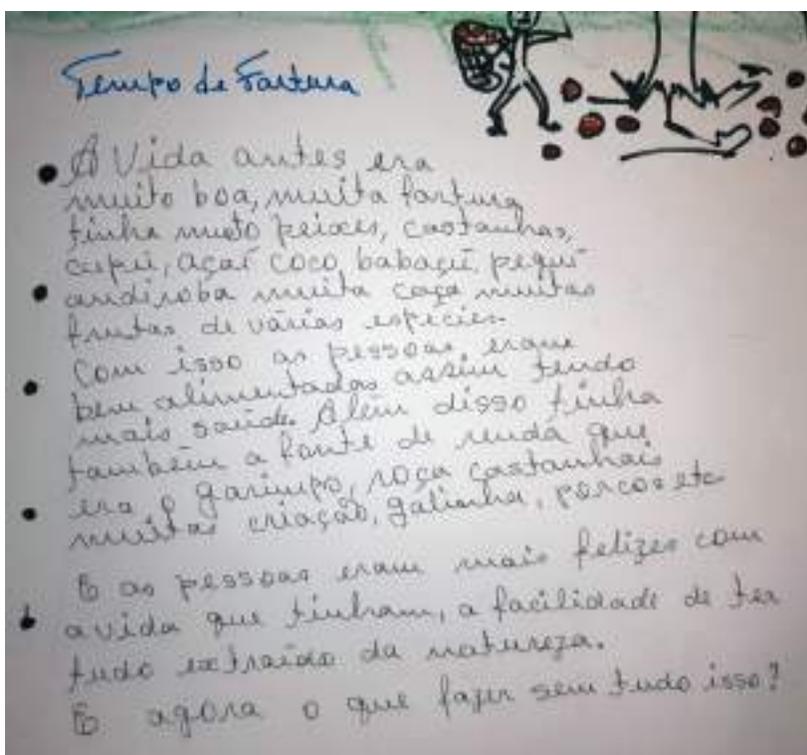
EXPROPRIADOS DA REGIÃO DE TUCURUI: SITUAÇÕES LÍMITES PROVOCADAS PELA INTERVENÇÃO DA ELETRONORTE

Aqui era a nossa casa, era coberta toda de palha de inajá que também é um babaçu, que é uma fruta nativa também, e a nossa casa era toda feita de barro que eles fabricavam lá e tiravam da terra própria e faziam as paredes de barro; aqui tinha coco, pé de açaí, castanheira, tinha cacau, tinha todo tipo, fora os canteiros que faziam os cheiro-verde, tomate, cebola, tinham muitas coisas. Então, tudo isso, hoje em dia, a gente não consegue vivenciar porque muitos de nós moramos em casas pequenas e terrenos. E a gente conseguiu fazer a nossa casa, que era de madeira que estava quase caindo em cima da gente quando a gente foi indenizado aqui nas ilhas. Mesmo assim a cota 74 que era pra ser cota 76 e 75, que ele estava falando, mesmo assim ainda pegou parte de nossas plantas e a gente continua vivenciando tanto a parte daqui, como a de lá, atingidos o tempo todo e não conseguimos ter uma qualidade de vida que realmente a gente merece, que a gente vivencia o sofrimento dos nossos pais, dos avós, de todos vocês que estão aqui porque não é de hoje, porque desde quando eu me entendi, eu vivencio reuniões, eu vivencio esses documentários, eu acompanho pela televisão, pelos rádios. *(Domingas Garcia)*.



Grupo de Trabalho Expropriadas, Expropriados, Desapropriadas e Desapropriados da UHE Tucuruí.

Pois é, o que eu tenho pra explicar pra associação aqui, pra comunidade é que é muito sofrimento que a empresa trouxe pra gente, acabou com todos os bens que nós tinha. Eu mesmo, até hoje, eu sinto saudade da minha terra que eu deixei lá jogada e eles me tiraram a troco de água. Soltaram a água que subiu em cima assim no teto. O meu pai tirou nós de lá, de canoa e a canoinha aqui ó, botou nós dentro e levou pra fora, assim que não morreu, Deus salvou. Desceu porco, desceu galinha, desceu pato. Não morremos nós porque nós saímos mesmo. E a empresa fez de perversidade, eu digo que aquilo foi de perversidade, porque meu Deus do céu, até hoje dói meu coração. Três mil e quinhentos pés de café, nós deixamos dentro de baixo da água, foi embora tudo, tudo mesmo. Nós ficamos sem nada. E foi no igarapé Pixunguinha. Aí nós viemos e daí para cá e só sofrimento; ele faleceu está com dez anos, eu fiquei com os filhos pequenos. Lutamos e nunca conseguimos se aprumar mais nunca. (Antônia do Nascimento da Silva).



Narrativa sobre o *Tempo de Fartura*, Itupiranga.

Gente, eu me chamo *Carmerindo Santana dos Santos*. Cheguei pra cá em 1971 na região, nem falava de barragem e aí quando o tempo né, nós já estava situado, nós já tinha comprado terra na proximidade da Vila do Breu Velho né, no rio 40, 39, Ararão que era a nossa área ali de terra, que hoje se encontra de baixo do lago. Aqui em Breu Branco, nós vem lutando, nós recebeu a indenização, mas não foi suficiente porque hoje, naquela época, naquela data que nós foi expropriado, a gente tinha as coisinhas da gente tinha porco, gado.



Croqui elaborado por Carmerindo Santana dos Santos, que mostra as perdas com o processo de desapropriação.



Croqui elaborado por Maria das Virgens dos Santos Sacramento, que mostra as perdas com o processo de desapropriação.

A moradia da gente não era muito boa, mas tinha casa e hoje nós não conta. O que nós tinha naquele tempo pra hoje, a gente não tem nada. O que eu fiz aqui (no desenho), essa área, com esse risco em baixo aqui, é a área do igarapé, rio Tocantins essa parte mais larga aqui e esses três tracinhos aí, um é o rio 40, o outro é o 39 e o outro o Ararão. Isso é no passado. Aí, hoje, no presente, em vista que a gente tinha as terrinhas pra trabalhar e agora nós não têm. Aí, nós recebeu dez alqueires de terra no Moju, igual eu recebi, fui pra lá, mas não foi possível ficar devido a malária, muita malária lá. Nós tive que vender, cuidar da família, que eu tinha três meninos pequenos e começou a dar malária e gastar, e vai pra um canto, vai pra outro.

A água cobriu a região do Breu Velho toda, as áreas inundadas. Esse aqui, vamos supor, é três pé de castanheira que eu fiz, é milhares de castanheiras; nas terras era produtiva, a castanha e hoje, nós deparamos assim um sofrimento muito grande dentro da família, que a nossa família vivia junta e agora é espalhado pelo mundo afora. Eu que agradeço a presença de vocês e a gente está lutando pra ver se a gente ressarcia esses prejuízos que a gente tem através do lago da ELETRONORTE de Tucuruí e muito obrigado!

Aqui era a nossa casa que nós morava. Aí tinha o meu marido que trabalhava com farmácia. Meu nome é *Maria das Virgens dos Santos Sacramento*, morava no Breu Velho, meu marido trabalhava com farmácia. Aí, nós morava nessa casa, aí nós vendia farmácia nela. Quando o pessoal da ELETRONORTE passou, aí, eles falaram que ele tinha direito de receber um ponto de comércio e nós nunca recebemos esse ponto de comércio e aí estou lutando pra mim

receber esse ponto de comércio, porque o Joaquim preencheu papel, eu tenho os comprovantes que eles prometeram, que a gente ia receber no Breu Novo e nós nunca recebemos. Pois é, meu marido é falecido, já tem oito anos e eu estou lutando pra mim receber. Tenho processo, tenho dois processos. E um que ainda não recebeu que é o do comércio. Foi prometido né, eu espero que sim, com fé em Deus, Jesus vai devolver tudo que é nosso, de todos nós, se Deus quiser.

Eu sou *Cineidi Gomes dos Santos*, sou filha de Everaldo Santana dos Santos. Na época, ele era do Breu Velho, eu cheguei a conviver lá, mas bem pouco, porque eu era criança, eu tenho 40. Nós fomos retirados do Breu em 82. Eu tinha quatro anos de idade, não me lembro muita coisa, eu não vou negar, mas meus pais viviam lá da agricultura, da pesca, viviam também da extração de castanha, açaí. Conforme foi, a barragem feita, eles foram retirados de lá. Ele, como só sabia viver disso mesmo, da terra, ele arrumou uma ilha aqui no Breu Branco, onde ele foi assassinado anos depois, tem onze anos de assassinado aqui na ilha. Então, com tudo isso nós vivemos muita perda, tanto eu, quanto a nossa família. Tivemos muitas perdas, até mesmo da vida dele, em consequência disso tudo, porque nós vivíamos num lugar tranquilo. Já o Novo Breu já não é tão tranquilo assim. A casinha onde a gente morava lá na terra, lá no 40, 41 aliás, a do meu avô era no 40 e a nossa no 41. Lá ele criava porco, criava os frangos, tinha o gadinho dele, trabalhava com agricultura e vivia da extração desse material da mata. Lá a terra era bem farturosa, graças a Deus.



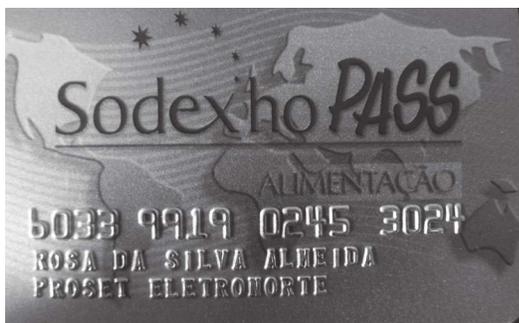
Croquis elaborados por Cineide Gomes dos Santos, expropriada em referência ao processo de Everaldo Santana dos Santos, seu pai, expropriado, que mostra as perdas com o processo de desapropriação.



Francisca Soares da Silva carrega consigo esperança e legalidade em documentos guardados, cuidadosamente por mais de 30 anos, mesmo após a morte do seu marido.

Eu sou *Francisca Soares da Silva* da área do Breu Velho, eu morava na Transgoiânia. Nós tinha 20 alqueires de terra, fica no Breu Velho. Nossa área está de baixo da água. É no mesmo mapa daquele menino - de Carmerindo. Nós era vizinho. O meu marido lutou pra não dizer que nós morava lá. Nós tinha casa de farinha. Nós tinha nosso chiqueiro de porco. Nós criava muita galinha, era um lugar rico lá. Nós tinha fartura de tudo, além do que nós plantava, tinha da natureza, que ele era um lugar que tinha muito açaí, muita castanha, muito cupu. Que se eu tivesse lá hoje em dia, eu podia tá velha, mas tava sobrevivendo. Nós tinha duas casas, casa de farinha, casa de morada, era feita as paredes de barro. Pra não dizer que não ganhei nada da ELETRONORTE, eles deram um cartão que nós tiremos umas duas vezes, na três vês vieram e roubaram o cartão.

Era um cartão de alimentação e aí, desse tempo pra cá, até hoje, pelejamos, lutando, conseguimos um barraquinho aqui, mas meu marido adoeceu, passou um ano e dois meses doente. Vendi a casa pra cuidar dele, mas Deus não quis, levou ele e eu fiquei. Estou aqui a contar a história. Depois que ele morreu que eu fui ver que ele mentia com os processos que tenho que passar pro meu nome: - Não, mulher, mas não esmorece não. Ele transferiu. Eu tinha casa, me disseram que iam me dar casa lá no Breu, não me deram. Nunca recebi da ELETRONORTE, nós recebemos esses dois mês de alimentação no cartão. Eu tenho meu processo, está guardado. Nunca recebemos mais nada, daqui pra cá só enrolando. Aí veio o negócio dos 5 mil, aí meu nome não saiu lá no fórum. Ele disse que eu era viúva que tinha que ter um negócio lá dos viúvos. Olha, eu vivo doente, moro, pago aluguel. Se não fosse a minha aposentadoria eu não sei, vivia nas providências de Deus. Eu vivo, pago aluguel. Trezentos reais que eu pago aluguel de uma casa. Eu só tenho um processo, que é da Transgoiânia, lá da região do Breu Branco. Estou com esse processo.

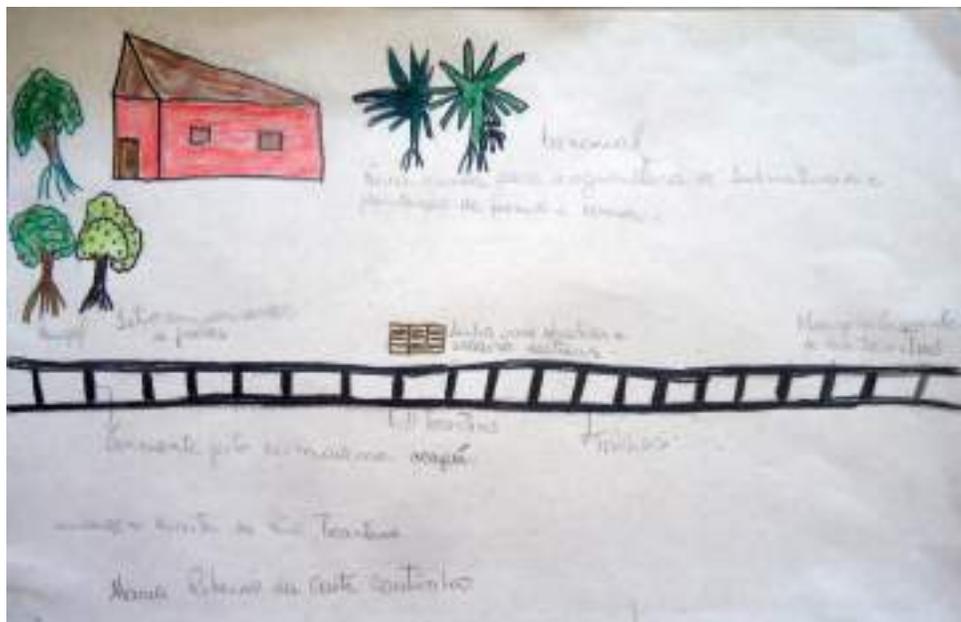


As roças que nós botava era só pra nós comer e a nossa maior benfeitoria que nós tinha era da mata.

Olha, eu cheguei aqui em 60. Eu vivia na estrada de ferro de Tucuruí. Agora a localidade lá era Remansão do Centro - Quilometro 92 de uma estrada de ferro que tinha de Tucuruí à Jatobá e lá nesse 92 tinha uma vila, mais ou menos umas 45 famílias que moravam lá. Só que nessa época em que cheguei, nós vivia lá era de castanha, tirar castanha pra vender; o trem pegava, carregava pra Tucuruí. Tirava as frutas do mato pra nós se alimentar, eu mesmo me alimentava, nunca compramos um litro de óleo, a minha mulher tirava óleo de babaçu, era o que nós comia e a planta que nós tinha, nós vivia mais era de castanha, as roça que nós botava era só pra nós comer e a nossa maior benfeitoria que nós tinha era da mata, era castanha, açaí, piquiá, uxi e bacaba. Tudo era nativo da mata. Então, era a nossa alimentação e a ELETRONORTE chegou fez a barragem e aí o negócio começou a piorar. Eu moro em Tucuruí, mas a minha família já morreu. Eu moro só. A indenização na época foi seis mil, sei lá quanto era, seis mil. Recebi só em dinheiro. Eu tinha seis barracões dentro da minha área. Eu tinha seis alqueires de capim. Eu tinha sítio, tinha uma tropa. Eu tinha gado, tinha galinha, mas isso acabou tudo. *(Pedro Araújo Pimentel)*.



Documentos apresentados livremente pelos agentes reunidos na oficina.



Croqui da Estrada de Ferro Tocantins, elaborado por Maria Ribeiro da Costa Coutinho. Itupiranga.

Sou *Marcelino Alves Feitosa* e eu morava na área. Tinha criação de venda. Eu criava muito. Tinha muita fartura arroz, era feijão, era fava, galinha caipira, aquela criação de pena. Eu tinha muita fartura e não era só pra mim. A pessoa que chegava lá, carente que nem eu, eu dava e hoje eu não tenho nada, nem casa pra morar, eu não tenho, porque a ELETRONORTE prometeu de dar 20 alqueires de terra, deu dez e uma terra seca. Deu dez alqueires, desses, eu sai de lá porque minha mãe, quando eu chegava da roça a minha mãe estava lá desmaiada dentro da casa. Está entendendo? Eu passei bem baratinho. É aqui a terra era na área da C 12, do Pitinga. Então ela jogou nós lá sem casa, sem nada, botou lá no meio da mata. Quando eu cheguei lá foi que eu fui fazer o barraco coberto com palha de ubim e aí eu comecei a botar negocinho, mas aí, a terra boa né, só que não tinha água. Até a água pra beber, eu ia buscar com 500 metros de distância. Então, eu continuei trabalhando, trabalhei dois anos ainda. Aí quando deu dois anos, eu vi que a minha mãe ia morrer e sem eu estar vendo. Eu digo: - Não, eu vou embora daqui. Aí, eu sem documento, a minha mãe também. Aí, o seu Navegante que estava candidato a prefeito, ele olhou pra nós disse: - Se vocês quiser, eu faço negócio com vocês. Eu compro essa terra de vocês e ajudo vocês a tirar o documento de vocês tudinho. Eu digo: - Ah! Eu falei pra mãe: - Mãe, nós tem que fazer isso aí, mãe. Nós estamos sem documento. E pra tirar documento era uma burocracia danada. Então, nós peguemos e fechemos negócio. A mãe fechou negócio com seu Navegante e aí nós passemos pra cá pra Goianésia e viemos pra cá pra Tucuruí. E hoje eu paro, patroa. Eu paro, não moro, porque quando a gente está de aluguel a gente não mora né. Eu paro lá na rua Maranhão (em Tucuruí) é, aqui mesmo, rua Maranhão nº107, bairro GETAT. Antes eu estava em Goianésia, que ela estava em construção.

A Goianésia era aqui no entroncamento, cidadezinha que tem ali, é lá. E aí, nós passamos pra cá pra dentro dessa terra. Lá era o seguinte, era terra devoluta. É voluntária, porque eu entrei assim pra mim morar, tá? Depois a ELETRONORTE, a água me botou e quase mata minha mãe. Cheguei lá, a água estava dessa fundura aqui. Não fui indenizado só me enrolaram, porque o seu Luís Cláudio, maior enrolão, com o seu Joaquim da ELETRONORTE é outro enrolado, enrolou nós. Está entendendo? Hoje, ele está pagando o pato de cadeira de rodas, usufruindo de uma coisa que não é dele. Construiu fazenda, comprou carro que ele andava numa bicicleta velha caindo os pedaços Esse Luís Cláudio já morreu. Ele era o diretor geral, parece, da ELETRONORTE. E ele tirou a velha de lá. Ele tirou nós de lá e foi jogar lá pra dentro da mata, entrando aqui pras Placas aqui pra dentro. Ele sabe aqui onde é. Foi, aí com promessa de casa, fui pro Jamari. Essa é Jamari, é uma vila município de Goianésia. Então, depois que nós fomos remanejados pra lá com esperança que eles prometeram de dar uma casa com 21 alqueires de terra, hoje estou sem casa, estou passando necessidade, sem casa.

Meu nome é *José Cristiano da Silva*. A minha terra era na beira do rio, em Tucuruí. Entendeu? Meu vizinho se chamava Saló. Aí, quando eles tiraram a gente de lá, eu me mudei pro Repartimento Velho. Antes eu morava no Tucuruí. De lá quando eles mudaram nós, nós mudemos pro Repartimento Velho. Sabe? Então lá, eu tinha duas casas, uma lá na sombra da mata, que era lá no bairro Sombra da Mata e a outra lá na rua principal. Aí me deram uma e a outra até hoje nunca me deram. A minha terra também nunca me deram, sabe? Então, a minha terra lá tinha castanha, tinha pupunha, tinha açaí, tinha tudo quanto era de fruta, tinha cajá, tinha bacuri, tinha tudo e aí, não me deram terra mais não. Só me deram uma casinha e morava era numa terra, não tinha título. Mas eles bateram o ponto, fizeram um processo em cima fizeram o processo da casa também. Aí, só me deram a casa.

Eu era morador da Colônia Santa Rosa, expropriado e eles fizeram levantamento meu do que eu tinha e agora eles estão sonogando. Eles fizeram três processos de levantamento. Agora estão sonogando e querem resolver com dois, só com um. Eu não recebo porque eu não vou morar numa casa que a casa não me sustenta, não. Eu era lavrador e lavrador esforçado. (*João Costa Pimentel*)

Sou *João Costa da Silva*. Olha, eles me botaram. Eles me deram o indenizamento que não valia nada e me botaram pra ir pro Moju, adquiriram uma terra lá no Moju e que lá não resolvia nadinha. O que eu plantava não prestava lá e eu não tinha água e não prestava, porque você plantava um pé de banana e não colhia. Você plantava outras plantas, também, não colhia. Então, eu resolvi deixar aquilo. Deixar aqui e vim pra cá. Então, eu me apossei da ilha. Já não moro na ilha. Eu estou morando aqui mesmo no Tucuruí porque adoeci lá, mas eu tenho ilha. Eu tenho casa lá, uma casazinha regular, na Cajazeira. Está na chave e pago até imposto, sem dar renda que preste porque estou doente, mas, eu tenho lá essa casa. Eu tenho duas coisas que é, eu tenho esse

processo das ilhas e tenho esse de expropriados. Eu interessa mais é esse derradeiro processo, que eles estão sonogando.

Meu nome é *Everaldo de Souza Brilhante*. Eu sou desapropriado do Bacuri que nem o meu irmão terminou de falar agora que lá nós tinha tudo. Antes que nós morava lá na nossa terra, tinha como nós tirar tudo pra nós se alimentar. E hoje devido esses transtornos que teve da ELETRONORTE, eu estou morando num bairro de risco, que eu não tenho assim uma boa casa pra morar e antes a gente tinha como sair, mariscar, pegar um peixe. Trabalho, mas não consigo mais comprar uma casa, fazer uma casinha que era pra mim ter. Eu recebi um lote na vila Parakanã, que nem nós falamo, mas que não tinha a possibilidade de nós morar lá nesse terreno que era só praga lá e além de ter muita praga, o terreno era alagado e devido isso, eu deixei pra lá esse terreno. Ainda rocei lá, mas não teve condições de eu voltar mais pra lá. A ELETRONORTE pegou que diz que ia dar madeira pra fazer a casa. Eles pegaram, mandaram essa madeira de viagem, eles desviaram, venderam a madeira e fizeram eu assinar como se essa madeira tivesse chegado lá e não tinha madeira nenhuma. Eu fui na ELETRONORTE novamente e eles falaram que o rapaz que levou, que tinha ido embora. E hoje, eu moro no bairro da Sacolândia.

Eu saí chorando. Eles disseram mesmo, ou saia, ou morria todo mundo afogado.

Meu nome é *Hercília*, moro no Breu, mas eu morava lá na estrada de ferro ali do Tocantins, Remansão do Centro. Eu morava lá dentro da minha roça. Foi a ELETRONORTE me tirou de lá em 79, minha filha. Ainda hoje eu sinto falta do que é meu. Ficou tudo, tudo, tudo, desde o meu arroz, meus inhames, minhas frutas. Ficou tudo, criação de porco, criação de galinha, meus animal. Ficou tudo. Ou tirava, ou morria. Eu saí, meus filhos saiu tudo chorando. Nós passei fome. Passei fome, sem nenhum tostão. Eles nunca me pagaram até hoje. Remansão do Centro é lá na estrada onde me deram a terra lá pra mim morar, lá no 22, na beira da estrada de ferro. Eu tinha 12 alqueires de terra. E quando saí, que eles me tiraram de lá, ficou meus dois alqueires de arroz, banana, ficou a mandioca, ficou a macaxeira, ficaram os milho, ficou feijão, ficou fava, ficou cacau, ficou laranja, ficou os pés de manga, ficou os pés de castanha, tudo lá dentro, minha filha. Eu saí chorando. Eles disseram mesmo, ou saia, ou morria todo mundo afogado. E está tudo de baixo da água lá e nunca me indenizaram nada. E pra mim não morrer de fome tive que trabalhar lá na fazenda do Dom, lá no Jacundá. Trabalhei muito, minha filha, nas fazendas cozinhando pra peão. Mas, graças a Deus, criei meus filhos. O INTERPA ainda me deu uma terra ali no Mojuzinho, mas os pistoleiros atiraram em eu e eu sai correndo lá, até quando cheguei na casa de um conhecido meu, mas de lá eu fui lá no Breu, dei parte, aí a justiça foi lá, caçou o lugar deles, acharam onde eles estavam lá sentados, tinha osso de carne, de galinha, cigarro, bebida, tudo tinha lá. E lá estava o que era nosso no que passava. Desse lado daqui era onde os carro passava, e aqui era donde nós passava, e aqui era uma ilha e eles ficaram lá. Aí, a justiça liberou,

minha filha, pra mim vender lá e vir me embora pro Breu, até hoje, eu vim de lá da minha terra, daí do Mojuzinho em 2005. Até hoje, ainda quero vir me embora de lá por causa da soada, não aguento soada não, minha irmã e os bandidos anteontem entraram numa casa. Hoje, eu moro no Breu Branco. Mas lá está horrível e aí, eu já vou embora. Pois é, minha filha, eu estou aqui toda vida assistindo essas reunião. Nunca larguei, minha irmã. Desde o tempo do finado Sacramento. Teve a audiência de lá do juízo de Belém com nós lá dentro da barragem, lá de baixo daquela casa da barragem. Quase me dava um negócio lá desceu. Minha filha do céu, eu não sabia. Nunca nem tinha ouvido falar daquele negócio que desce de lá. Foi que me deu um tremelique. Eles me deram remédio, me deram água. Minha irmã, eu passei mal lá de baixo. Mas, graças a Deus, não larguei não. Todo tempo. É verdade, até hoje eu venci a batalha e Deus vai nos abençoar. Eles vão pagar nós, irmã, em nome de Jesus, Deus vai me a dar vitória.

Meu nome é *Edileuza Oliveira Ferreira*. Eu sou desapropriada daqui. Sou órfã de pai e mãe e meu pai nunca recebeu a indenização de nenhuma vez. Sou moradora do Remansão do Centro. Meu pai saiu para cá para Tucuruí para se tratar. A gente sabe que nós tinha direito à indenização. É o processo dele, mas ele não recebeu. Meu pai, nessa época, eles tinham ido fazer essa vistoria, foram fazer a vistoria e o meu pai estava doente. Aí disseram que o meu pai não tinha direito, só estava nós menor quando ele saiu pra cá pra Tucuruí pra se tratar. Meu pai saiu de lá sem direito de nada. Tem o processo dele, mas ele não recebeu. A terra era de 50 alqueires. Tinha uma chácara, tinha de tudo, fruta, laranja, goiaba, caju, abacate, pimental, tudo a gente tinha lá, um alqueire só de mandioca a gente tinha nessa terra nossa lá. Até hoje nunca recebi, sabe? Meu pai morreu e nunca recebeu. Aí, ficou pra nós resolver. E com fé em Deus vai conseguir.

Eu sempre morei aqui em Tucuruí, mas o meu lote era ali da região do Breu. Aí eu tava lá dentro da minha roça, a ELETRONORTE chegou, me tirou. Pessoal chegou lá falando que era para mim desocupar o lote que ia ser ocupado, era para mim sair para colocarem o pessoal do Breu e daí tiraram a minha foto lá com as plantas com que eu tinha lá. Tinha todo tipo de planta, de banana para cima, tudo tinha, arroz, feijão. Aí, me tiraram de lá. Eu desocupeei a área e até hoje nunca recebi e nem sequer cinco centavos. Eu tinha dez alqueires de babaçu. Não teve indenização, não. Nunca recebi um centavo da ELETRONORTE; se eu lhe disser isso, eu to mentindo. Não fui pra lugar nenhum, não me deram lote. Era eu mesmo que vivia. Era aí perto. era aqui no Breu, aí do outro lado do rio. Eles não reconheceram. Aí, me tiraram e eu desocupeei que ordem deles. Me deram só o processo e o processo até hoje, dinheiro mesmo, nunca peguei nada. Acho que essa terra foi inundada, porque era aí na região da barragem, ela foi inundada, porque eu não vejo ninguém falar que mora lá. E ELETRONORTE, até agora não recebi nada. Estou na esperança de receber com a fé em Deus junto com os outros. Eu moro mesmo aqui em Tucuruí no Pararruá. Tenho casa própria. Graças a Deus, tenho um barraquinho, mas feita com o meu esforço mesmo, que eu trabalhava na Camargo e com a indenização

que eu pegava das firmas, das empresas que eu trabalhava, aí consegui meu barraquinho. Mas da ELETRONORTE, da minha terra, até agora não consegui nada não. *(Antônio Pereira da Silva)*.

Hoje eu luto num processo do direito que o meu pai tinha.

Sou *João Nunes dos Santos*, morador de Breu Branco. Sou expropriado, herdeiro. Meu pai e minha mãe já são falecidos e hoje eu luto num processo do direito que o meu pai tinha. Eu moro no Breu. Antes morava no Jacundazinho, região de Jacundá, município de Jacundá. Aí, a gente tinha as nossas obrigações, porque a gente trabalhava com agricultura, com extrativismo. Nós mexia com pesca. A nossa agricultura era muito boa. Toda a vez a gente era habituado a trabalhar com agricultura. Foi a coisa que a gente sempre trabalhou e até hoje trabalha. E agora a gente vive numa dificuldade porque através da ELETRONORTE com essa mal indenização que ela fez, meu pai recebeu na época de 16 mil cruzeiros. Foi só o que ele recebeu e muitas coisas, até um lote de casa que ele disse que ele tinha direito na vila. Apesar de tudo, eles nunca fizeram processo do direito que nós tinha na zona urbana. Esse dinheiro foi da área rural. Aí, na zona urbana, nós tinha direito numa casa, aí, inclusive, o finado Bertolo, que trabalha lá, falou pro papai: - Não, João Nunes (que era o meu pai) depois vou fazer a documentação e tu tem o direito numa casa na vila e nós fiquemos esperando e até hoje nunca obtivemos esses direito. Aí, hoje, nós somos oito irmãos. Eu vivo lutando pelos direitos que nós nunca recebemos o que nós tem direito lá, porque sempre ela dá o que ela queria. Mas hoje com fé em Deus, a gente vai conseguir porque através de esforço, a gente encabeçou essa luta toda a vida aqui. E a gente vem tendo, vem obtivendo que a gente vai ter um lucro com isso e nós vem sempre lutando porque quem tem direito nunca deixa de lutar. E, eu acho que realmente nós vamos sempre lutar, até o fim, até a gente conseguir. Deus vai prover que a gente vamos ter esse direito. E o que ela deu lá foi o que ela quis. A gente tinha café, tinha tudo numa área lá. Aí vivia do extrativismo que nós não tinha patrão. Nós vivia por conta própria. Nós tinha nossas atividades, disso que nós vivia. Até o estudo lá era difícil. Para estudar havia um trajeto de canoa pra a escola. Aí nós vivemos a vida toda como deslocado, nós viemos para Tucuruí, depois nós retornemos pra Breu Branco. Aí meu pai ficou deficiente. Aí viemos morar mesmo na cidade do Breu. Aí, foi, o que nós tivemos foi a indenização, foi isso que eu lhe falei. Daí nunca mais recebemos. Aí, eu agradeço a oportunidade e uma boa tarde!

Nós estamos apelando pelos nossos direitos porque nós foi derrotado por essa ELETRONORTE.

Meu nome é *Juvenal Ribeiro dos Santos*, pois é, o que eu escrevi aqui um pouco, isso aqui é um desenho que eu morava ali na margem do Tocantins, onde eu morava, aí tinha deslocamento do rio Cajazeira e ali eu morava no Sítio Novo, o nome da propriedade. E ali, nós tinha castanha, coco babaçu, uma

casinha de taipa, mas ali que nós residia. Entendeu? E aí é essa maneira que eu tô fazendo aqui um pouco, porque eu não sou bom pra desenhar mesmo, porque eu nunca estudei quase mesmo. Isso aqui é o que? - Isso aqui é uma palmeira, coco babaçu. Isso aqui é gomo de uma castanheira, castanha do Pará. Entendeu?

E aqui é a casinha que nós tinha feito ali, onde morava a minha família toda, meu pai, meus irmãos. Entendeu? Porque nós moremos ali um bocadinho de tempo. Aí, a conclusão que veio e nós foi obrigado a sair pra outro canto e onde



Croqui elaborado por Juvenal Ribeiro dos Santos, que mostra as perdas ocasionadas com o processo de desapropriação.

hoje nós mora em Jacundá. Nós, com 37 anos, nós não temos futuro de nada disso. Então, se nós queremos isso, nós estamos apelando pelos nossos direitos porque nós foi derrotado por essa ELETRONORTE que fez isso com nós. Eram sete municípios e ficou em seis. Então nós queremos tomar providência, queremos justiça pra nós receber. O caso de um é de todos isso aqui, porque nós somos da primeira etapa de desapropriados.

Nós somos a fiscalização e a ELETRONORTE mandou desocupar todo mundo.

Aqui é a parte da jusante né, da montante, da jusante é aqui pra baixo. Filha, o negócio é o seguinte, quando eu cheguei, eu vim até de resguardo, eu sou viúva de João Ferreira Alves, o proprietário era ele, era tudo no nome dele, mas depois que ele faleceu, passou tudo pra mim no meu nome. Então, hoje, é eu e meus filhos, nós e nossos filhos e quando nós chegamos aqui estava no começo da barragem. Aí, quando eles foram pra construir a ponte lá, aí, quando nós pensava que não, naquele tempo o povo era muito atrasado, nem jornal a gente não tinha, poucas pessoas entendia de jornal. Naquele tempo era televisão preto e branco né. E, hoje, o pessoal atingido por barragem somos nós mais velhos, que nós morava lá. Eu, hoje, já estou com sessenta e um ano. Minha filha, o povo está se acabando, o povo estão morrendo, pouco a pouco, quando a gente pensa que não, um dia a gente vai andando por aí, uns vizinhos que a gente conhecia por lá, a gente pergunta:

- Cadê fulano?

- Morreu.

E, aí? Como é que vai ficando a situação? É isso que eles estão esperando, que povo morra e se acabe que é pra poder não resolver, né? Depois que eu vim de lá da barragem de Sobradinho, nós viemos direto pra cá pra trabalhar, foi quando no começo da construção da barragem daqui de Tucuruí. E, então, quando o homem ia pra trabalhar, quando a gente pensava que não,

todo dia era uma atentação na nossa casa: - Sai, sai. Opa, que batiam na porta: - Quem é vocês? - Não, a gente mora aqui. - Não, bora! Nós somos a fiscalização e a ELETRONORTE mandou desocupar todo mundo e arrumar quem já está aqui. Eu disse: - Não, moço. Mas, nós não temos pra onde ir. Isso era o que nós enfrentava - Como é que nós vamos fazer? - Se não tiver, a gente derruba com as máquinas, a gente vai no local e bota vocês pra lá. Filha, nós penava, olha. Aí, nós dizia assim: - Nós não tem, e meu marido está pro serviço. Como é que nós vai fazer? - Não, tem que dar um jeito. Aí, pegava, dava um jeito. Aí, pegava, passava a atentar lá nas outras casas e quando era nos outros dias, quando a gente pensava que não, batia na porta de novo: - Vumbora, vumbora, a fiscalização. - Vumbora, vumbora, ajunta tudo. E nós dizia: - Mas nós não pode sair. Mas nós não pode sair que nós não temos pra onde ir. - A prefeitura vai arrumar onde vocês ficar e a gente desmancha e qualquer coisa, a gente pega o carro e leva as mudanças de vocês. - Mas leva pra onde? E até que fim, um dia a gente botou o pé na parede, quando o marido da gente chegava e contava: - Não. É que eles vão construir a ponte aqui, essa ponte do onze (Porto 11). Minha irmã de Deus, e aí, em 81, que eu vim pra cá de resguardo, com sete dias de resguardo da minha menina mais velha. Logo, assim que nós compreemos uma casinha lá nós estava morando quando logo, logo começaram a atentar lá. Diz que era pra construção da ponte porque lá era de madeira, feio que só. Aí, tiraram a construção daquela outra empresa. Minha irmã, era 24 horas, nós não tinha sossego, o pessoal mandando nós sair e aí: -Vumbora, vumbora, sai, sai, sai. Tu vai ver um dinamite aí. Ei, olha, quando nós pensava que não, aí, eles botava bomba pra quebrar as rocha. Aí pra não pegar nós, nós tinha que correr pra dentro do mato. A gente subia a serra lá do rumo da Queiroz, entrava pra dentro do mato pra evitar das pedras de rocha pegar em nós. Chegava era pertinho, é porque hoje está tudo pregado de água. Nossa casa era aqui e a ponte era aqui que ela vai longe. Também 500 m, ela chega uma faísca, um pedaço, uma lasca, já pensou pegar na gente, né? E, então, tem uma altura daquela muito fundo, lá a fundura da água, a altura da rocha pra fazer a hidrelétrica, os pilar. E aí, quando nós chega mais, começaram a desmanchar o barraco. Oh, meu Deus do céu! Minha filha, você sabe onde nós viemos parar? Nós viemos parar, eu de gestante, com seis meses de gestante da minha segunda menina.



Maria da Misericórdia de Lima, expropriada, registra em croqui a sua trajetória de perdas.

Nós viemos parar, botaram nós bem aqui em baixo das lonas do exército na Sete de Setembro de frente do colégio, que hoje é chamada, hoje é Darcy Ribeiro. E então, nós ficamos lá e nós com as coisas lá tudo de baixo das lonas do exército. Arrumaram as lonas do exército e botaram um bocado de nós lá. E aí? Como é que nós vamos fazer? Nesse tempo estavam construindo, estavam fazendo o alicerce lá, que era pra construir o colégio. Eu gestante, de noite o pessoal ficava perseguindo, sabe que todo tempo, toda a vida teve vagabundo, ladrão. Então, de noite eles iam lá pra atentar e o pessoal, atento, vigiando né, pro pessoal não entrar, não invadir as barracas que a gente morava.

Isso, tiraram nós de lá e jogaram nós pra debaixo das lonas do exército bem aqui na Sete de Setembro, olha. Pois é, e aí, eu, de noite, lá não tinha luz, levantei lá, levei um tropeção lá no ferro da estaca. Aí, eu fui parar no hospital. Eu estava já com seis meses de gestante, fui parar lá e lá me atenderam bem, que eu tava gestante e minha outra menininha tinha ficado com meu enteado. Até hoje, meu enteado mora comigo. E, então, foi num tempo que tinha um bairro ali abandonado de muitos anos que o doutor Miguel fez aquilo lá, mandou chamar as famílias, o povo que não tinha onde morar, não tinha onde estar, porque nós ficamos desabrigados, minha filha de Deus. Aí, ele foi e lá disse: - Olha, desocupa isso aqui, vai lá, pega isso aqui, bota fulano de tal, bota fulano, bota ciclano. Cada uma família, nós ia ganhar dois comodozinhos pequenos, era numa feira lá no três da COHAB. Botava duas famílias. Um solteiro ganhava um cômodo. Que foi uma feira que foi pra construir lá, mas, não foi pra frente, aí ficou desativado. Aí, pegaram nós que estava desapropriado, abandonado e botaram nós pra lá e até hoje, estou lá morando lá, mas se você ver a casa nossa, onde a gente mora, minha filha, eu vou te falar viu, eu vou te falar, a gente não vive porque a ELETRONORTE prometeu muitos e muitos, todas as reuniões que tinha, eu acompanhava. A ELETRONORTE prometeu muitas coisas pra nós. A ELETRONORTE prometeu que ia dá colégio pros nossos filhos, que ia dar bom estudo e pra nós, que ia mexer com agricultura. Está tudo gravado aqui na minha cabeça sempre que a gente acompanhava uma reunião.

E daí por diante, nós vinha pensando. Aí, foi no tempo que nós tivemos dez meses ali na barragem. Teve um tempo que o doutor veio aí, o doutor Luís, o ministro. Aí, nós estivemos conversando. Só teve eu e outro senhor que ele botou pra conversar e tinha três advogados da ELETRONORTE assim. Só eu e outro homem que fomos conversar. Mas, quando chegou lá, o homem não conversou. Aí, o homem perguntou pra nós o que era o motivo daquela reunião. Eu falei: - O motivo é que a ELETRONORTE tem um débito com a gente e a ELETRONORTE nunca pagou pra nós. Aí, porque nós tinha nossos bem. Nós vendemos nossos bem, ela jogou pra debaixo das lonas e de lá o doutor Miguel que nos acolheu pra de baixo de umas barracas velhas de palha a gente não melhorou de situação, depois só fez vir a decadência. E, aí, nós trabalhava. Vamos comprar uma vazante pra cá. Nesse tempo, aqui dava muita fartura. Comprou duas. Invadiram uma. Perdemos uma. Nós pagava frete de barco, do barqueiro. A gente plantava melancia e dava muito, muita fartura. Quando as águas baixava

nesse tempo, mas, agora, não adianta mais, está tudo seco. Agora, não alaga mais como era, agora não é mais como era e agora, tem meio mundo. Já vem uns tempos já mudando aí. As pragas, nem peixe não tem mais, mulher. Dona menina, quando eu cheguei aqui em Tucuruí, aqui era o lugar da riqueza. Só que o povo não souberam dar valor. Riqueza natural. Muita coisa boa, fartura tinha. Madeira, tudo. Hoje, você vai atrás de comprar um ripão bem aí, se você não tiver, por uns mil e duzentos, você não compra uns seis caibos, porque ficou caro demais e difícil. Acabaram com caça, tinha bastante, muita, muita coisa. Mas, aí, daí pra cá, as coisas vêm mudando, vêm caindo com decadência. Aí, os pais dos meus filhos caiu em decadência, adoeceu. Ele adoeceu, depois fomos tratar com ele. Vendemos um bocado de coisa que a gente tinha. Aí, ele morreu e eu fiquei com os meus meninos, sozinha e Deus.

A ELETRONORTE deu pra nós um terreno, um pedaço de terra pra nós titulado lá pra lá do Repartimento. Só ia pra lá quem tinha negócio. Nós fomos lá. Você sabe que naquele tempo era no tempo dos cruzeiros. Nós pagava setenta mil cruzeiro, que nós pagava pra ir lá subindo ladeira. Mas, quando chegamos lá, a terra era ruim, daquela terra fraca que não produzia nada. Só terra fraca, morta. Aí, era muito difícil. Gastava demais. Aí, o que que os pais dos meninos fez? Seu João, ele pegou, vendeu lá e compremos um pedacinho bem aqui. Aqui no Breu, ficava mais perto. Hoje, você vai de bote, três viagens vai lá. Do Breu lá é 8 km. Mas, eu não dei fim não, do que ele recebeu, conheço isso aí e os cinco mil e oitenta. O terreninho está lá. A ELETRONORTE prometeu pra nós que ia dar poço artesiano, equipamento, meio mundo de promessas e nada cumprido. Nada, nada pra nós desapropriado. *(Maria da Misericórdia de Lima)*.

Olha, gente, o meu desenho não está de classe, mas eu fiz. Então, eu fiz esse desenho aqui porque antes disso aqui, a gente morava no Jacundá Velho e lá a terra da minha mãe era 21 alqueiro, a gente só recebeu só 10 alqueiro e jogaram a gente num boqueirão, igual eu desenhei aqui para vocês, a casa aqui do mesmo jeito lá, né. Aqui era um plantio assim que a gente tinha. Bem aqui assim é uma rede com a minha vó dentro. Aí tá meus irmãos, minha irmã, aí aqui a minha mãe segurando na minha mão e com um balde pra passar, para colocar comida pros porcos, aqui é o chiqueiro. Então, eu desenhei assim porque eu não tenho muito assim lembrança, porque eu vim bebê ainda. Eu tinha um mês de nascida e nós viemos pra esse lugar aqui, jogaram nós lá e nós sofreu



Maria Aparecida Mendes da Silva apresenta croqui onde registra perdas com o processo de desapropriação.

bastante. A minha avó quase morreu lá que era cega num boqueirão desse daí. Tudo nós tinha que fazer para ela. Aqui perto da igrejinha, aqui na estrada que vem aqui para Tucuruí. Não. É perto de Goianésia mesmo, lá onde fizeram um massacre. Mataram uma família lá, as criancinhas né?. A santa Elizabeth e a santa Elineuza. Então, logo tem a ver sinal que era pra onde a gente morava, um boqueirão; pra lá de Jacundá Velho e fomos remanejados para esse Boqueirão, perto de Goianésia. *(Maria Aparecida Mendes da Silva)*.

É! Na verdade, eu fiz alguns resumos aqui da história que eu fiquei sabendo, que os meus pais contaram para mim porque eu era bem pequena, né? Depois que eu vim de lá, mas eu acho que eu fui fabricada nesse interdito aí dos anos 70, como eles moravam nessa época lá, né. É, minha mãe é de Cameté e vieram para cá. Diziam que Tucuruí era a terra do dinheiro. Então, eles resolveram, minha avó já estava pra cá. Minha mãe com meu pai vieram tudinho e foram pra parte da Montante. Ainda não tinha, só era um rio, mas tinha cachoeiras. Aí, que como eles relatam que tinha, que subiram para lá e quando desciam também, vinham pra cá já e já tinha essa parte da Matinha, onde é essa parte da eclusa e nós morava lá. E lá nós já tinha uma pequena residência lá, mas minha mãe com meu pai moravam para lá, onde eles cultivavam todas as plantas, que eram a mandioca, a macaxeira, o coco, o milho, o arroz, o açaí e também viviam do extrativismo que eram as plantas nativas de onde tiravam as castanhas pra fazer suas vendas e também sobreviver com isso, também da pesca, porque eles moravam na terra, mas também, o rio ficava em frente onde eles moravam. E sobreviviam tanto da agricultura, como da pesca. E eles cultivavam tudo isso. A gente era pequeno, alguns eram bem pequenos e alguns ainda não tinham nascido e já nasceram. Tanto, tanto que nós temos dois processos, - o de 10318 e o 161. Desse tempo para cá, como nós tinha 21 alqueires de terra, só os dez foram pagos. E a maioria dos expropriados, naquela época, também tinham procuradores porque os expropriados eram muito assim inocentes. Então, as pessoas mais assim espertas, tinha os chamados amigos, que eles falava: - Olha, deixa eu ser o seu procurador. Que eu lembro que eu era bem pequena e sempre ia homem na minha casa acompanhar meu pai. - Não pode deixar que eu resolvo.

Enquanto a minha mãe estava cuidando de nós, porque nós era oito filhos, eram onze porque morreram três. E eles eram os procuradores, que eram responsáveis pelos processos dos expropriados. Tanto que nós pegamos terras longe daqui, na Parakanã e alguns materiais e a gente não pode ir para lá porque a gente não sabia nem para onde era e o cara estava falando: - Pode deixar que eu resolvo tudo. Chegava lá, nós não recebia nada porque os Procuradores ficavam com todo dinheiro que era realmente pra dar pros expropriados. Se receberam alguma coisa, ficou realmente com aqueles que eram amigos e justamente eram os inimigos. E viemos pra cá, já tínhamos casa aqui. Ficamos na nossa barraca e fomos atingidos também. O pessoal da ELETRONORTE veio de novo. Fez outro processo: - Olha, vocês vão ter que sair aqui. Porque era a parte mais baixa, antes de subir mais um pouco pra Matinha, que também era margem.

A gente subiu mais um pouquinho porque lá ia ser a eclusa. Outro processo foi montado. Tanto que nós temos três processos. Tem o processo da montante lá, tem da eclusa e tem das ilhas. Quer dizer, se nós tivéssemos que ficar aqui, nós ficaria nas três sessões aqui de reuniões, porque nós fomos de todos os lados que a gente via, a gente era atingido. Então, os meus pais, eu tenho os meus irmãos que são especiais e a qualidade de vida nossa que era lá jamais será como aqui, porque aqui a gente vive, tá sobrevivendo da aposentadoria que a minha mãe é aposentada e os meus irmãos especiais, fora isso a gente não pode sobreviver mais de nada porque nós não fomos indenizados como era para ser. Era para ter o que? Era pra ter uma aposentadoria como tem da estrada de ferro pras pessoas que trabalharam na época e hoje os expropriados até hoje, já morreram tantos. O meu pai já morreu há 12 anos e a gente sofreu tanto e até hoje a minha mãe lutando com a gente e ficamos aqui ó, pode ver, essas pessoas de idade, 60, 70, 80 anos vivenciando toda essa situação. *(Eliete Soares da Silva)*

EXPROPRIADOS DE ITUPIRANGA DESCREVEM SITUAÇÕES COM A HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ E COM O DERROCAMENTO DO PEDRAL DO LOURENÇÃO

Uma boa tarde! Eu sou *Simão Gomes da Silva*. Isso que esse pessoal está falando foi verdade. Essa região que nós vivemos. E, hoje, essas embarcações vai até existir o Pedral do Lourenço, rebouço do Lourenço, nós conhecia assim. E, hoje, nós tamos com essa trafegância pra acontecer de Marabá até Barcarena. Isso que a moça falou ainda agora. Nós não temos um transporte. Não, só tem pra minérios. Um movimento pra dizer assim de nós ter um porto de uma consequência de nós ter emprego aqui pra nossa cidade, ninguém teve essa oportunidade, ninguém sabe que tem, que não tem mesmo. Eu ouvi a história de ter um movimento de cento e poucos funcionários, só dessa empresa. Então, a gente pensava que uma empresa dessas fosse surgir pra devorar a nossa região, o que nós conhece como Rebouço do Lourenço? Vem só pra deteriorar mais um pouco, igual nossa conversa hoje, reclamando sobre essa barragem, o que



Apresentação do croqui que mostra os efeitos do Derrocamento do Pedral do Lourenço.

aconteceu em 1985, fecharam ela aí. Apareceu muito só muriçoca naquelas épocas. Acabou o que nós tinha de matas, a caça, acabou o que nós tinha de vegetal, hoje acabou-se. Como hoje ouvi a moça falar pra nós comer um peixinho é do cativeiro. O nosso que nós tinha, o pirarucu, o piau, a pacu-manteiga, a curimatã, o jaraqui, um peixe que nós dizia que era o maior dentro da água doce que se chamava pirarucu, esse que, hoje, ninguém sabe nem a catínga, e se acabou-se tudo.

Vou falar só mais duas historinhas. Boa tarde! *Marinho Gomes dos Santos*, Itupiranga, Pará. Repito a data que cheguei a Itupiranga e Marabá, novembro de 56, eu resido nesse município, fui criado nele. Hoje, eu vejo este sonho dos prefeitos, das autoridades, dizendo que vem a maior riqueza do desenvolvimento de Itupiranga, eu ainda não enxerguei na minha vista em nenhum claro. Só o que eu vejo é uma destruição igual essa barragem. Eu não sei o futuro que ela nos trouxe, porque é só o elemento, não tem condições de pagar pra se iluminar em casa porque as carestias é dupla. Eu vejo, mesmo esse menino, o meu irmão, paga 250 reais uma energia. Então, eu caço assim um benefício que essa barragem nos trouxe e, até agora, eu só vi derrota que acabou com nossas raízes. As raízes que se fala é quando tem olho, quando acabou as raízes, os olhos morreu. Então, trata-se de prejuízo. Eu não vejo esse desenvolvimento de derrocagem do Lourenção, o que eu vejo é prejuízo igual como eu falei foi o mundo de prejuízo com o peixe, com o rio quando se fechou a barragem em 85. Eu vi branco do lado de baixo dessa barragem. Eu acho que isso não é um benefício que vem para o povo dessa natureza, tirando aquilo que a gente tem de riqueza, acabando a vida daqueles peixes de toda a natureza, não teve escolha de peixe não, de toda a natureza. E daí, por diante, eu quero rematar, o canal do Lourenção, eu quero ver ainda porque eu ainda não enxerguei esse brilho que eu vejo o prefeito ir no rádio e brilhar com a língua dele dizendo que vai trazer a maior coisa para esse povo para o desenvolvimento de Itupiranga, porque o que eu sei que vai ter umas barcaças, como eu falei ainda agora, que vem e tem o que quiser, carregando coisas para as empresas, inclusive a maior que tem chama-se Vale do Rio Doce.

Mas, para nós vem a amargura, vem a derrota. O peixe vai chegar mais à finalidade, porque nesse canalzinho o peixe, vai navegar uma malhadeira, um pescador vivendo, pescando de quê? Adonde com um canal desse? Então, eu não vejo esse brilho.

Boa tarde a todos! Eu sou *Sandra Maria*, eu sou filha de Maria Ribeiro da Costa, expropriada. Nossa região era de Jatobal até o Remansão. A nossa área ficava no Taboca. A gente escolheu agora à tarde, fazer o trecho de Marabá à Tucuruí. Mas, nós vamos fazer o cenário que está agora, porque de manhã, a gente fez o cenário que era antes. Agora é o após a construção da barragem e a formação do lago. Aqui começa a situação: aqui é a barragem de Tucuruí. Então, nós vamos começar lá de Marabá. Aí, vem o rio Itacaiúnas, vem a praia, nossas praias que tem agora, que muitas não conseguem nem mais sair. Aqui é onde está proposto o canal de hidrovia que vai levar o minério de Marabá

até Belém e vai usar o canal da eclusa que está concluído para essa finalidade. E, antes, nós tínhamos outra situação. Nós tínhamos peixe bastante. Agora, a nossa situação ficou escassa de peixe, várias espécies nós perdemos já, como a jaraqui, a ubarana, o peixe que é de maior porte aqui do nosso rio, que é o pirarucu, ficou escasso, hoje, só existe em cativeiro praticamente. O piau, gente era fácil você conseguir e, agora, você não consegue. A pirabanha é um peixe que ficou difícil na nossa região. A pacu manteiga, eu lembro que ela era bem grandona, agora, é uma dificuldade pra encontrar esse peixe.

E o que sobrou pra nós, agora, o nosso lago que ficou. Não conseguiram tirar as madeiras, ficou aqueles tocos de árvores atrapalhando também. Aí, temos a vila Tauari, nós temos o Lourenção que é uma obra que está prevista acontecer, que é a derrocagem desse pedral aqui para poder facilitar a navegação das barcaças. Vocês já tiveram uma audiência pública aqui, no município, já teve em Marabá, em Tucuruí, Baião, em Tauari e tudo já em prol dessa navegação de derrocar. Então, essa derrocagem vai trazer mais prejuízo pra nós. Nós ficamos sabendo. Muito prejuízo. E, até agora, não ofereceram acho que nada pra nós em troca. Eu creio que nada de segurança pro nosso desenvolvimento, pra gente se manter no município. Eu creio que nem um porto ficou, porque se vai passar só barcaça, até, então, eu achei que nós ia ter transporte pra gente ir pra Belém, porque ficava barato, porque a gente ia ter um navio pra gente ir de Itupiranga, daqui pra Marabá, daqui pra Belém e de lá se conduzir pro grande centro. Falaram que não vai ter navio pra levar os passageiros, vai ser exclusivamente pra minério. Vai ter um porto em Marabá e esse porto vai dar suporte ao embarque desse minério. E o que ficou? Ficou desmatamento também da nossa área desordenada.



Croqui elaborado por expropriadas e expropriados, onde destacam os efeitos com a implantação da Hidrovia do Tocantins-Araguaia.

Aqui ficou Itupiranga. Eu creio que nós não ficamos privilegiados. Nós vamos ficar só com o prejuízo.

Bom dia, gente! Eu sou *Maria Oliveira Souza*, moro aqui no Itupiranga. Estamos aqui na região defendendo a nossa parte, assim, porque esses projetos que está entrando para dentro do Itupiranga só dá muito pra prejudicar as nossas vidas, as vidas de nossos filhos, de nossos netos, de todas prejudica. Então prejudica o rio, o Lourenção que é a coisa mais linda que tem dentro do nosso Itupiranga, esse vai ser devorado. E nós vamos ficar só com o resto. Nem direito, eu acho que nós vamos ter, mas, nós vamos brigar por nossos direitos porque nós temos toda a obrigação de lutar por nossos direitos. Impacto maior do mundo! Então, essa área aqui era uma área muito preservada, uma área muito importante, cristalina.

Me chamo *Manoel Jorge Gomes da Silva*, então, esse igarapé aqui é o de Praia Alta. Então, de primeiro, esse igarapé era importante porque ele joga pro rio Tocantins. Então, essa área aqui permite ser a área que pertence ao Lourenção. Então, essa área aqui tudo era de minério, mas, hoje, se torna quase toda coberta depois da Barragem de Tucuruí. Então, essa diversidade aqui tem sido prejudicada bastante a respeito dessa grande barragem que foi construída em Tucuruí e, agora, com esse problema da hidrovia que vão fazer, então, isso aí vai dar um impacto nessa área aqui do lago que pertence ao Lourenção, Praia Alta. Impacto maior do mundo! Então, essa área aqui era uma área muito preservada, uma área muito importante, cristalina, de nós tirar todo o nosso mantimento,



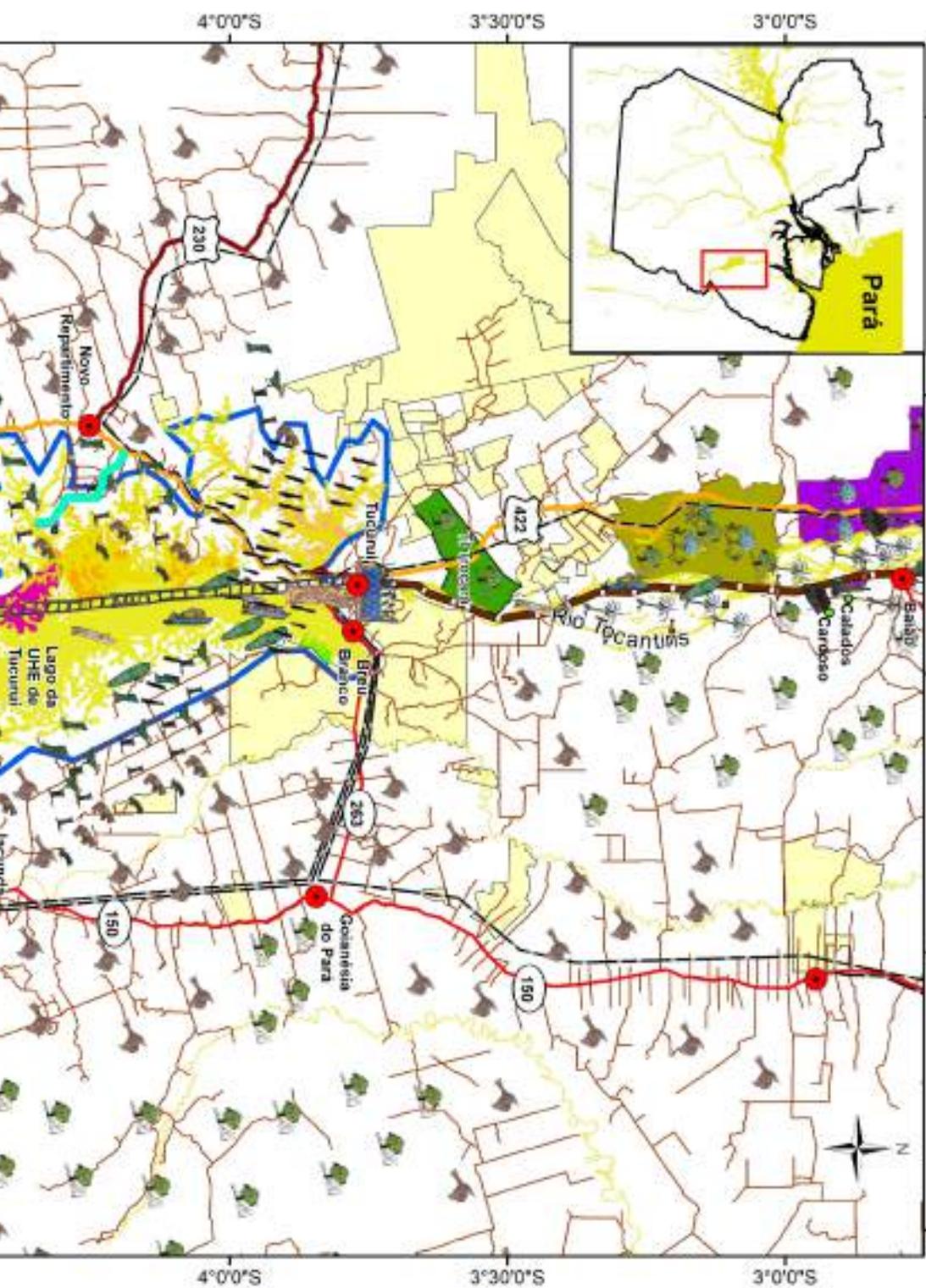
Expropriados elaboram os croquis durante a oficina de cartografia.

o peixe, da flora tudo. A castanha, o cupu. Então, hoje, está tudo terminado como diz o outro. Então, nós aguardamos esse trabalho aqui, veja esses projetos que tem para resolver, para acontecer, para verificar, para nos indenizar os direitos da gente sobre esse trabalho aqui.

Meu nome é *Esmael Rodrigues Siqueira*. Então, a partir do momento que vão derrocar o Lourenção, eles vão derrocar isso com dinamite. O resíduo do chumbo, o resíduo da rocha sai uma lâmina que se botar a mão na água vê aquilo brilhar na sua mão. Aquilo é lâmina. Para as mulheres, principalmente para as mulheres que são ribeirinhas, que moram nessa região, que não têm poço artesiano, eles não têm planos pra isso.

As pessoas vão ficar se servindo dessa água para alimento, para consumo, para tomar banho, então, eu tenho uma leve impressão ainda, que ainda não me apareceu alguém que me prove o contrário, que o futuro das crianças que virão a nascer, nascerão cegos, paralíticos, sem um dedo, sem um braço porque essas lâminas vão cortar esses fetos ainda dentro da pessoa. Então, nós vamos ter um problema de saúde pública muito grande. O outro fato interessante e aí, eu pego num conjunto todo mundo pra dizer que não se faz um omelete sem quebrar ovos e nós estamos vivendo num reservatório onde existe mil e seiscentas ilhas que têm oito mil famílias que moram e residem, e vivem dessas ilhas dentro da água da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que se torna cerca de doze mil pessoas que vivem daí, entre ribeirinhos, pescadores e tudo mais. Então, o que acontece, a partir daí o que vem ocorrer, é como se você pegasse uma bacia e pingasse três ou um pingo só daquele veneno que se chama barragem. Eu duvido se fica um pingo da água dentro da bacia que não fique envenenado, fica tudo envenenado. E, por incrível que pareça, houve grande manifestação do município de Repartimento, que eles excluíram de participar, ou seja, não reconheceram o município de Repartimento não vai sofrer o impacto. Mas, vamos fazer um breve relato também dos pescadores daqui da nossa região de Itupiranga, daqui até Jacundá.

Todos pescam no leito do rio. A partir do momento que derrocarem o Lourenção, acabou essa pesca. Até, porque a Marinha vem, ela vem preservar um certo limite para que o pescador não se aproxime mais. Então, onde é que essa população vai arrumar meios para sobreviver e manter suas famílias? Onde? Todo o tempo o sistema vem dizendo que isso vem trazer um grande desenvolvimento, mas, a gente tem que voltar um pouco na história e verificar que, hoje, na prática tem o agronegócio que está vindo com muita força, grandes plantios de soja, grandes plantios de dendê, grandes plantios do agronegócio de um modo geral. Por que há uma intenção e uma vontade imensa de destruir o Lourenção, de abrir esse canal? Não é pra pobre passar. Não é pra pescador passar. É, justamente, porque o centro-oeste, o Tocantins, hoje, é só soja, é pra passar essas sojas, é pra passar os minérios. E riqueza pra quem? Riquezas pra poucos e miséria pra muitos, é isso que está determinado pra isso.



CAPÍTULO II

SITUAÇÕES RECORRENTES DE PERDAS NA REGIÃO DAS ILHAS DO LAGO DA UHE- TUCURUÍ, ECLUSAS E AMEAÇAS COM A HIDROVIA TOCANTINS-ARAGUAIA

O meu nome é *Lúcia Barbosa Nascimento*. Eu moro na cidade do Breu Branco, morava numa ilha. Tinha bastante fruta mesmo, mas foi pro fundo, mas aí, o meu esposo faleceu e eu não pude enfrentar. Ficou perdido todas as frutas que nós tinha lá. Muito muruci, feijão a gente colheu muito, mas aí não tive mais sorte com nada. Pronto. Acabou a minha história. Estou aqui a fim de readquirir algum recurso financeiro da minha produção.

Meu nome é *Cleonice*, eu moro na região do Caraipé há 29 anos e eu não fui indenizada pela cota 72 em 2002 por causa que estourou a apendicite, aí eu tive que vir pra cá, pra Tucuruí. Foi quando eles passaram lá fazendo a indenização. Aí, outro vizinho meu que fez o cadastro e pegou o dinheiro. Quando eu fiquei boa, aí eu fui lá na ELETRONORTE, aí eles falaram que realmente já tinham pago pra ele e aí, só que eles iam rever e iam me pagar o dinheiro que deram pra ele, porque não tinha mais como eles voltarem atrás. Eu fiz um cadastro lá e eles perguntaram tudo. Foram na minha ilha, fizeram a visita lá e aí, eles acharam que não, que eles iam voltar de novo lá. Mandaram eu ir lá na ELETRONORTE. Eu fui duas vezes. Aí, depois eu não fui mais porque nada era resolvido. Eu fiz foi o cadastro da 72, em 2002 que eles indenizaram lá e aí, de lá pra cá, nunca mais eu vi eles. O que eles estavam fazendo sobre o meu problema? E sobre o nosso estádio lá no lago é precário porque o peixe cada vez que passa, o peixe vai diminuindo cada vez mais. Por quê? Porque nesse sobe e desce de água. Nessa semana sobe, na outra desce. Aí, na época que o peixe está desovando, aí, o peixe bota ova num local, aí baixa a água, aí essa ova é tudo perdida porque eles precisam da água pra sobreviver e aí eles baixam a água e as ovas ficam tudo em cima da terra, se perde tudo. Então esses são os impactos lá dentro do lago. Eles ainda lá não estão sabendo o quanto a gente está perdendo, o quanto a gente perde por causa desse impacto dessa água que sobe e desce e quem realmente sofre somos nós e nossos filhos que estão lá dentro das ilhas. Era isso. Veja a minha família toda porque nós somos do interior de Cametá né, do Jurubatuba. Aí, lá nós viemos pra cá, está todo mundo espalhado, metade está no Breu, metade está pra cá, metade está aqui em Tucuruí, metade está em Cametá, na cidade, porque lá onde a gente morava mesmo, onde nasci e fui criada, lá em Jurubatuba está tudo em baixo da



Croqui elaborado por Cleonice Almeida, expropriada.

Tempos de DESTRUIÇÃO NA CALHA DO RIO TOCANTINS

água, que caiu tudo lá acabou, lá não existe mais, aquela área onde a gente morava. Onde a minha vó morava ficava longe do rio era 10 quilômetros da área toda. O meu tio, o meu avô tinha dez mil pés de cacau. Acho que uns 20 km dali já foi tudo pro fundo, não existe mais. Essa ilha virou só um rio, lá não existe mais. E os moradores que tinham lá, nenhum se encontra mais. Uns foram pra Cametá. Outros vieram pra cá pra Tucuuruí. A metade mora no Breu, Repartimento, ali em Jutaí, nas ilhas dos Patos, pra ai que eles mudaram.



Maria Oneide Mendes da Silva, expropriada do Bacuri e da Cota 74 fez o desenho de suas moradias e benfeitorias.

Meu nome é *Maria da Luz Silva Marques* e eu moro na ilha e já perdi muita plantação. E a enchente já tomou conta de uma casa e já está a outra bem na calçada e já perdi várias plantações e tem muitas que já estão com as raízes tudo de fora, tudo escavado por baixo e tem muitos que ainda estão dentro da água também. Eu queria uma solução pra esse problema porque a pessoa ficar plantando as coisas e de repente ficar se acabando tudo, aí a gente não tem como ficar né. Aí, meu trapiche, uma casa está tudo no fundo e do meu filho do lado e a minha já está na calçada. A água ainda não escavou mesmo pra de baixo porque eu mandei fazer tipo uma barragem de tábua pra segurar a água que ela vem, a tempestade é muito forte, aí vai escavando pra frente. Aí, eu quero que a pessoa tome providências, as pessoas que têm competência pra tomar providência do caso me ajude sobre esse caso, se não daqui a pouco, eu não tenho mais nem onde morar.



Casa na ilha, submersa pela elevação da cota do lago de Tucuuruí. Roça de mandioca aberta na parte superior da ilha Santa Maria, região Cajazeiras. Mandioca colhida na Ilha Santa Maria.

Eu sou *Marina Correa da Silva* e quero falar do que está me acontecendo agora, porque lá o deslocamento da água, ela está acabando, derrubando as plantas tudinho. Ela já derrubou uma linha de cana que eu tinha, quarenta pé de acerola, já acabou e as outras plantas estão tudo com a raiz dentro da água já por causa dessa cota 75 que está atingindo tudo. Os limoeiros, os muricizeiros tudo já morreram, castanheiras já morreram. Estão tudo morto lá e eu queria que a ELETRONORTE tivesse compreensão do que ela está fazendo com nós aí dentro do lago, que ela recompensasse a gente. É isso que eu peço pra eles.



Castanheiras na ilha do lago de Tucuruí.

Como diz o ditado, estou aqui como seu criado. Sou *Santiago Monteiro da Silva*. Eu tinha quatorze mil pés de açaí, aí nós perdemos umas terras, o resto botamos lá pra cima. O resto que morreu, eu não recebi mais, tem um bocado morto, o outro não dá mais cacho porque vai desmoronando a terra, aquela frente defasou no qual a ELETRONORTE derrubou um bocado do açailal e não me indenizou nada, não deu nada pra mim. Derrubou um bocado de cacau, do plantio. Aí, eu não tive nem coragem mais de ir quase lá. Foi há uns oito anos. Eu saí de lá e perdi a minha casa, derrubou tudo. Perdi tudo que tinha, a minha casa, foi uma tristeza. Não tive nem coragem de ir lá. Lá, quando cheguei lá, nessa Semana Santa que chegou agora, não tive nem coragem de ir lá na ilha, porque é muito triste pra mim, porque o meu sítio era tão bonito, tão arribado, acabado aí, pra mim foi uma tristeza. O que eu pedi pra ela, ela não me deu. Naquele tempo eu pedi 300 mil pelo cacau. Tenho até testemunha de quem foi,

defensorista, tenho tudo. Aí, tem que servir, qualquer coisa, estou sem casa agora aqui. Espero em Deus pra fazer uma vitória em cima disso que estamos fazendo, sabe. Que não foi fácil!

A gente não tem como dizer que a gente tem uma segurança de vida para nossa família.

Meu nome é *Maria do Carmo Correia da Cruz*, eu sou moradora das ilhas, moro trinta anos no atraso desse lago porque a ELETRONORTE causou um impacto muito grande com nós, tirou tudo o que nós tínhamos. No lugar do meu pai, ela vem tirando muita coisa, ela vem impactando muita coisa aqui. De onde meu pai trazia muito alimento pra nós que criou nossos filhos e aí a ELETRONORTE veio tirou o que tinha. A gente veio pra cá pra esse lago aí. Tenho 36 anos aí nesse lago. Perdi tudo o que eu tinha porque a água do 70 destruiu tudo, tudo que tinha. Os plantios do meu pai, ele pede pouco. Ele perdeu uns cocal que ele tinha ali que era onde tirava muito coco, castanha, açai. Foi perdido tudo, destruído tudo e, hoje, cada vez mais destruindo porque o impacto da água que vai nesse sobe e desce vai quebrando ali. Os sítios que tinha não existe mais, já está aparecendo outros, porque a gente vai alevantando sítio, mas a água está crescendo, vai matando o que a gente vai plantando. No momento a gente fica assim no desespero, sem saber o que fazer porque a empresa ELETRONORTE está nos levando com a barriga e a gente no sofrimento está cada vez mais destruindo a nossa vida porque a gente não tem como dizer que a gente tem uma segurança de vida para nossa família, porque a gente não tem como se segurar. Plantar, nós não podemos. A gente planta e perde. A água vem, o impacto da água vem e ela vai quebrando a terra e vai destruindo o que tem, o que a gente vai alevantando. Então no momento a gente entra em desespero com a família da gente que a gente procurar uns recursos com as pessoas, um apoio.

Não é por nós ser povo miúdo que eles querem nos tratar como uns animal. Nós semos ser humanos, então assim como tem o apoio pros graúdos, deveria ter pra nós que somos o miúdos. Os grande podiam enxergar os miúdos porque nós também semos ser humanos. Direitos que um tem, nós deveria ter. Então, o nosso sofrimento é esse e nós pede que as autoridades enxerguem a situação dos nossos filhos.

Eu queria saber que situação vai ficar. O que vai ser feito desse pessoal, como eu, que estou dentro do lago? Eu moro na beira do canal¹.

Meu nome é *Antônio Marinho da Costa*. Eu tenho uma morada no meio do lago numa ilha. Então, o impacto foi muito grande depois da cota 74 e agora está desmoronando tudo a perca está muito grande, está indo as castanheiras, as bacabeiras, as mangueiras, as jaqueiras, as laranjas, cocos, tudo está desabando. O pasto está abarrancando, tudo está destruindo, tudo a erosão da água e agora tem outro problema, esse quebramento do canal aí, a água não vai prestar nem pra gente banhar. Como o animal vai beber e nós que mora num lugar isolado? Eu queria saber como vai ficar essa situação?

¹ No EIA RIMA, a região do lago da UHE Tucuruí não está assinalada como área impactada. Apenas está prevista a sinalização hidroviária por onde navegação as barçasas.

Porque o gado não vai poder beber essa água, o carneiro não vai poder beber, o porco, o bode, tudo. Então, nós estamos numa situação triste com essa água que vai vir daqui uns meses. Aí, eu queria saber que situação vai ficar. O que vai ser feito desse pessoal, como eu que estou dentro do lago? Eu moro na beira do canal, onde tem mais erosão é na beira do canal, onde eu tô.

Olha, meu nome é *Roberval Cavalcante de Quixabilha*, moro na beira do lago, quase praticamente uma ilha que fica num cantão assim, era, a água comeu uma base de cinco alqueires, onde eu tinha 10 alqueires. E lá dentro, tinha pasto, tinha castanheira, tinha açazal, tinha plantio, bananas, essas coisas. Foi embora tudo. Aí, a gente ficou com pouquinha terra. Tem terra de um barranco. Teve a gente que sair pra fora e estamos nesse prejuízo grande; a gente é colono, tem um pouquinho de gado também e a gente está meio apertado. Naquela época da cota 74, a ELETRONORTE, a gente já estava num prejuízo grande, ela indenizou um pouquinho, mas não indenizou o prejuízo que a gente tomou lá. Eles até falaram que vinha essa cota 75. Aí, nós estamos aqui nessa luta pra ver o que tem, pra ver o que é que vão fazer com nós. Aí, nós somos obrigados a pedir uma indenização. Estamos nessa luta.

Meu nome é *José Francisco da Silva*. A gente tinha um terreno lá pro outro lado, só que pegava lá embaixo e a água foi comeu o meu plantio: pimenta, cacau, laranja, o açaí e as outras coisas. Acabou com tudo ali naquela área. Teve que cuidar mais pra cima. Comeu até a plantação que eu tinha de cinco mil pé de pimenta perto do rio, pé de cacau, pé de açaí. Sumiu.

Eu sou Maria do *Rosário Barbosa* e eu penso que se a água subir mais também vai acabar de matar minhas plantas. E aí, a minha casa fica bem na beirinha da água, porque a água está subindo e qualquer dia está dentro da casa. Se ela subir mais, eu acho que a pretensão dela agora é não baixar. Eu tenho dois pedaços de terra. Um pouco mais pra cá e tem outro pra frente. Está na beira da água também e tem umas plantas assim mais magrinhas também e a água também está matando as duas terras. Lá eu vivo de pescar, de meter roça. E a gente bebe aquela água, aquele lodo velho que está subindo, aquele lodo verde. Nós não temos um poço, uma água tratada. Só vem aquela água velha.



Água com “lodo” que se expande em grandes áreas do lago e ilhas da UHE Tucuruí, 2019.

Meu nome é *João Maria de Lima Mendes*. Veja é que as coisas estão mudando tudo. O peixe aqui está acabando e as minhas plantas lá na beira estão se acabando tudo, porque até a água, hoje em dia, a gente bebe água dá diarreia. A água está dando até problema na gente, nas crianças e eu queria que o governo olhasse pela gente, ajudasse a gente a indenizar, ou fazer alguma coisa que a situação está difícil demais. Não tá tendo condições mais, a gente vive sem saber pra onde correr. A gente corre pra cidade não tem emprego, não tem nada. E vai por lá, só roubo, tudo está acontecendo o que a gente planta não está colhendo mais porque o pessoal, o povo desempregado está mexendo nas coisas da gente e corre o risco de vida muito grande também. Está perigoso. Tipo, o que a gente planta já está quase não colhendo. O peixe já está terminando. Tudo está fazendo mal pra gente aqui. A ELETRONORTE precisa fazer alguma coisa pela gente. Eu trabalho no Lago Azul. Obrigado!

Boa tarde! Me chamo *Maria das Graças*, eu vim do Maranhão pra cá pro Pará e daqui eu fui morar na ilha. Lá, eu criei meus filhos. Hoje já estão tudo pai de família. Rapaz, é, já faz muitos anos que eu moro aqui porque realmente, eu tenho até um documento aqui do tempo que eu moro na ilha. Ontem, eu vim de lá. Eu vim pra assistir essa reunião. O documento que tenho é da SEMA, é de lá da ilha.

Sou *Antônio Marinho da Costa*. Vivo na ilha e este é o formato da minha ilha. Aqui é sítio. Aqui é pasto. Tem várias partes. Mas ainda tem muita mata, viu. Aqui é curral. Aqui é casa. Aqui é casa, no mesmo sentido. E outra casa aqui também que estou fazendo. Essa é a ilha da Madalena, está aqui escrito Ilha da Madalena, aqui é outra casa que estou construindo agora de madeira. Aí, é pasto, tem muita reserva ainda, mas só nos laterais está tudo em erosão. Esse sítio aqui já está tudo devorado, já está tudo ameaçado depois da 74. O mais crítico da erosão é nessa parte de fora, mais, mas está no entorno. A água, a erosão está entorno geral.

Sou *Naídes* e também estou lá, é porque eu também tenho a ilha da Madalena e teve aquele impacto. Teve a indenização naquela época da cota 74, mas o impacto vem dando, vai acabando, as frutas, a mata e agora vai ter mais



esse negócio do Lourenção, isso do Pedral e vai, com isso, vai acabar mais. A erosão vai acabando tudo, porque a água está subindo além. Eu sou desapropriada do Breu Velho, a gente teve desapropriação. Meu esposo era nascido e eu cheguei com dez anos, mas me criei lá e a gente viveu a vida toda. Aqui no Breu Novo a gente temos 35 anos. Recebemos a casinha da ELETRONORTE e aí eu tenho essa ilha, só que está diminuindo, com a erosão vai caindo, vai desmoronando as coisas, as plantas que eram perto da casa, tudo vai desmoronando. A mata também. Vai diminuindo porque a erosão vai acabando. É, hoje, eu sou viúva já, aí eu moro com o filho.

Croqui elaborado por Naídes Alves Sacramento, expropriada pela cota 74. Ilha Madalena.

Eu quero saber também agora, como é que a gente faz pra viver daqui pra frente?

Meu nome é *Pedro da Cruz da Silva* e é assim, quando eu fui pra ilha foi em 2005 pra 2006, aí era bom de viver lá, só que o documento que eu tenho já foi feito em 2007. Tinha muito peixe. Eu morava em Acará, nasci lá. Mas, em toda vida, eu vivi mais aqui em Tucuruí do que lá, desde eu menino. A gente plantava, o vento, não tinha esse vento terrível que agora no lago. A água aumentou muito e vem um vento tão grande que arranca as plantas tudo. Estraga muito. E, aí vem também o problema da água tóxica que está dando uma coceira em nós que é uma coisa absurda e não pode banhar, não pode beber água, não pode comer o peixe que vem tudo tóxico. Aí, eu tenho vontade de saber como é que vai ficar a nossa situação? Condição de ir pra outro lugar, nós não tem. Eu plantei lá uma parte de castanheira, mogno, copaíba. Uma época que eles levantaram a água muito matou quase tudo. Que tem a cota 74, mas aí, eles levantam a água, não querem saber de nível qual é que está programado, não. E aí, me estragou bastante lá. E agora, nós não estamos tendo condições de ficar lá por causa de tanto tóxico que eles botam na água lá. E agora vem mexer com esse negócio dessa construção desse Lourenção. E a água fede muito, tem um mau cheiro. Í, então, agora, a situação está difícil. Eu quero saber também agora como é que a gente faz pra viver daqui pra frente? Qual é o nosso limite de direitos pra nós ir viver? E também, eles estão dizendo que o povo é obrigado a sair da reserva que onde estou é a reserva RDS. Dizem que tem que sair dessa reserva. Então, nós estamos nessa luta pra localizar a nossa situação e nosso direito pra ver como é que fica a nossa vida daqui pra frente. Eles fazem a reserva e aí acaba, nós não tem condições de comprar terra. O

INCRA, hoje em dia, é pra vender as terras da União pra fazendeiro, aqui em Tucuruí é assim. O INCRA daqui trabalha pros fazendeiros e não é pros pobres. Eu sou daqui e tenho consciência disso. Aí, a gente luta pra conseguir um lugar de trabalhar, a gente não consegue. Fui pra reserva da ilha, agora está essa situação, essa questão da água lá. Eu falei pra doutora Mariana lá no mosaico, lá na vila. Ela falou: Não, esse povo que já estava na terra há muitos anos, esses daí ficam lá mesmo porque era pro governo pagar os direitos deles, mas o governo não quer pagar, então eles fica lá. Eu falei: - E nós que somos brasileiros não tem direito? Ela falou: - Infelizmente. Está difícil. Esses outros, que não lembro qual ano que foi feito uma lei que era obrigado a desocupar as ilhas, as áreas da reserva. Mas aqueles que estava lá, continuam lá porque o governo atual não quer pagar os



Termo de Autorização de Uso concedido pela SPU a Pedro da Cruz da Silva.

direito deles que eles já fizeram lá. É pasto, é plantação, criação de gado. Mas, deixa eles lá. “Mas porquê? O certo era tirar todo mundo mesmo porque eu conheço duas reservas aqui que é só fazenda.

Eu me declaro *Arnaldo de Carvalho Mota*, sou proprietário de uma parte de ilha que antes quando a gente adquiriu foi em 2001 designado Ilha Bacabeira, proprietário Arnaldo de Carvalho Mota, inclusive, essa ilha ainda não foi indenizada. O sítio velho já está todo destruído pela elevação da cota 74. Então, veja bem, o plantio que tem lá, hoje, tudo são novos porque os velhos já foram todos destruídos. Inclusive, eu tinha lá mais de quinhentos pés de açaí e açaí cultivados, plantados, porque o açaí nativo tem um preço e o plantado, ou seja, artificial, é um outro valor e lá, nós tínhamos três casas. Nós tinha casa de farinha, casa de colocar as malhadeiras e casa de moradia de palha, coberta de telha também. Cisterna, quer dizer o poço. Então, ela foi dividida em duas partes a ilha. Ela era cerca de vinte hectares, hoje não dá mais nem dez. Quer dizer, além de ser reduzida por menos de 50%, dividida ainda em duas partes. A própria residência, eu tive até que acabar de derrubar porque a água entrou bem no canto e ficou 30% somente. Então, tive que demolir e fazer moradia na área mais de cima, quer dizer, na parte que fica um pouco mais alta. O endereço dela é na boca do Altamira 7, município de Jacundá. Então, a cada dia é como a companheira está dizendo que a elevação fica aumentando aos poucos, a elevação do nível da água. O banheiro também é muito forte que faz parte pelo nível alto e então só desmoronando terrivelmente. Eu me lembro muito bem que a gente plantou um pé de bacaba e quando na cota 74, faltava mais de um metro pra chegar as raízes. Hoje, já ultrapassou, já subiu a cerca de 40 centímetros. Então, quer dizer o que nós precisamos é ser remanejados, ou seja, dizendo em outras palavras, uma negociata e uma indenização total porque não dá mais pra se residir lá no ambiente. Temos ainda muitas coisas de benfeitorias lá. Alguns que já está começando a produzir, mas a maioria já está produzindo e devido o nosso ambiente ser muito plano com qualquer outro nível de alteração da água, ela corta outra vez no meio. Aí, não dá mais pra ficar. Lá é cercado de cerca de arame. O pertence é bem cultivado, mas, mesmo assim, a gente não está podendo nem usufruir. As dificuldades que se tem lá dentro são maiores que as coisas que tem para se usufruir. É quase comprando a receita mais cara que o medicamento. Por quanto isso, nós estamos almejando chegar esse momento exato pra negociar esse pertence, porque não tem como mais ficar. A gente já perdeu a maneira de se lucrar porque a gente vivia do peixe, da caça. Também, as castanheiras foram todas demolidas, viraram tudo. Eram seis castanheiras, muito produtivas. Foi tirado até 15 hectolitros por ano, tinha às vezes tirava oito, dez e assim variável, mas, hoje, não está mais conseguindo, foi todas destruídas porque lá dentro a água entrou demais. E agora mesmo, tem uma castanheira que virou agora o ano passado e distância de cinco metros. A terra vai cavando, vai ficando fraco o solo e então virou, não resistiu mais não. Como se diz, está em ato de impossibilitamento e nós estamos sofrendo desde a cota 74. A castanha era pra gente manter o sustentáculo familiar. O peixe também auxiliava. E, alguma madeira que tinha antes, a canela, madeira de lei, tirava de estaca, fazia algumas benfeitorias, trocava em serviço com outros vizinhos e assim a gente aproveitava muito com esses benefícios.

Inclusive, eu já tenho o meu pertence todo mapeado. É você percebe diferente nas frutas porque ela já tem deformação, ou seja, uma qualidade inferior. Não é mais aquela de origem. Inclusive nós já mapeamos, nós já demos a coordenada e uma das razões muito séria na época, as equipes de fiscais foram lá e eu não estava. Aí, chegou lá um engraçado porque na época o nosso sítio era um dos mais de benfeitoria. O nosso pertence com todas as benfeitorias que chegou a uma importância de R\$ 122.468, 61, aí, eles me pediram a propina que eles traduzia, ou seja, que adulterava pra R\$ 150.000,00 na época. Eu disse: - Não senhor, eu só quero o que é meu. Acho que por isso que hoje, eu não recebi. Eles queriam colocar 150, pra me pegar 20 mil reais de propina. Digo: -Eu não faço. Não é justo. Só quero o que é meu. Obrigado!



Avanço da água sobre plantações e casas nas ilhas, na Região Cajazeiras, sob efeito da elevação da cota do lago da UHE Tucuruí.

Eu sou conhecido como *José Amadeu de Pessoas* e eu moro na ilha que eu tenho no lado e então estou perdendo porque a água crescia. A água vai no barreiro que tem e vai quebrando né. A gente tem pé de manga, cacau, açaí, muruci, jaca, tudo tem lá. Então, a água vai quebrando porque no tempo que saiu o alqueire, não recebi nada. Há trinta e três poucos anos dentro da ilha que eu moro. Tem 33 anos da ilha que me mandaram sair de lá. No tempo que fizeram aquele pagamento, eu não recebi nada porque eles falaram que era nada a terra, mas a água cresceu o barranco vai quebrando, a barreira vai quebrando na quebradeira. Então, os plantios que eu tenho lá são esses, é só cupu, caju, muruci, manga, jaca que tem, mais uns pés de pimenta.

indenizaram que ela pegou, que eu não estava lá, Ilha Fé em Deus. A ex-mulher minha não mora lá mais. Mora pro Piquiá com meus filhos. Tenho três filhos.

Meu nome é *Bernardino Correa*. Eu resolvi vir pro lago de Tucuruí, cheguemos aqui, compremos o direito de uma ilha. Não sei que ano, eu não estou lembrado. Aí, nós viemos. Fizemos um sítio. O meu pai, a minha mãe ainda era vivo. Aí depois perdi meu pai, minha mãe. Aí, no dia do processo que foi bater a foto quem apareceu foi um compadre da minha irmã lá na foto, aí quando nós viemos que eu vim pra Tucuruí que eu ficava andando com ele. Ele sofreu derrame, no que eu voltei, o pessoal já tinha invadido pra começar naquele negócio de encrenca, de briga. -Eu não vou perder minha vida aqui. Eu vou embora. Mas só que o processo está no meu nome, né! Aí, eu vim atrás porque lá agora virou umas fazendas assim como ela contou lá, o cafezal onde tinha muitos pés. Era na região Acapu, bem na frente da Ilha Pelada. De lá eu vi que não ia dar certo, aí, eu fui comprei aqui na Bom Jesus aqui que é Caraipé, Lago Azul. Aí, lá eu tô com nove anos lá, trabalhando de pescador. Aí, dia três de fevereiro cortei minha mão ano passado, esse ano já fez um ano e pouco, mas não fui mais lá. Não sei nem como é que está o barraco que eu deixei. E é só isso. Tem que correr atrás antes das coisas acontecerem né porque vem o impacto Lourenção. Aí e eu acho que vai atingir um bocado de coisa e até essas ilhas novas vai embora. No Acapu tem muita que é parente, só que o processo está no meu nome, que o meu pai botou pra resolver o problema, só que eu não quis brigar, fui me embora pra lá e essa uma que é na Região Lago Azul aqui é lá que existe uma pescaria. Por agora estou morando em Tucuruí. Inclusive, aquela senhora que estava ali comigo, a ilha dela é na frente, a minha é atrás.

Eu sou *Irene Alves Rodrigues*, moradora lá da ilha há muitos anos, só que eu fiz nossos cadastros lá com a SEMA, em 2001. É Ilha das Flores fica na FUNAI, fica no Tocantins e como eu estava falando com a enchente, com a água grande matou várias plantas nossas na entrada, lá na frente porque vem a água do rio e matou muitas plantas na frente, agora tem só ao redor do barraco. É, lá era uma ilha que tinha colégio, tinha igreja, tem moradores lá. Só que agora não está tendo aula, não está tendo transporte pras crianças e nós continuamos lá, nunca recebemos ajuda de nada durante nós está ali porque muitos receberam, mas nós não e nós estamos aqui pra ver no que vai dar. O transporte escolar é de barco, é de rabeta, que a prefeitura alugava pra levar os alunos e assim, eu não tenho mais filho que estude lá. Os meus filhos já estão grandes, Já tem suas famílias, mas os netos estão estudando, mas aqui na cidade. E nós temos o nosso barraquinho lá. A escola estava parada lá esse tempo que eu vim de lá esses dias né e a gente de vir de lá pra cá, não tem transporte, quando meu vizinho que traz a gente e leva. A gente vive nessa peleja. Energia a gente também não tem lá, nunca botaram energia pra lá, diz que tem energia para todos, mas nós nunca tivemos e aí é essa a gente pesca mesmo só pra comer que o peixe está meio difícil. A água é suja, a gente não pode nem banhar na água que se banha na água, a gente fica com a pele toda empolada, dá coceira, pega aqueles bactérias porque olha, a água ela fica verde com um negócio verde assim por cima igual um abacate quando você bate, assim fica aquilo em cima da água aquilo grosso né, não presta nem pra gente

banhar, nem pra tomar, nem fazer comida e fede que dá doença na pele da gente e dá essas doenças horríveis. Joga cabelo e a gente está batalhando. A gente veio aqui na reunião pra ver se a gente consegue, que Deus abençoe que dê tudo certo.



Croqui da casa de Irene Alves Rodrigues localizada na ilha das Flores - FUNAI.

Meu nome é *Valdina Medeiros Pimenta*, e a mesma coisa está lá de cima, tem dia que ela amanhece com um metro, ela abaixa quase dois palmos e tem dia que ela está lá em cima. Amanhece, às vezes, de tarde, ela já está lá em cima. Então se eles prendem a água lá pra cima. Então, com certeza pra baixo vai ter o mesmo efeito que nós temos lá em cima. Eu moro na ilha. Eu já vim de lá hoje. Então, o mesmo prejuízo que eles têm lá, a gente também tem nas ilhas, porque lá o nosso prejuízo é porque a água na hora que ela está cheia os peixes vão e desovam. Aí se ela desceu, o que acontece? Eu moro na Região do Ouro Verde. Então, os urubus já passam, os bichos, os pássaros já vão comer aquela ova que ficou lá no solo e às vezes, a mãe vigia os ovos, se ela saiu, a água secou, então quando ela volta, não sabe, ela não acha mais porque os bichos já comeram.

Meu nome é *Maria das Graças Carvalho de Araújo*. Veja esse é o processo lá da ilha, o pagamento não recebi de indenização da ilha não, da eclusa. Quinze mil. E hoje estou morando na ilha. Mas só quando eu consegui essa daí, eu já tinha uma ilha. Aí, a gente foi expulso daí, eu voltei definitivamente pra minha ilha. Aí, eu criei meus filhos tudo nessa eclusa e na ilha. Hoje, são tudo criados, graças a Deus. O processo da ELETRONORTE é a minha irmã que fez, eu nem me lembro, aí isso faz tanto tempo, aí, eu tô com um esquecimento. De vez em quando passa um branco, aí eu não me lembro. Até estive com um médico agora. Mas, mesmo assim, na idade que eu tô, ainda trabalho em roça, faço farinha, faço tudo na roça. Eu vim ontem lá da ilha estava cortando arroz. Quando vejo a hora passar, já estou dentro de uma rocinha, foi o que eu aprendi, foi trabalho de roça, aí, estou até agora trabalhando de roça.

Sou conhecido como *Zé Bino*, aqui na comunidade Santa Maria. Digo para vocês que reduziu a quantidade do pescado. O pescado diminuiu e tem outro problema, hoje, que nós estamos enfrentando, é o problema do comprador do pescado. Porque o comprador de pescado teve uma impressão de pescado agora no período de defeso. Nesse ano de 2019, que o povo o afastou por completo porque perderam tudo. O peixe já estava gelado, já estava pronto pra sair e foi apreendido pela ADEPARÁ junto com a SEMA. Aí, os compradores de peixe deixaram de vir por quê? Aqui não temos nenhum processamento de nada de pescado. Agora, a fiscalização estava exigindo que você tivesse frizer. De onde você vai ter frizer?

O governo nunca ofereceu pra nós. Nem o governo municipal, nem o estadual, nem federal, condições de nós sair daquele Onze, de lá pra montar um entreposto pra nós processar o pescado pra sair. Nunca fizeram. Nós estamos fazendo ali, é aquilo que a gente diz é feijão com arroz. Todo dia dá aquela forra. Mas os compradores não vêm hoje. Hoje, quem está comprando o pescado nosso aqui é os caixeiros, como a gente diz aqui, o povo que leva o peixe na caixa de isopor pra região nossa aqui vizinha que é aqui região ribeirinha que é Cametá, Abaetetuba e Belém que é o Ver-o-Peso. Mas, pra fora do Estado não saiu mais, que o povo não vem. Não tem com refrigerar peixe de jeito nenhum. E aí, eles querem uma nota cifrada, como é que quem vai se dar? Não tem como. Então, fica mais difícil. O porto de Jacundá já está tirando mais peixe do que o nosso, mesmo com a distância. Lá é 48 km longe do asfalto, mas eles vêm pra Jacundá porque o pescado é maior e, até agora, ainda não teve nenhuma pressão lá. Eles vão pra lá? Não. Eles vêm vender aqui. Quem vai pescar lá é o povo que mora em Tucuruí que vai pescar na região de Jacundá. Eles saem, passam esse período do verão que a água vai baixar, quase todos os pescadores daqui vão pescar naquela região. Aí, vendem o peixe no porto de Jacundá, num porto novo que sai pescado e o outro é o porto de Santa Rosa. Eles tiram lá. E aqui em Repartimento também já tem um porto que é o polo pesqueiro. Então, a situação ficou essa, diminuiu o nosso peixe. Eu estou falando do polo pesqueiro, que foi implantado no governo do Jatene ou antes. Hoje, já tem até uma fábrica de gelo que antes não tinha, agora já tem lá na beira.



Ponto em construção para a instalação de placas de energia solar em uma ilha na Região de Cajazeira. Energia a ser paga pelos moradores, que não contam com energia elétrica em nenhuma das ilhas do lago da UHE Tucuruí.

O problema do seguro defeso é um outro problema do pescador grave. Até hoje, o governo federal e nós não podemos culpar o governo estadual, mas é o federal. Nunca fez uma fiscalização no período do defeso pra saber quem é quem no setor. Então, eles cobram que todo pescador é ladrão. Se você ver todo pescador é ladrão, mas não é pescador que é ladrão. O governo federal que vai medir o RGP que hoje é o Registro Geral da Pesca, é ele que mexe. Então, quando é pra fazer agora, nós estamos esperando depois do novo governo do Bolsonaro

pra vir fazer um novo recadastramento nacional. Então, quando eles vêm fazer um recadastramento nacional, eles vêm com o Estado. Aí, quando vem, já vem com o Estado junto com eles. Ele já vem com o pessoal de lá, um já faz a cabeça do outro, não chega, ninguém vem no lago hoje. Tem pescador que mora na cidade. Concordo. Todos nós concordamos. Eles residem, vivem de pesca. Mas, hoje, mais de 50% dos pescadores moram dentro do lago. E, aqui no lago hoje, tem quantidade de gente que não tem o RGP.

Eu me chamo *Jailson Garcia Rodrigues*, moro na região Cajazeira no lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o que eu tenho para dizer dos danos morais o qual nos ocasionou um relevo da água reduzindo o nível da Usina Hidrelétrica de Tucuruí o qual desde de 2001 pra cá, veio ocasionar a segunda etapa para que gerasse mais energia, e com esse momento do nível da água nos tivemos grandes danos e prejuízo que veio matar nossas plantas o qual a ELETRONORTE se comprometeu de pagar as cotas o qual ia ser prejudicado da cota 72 até a 75 o qual ela pagou pra nós até a 74 a 75 ela nunca nos pagou. E a partir desse momento que foi concluído a obra, a água só veio a crescer cada ano, veio aumentar e nos dar prejuízo de nós perder as nossas plantações, inclusive agora em 2019 muitas casas que foram pro fundo foram perdida já que foram relocada, aquelas primeira já tinham indo da cota 75, foram embora pela 74, foi destruído, a gente fizemos a relocação e essas que fomos relocado elas já também estão indo para o fundo, a gente consegue ver ne? Dentro lago muitas casas indo pro fundo e a cada ano ela só vai aumentando a água só vem aumentando cada vez mais, devido também o leito do rio estar secando, porque? Porque quando é no inverno a água enche e vai matando as plantas, e a aquela planta que morreu vai destruindo; quando vem o verão a enxurrada no início do inverno leva essa terra para o leito do rio ela faz descer a cada ano ela vem descendo, então só vai diminuindo se dava profundidade de trinta metros, hoje só da dez, quinze metros. e a água quando ela vem expandir no inverno ela já vai a cada metro mais, aqui pelo nível da barragem nós consegue perceber tantos o rendimento da água porque ela vai dar os danos nas cabeceira, ela vai represar aqui e os danos maior vai para as cabeceiras aonde tem as grandes cachoeira e com isso os peixe vem a morrer logo na subida da água, da água suja, e o peixe vai pro raso pra tentar respirar (pegar o oxigênio) que a água tá suja, perde o oxigênio e eles vão pra beira onde eles se engata no capim se prende, e não consegue respirar, e ali já não tem mais o oxigênio, eles tenta sair mas não consegue. É uma grande mortandade de peixe pequeno logo no início, e quando meia a praia a água já vem, os grandes que vai subir pra cachoeira pra desovar, e nessas desova dele não consegue nem desovar e quando ele chega lá já também não tem o oxigênio ai eles morre. Isso nós consegue ver todo ano, inclusive esse ano já morreu os pequeno agora já vai morrer os grandes e nós queremos reivindicar nosso direitos, que ela venha certa com gente rever né, o que nós



Pastor Jailson Garcia Rodrigues, relata a destruição pela elevação da cota do lago.

perdemos, nossas plantações, perdemos todas nossas produção que essas plantas que morreram que nós perdemos, que era pra nós tá colhendo hoje já furtivo, e o qual hoje não se encontra mais. A água já destruiu, já levou tudo, então nós precisamos negociar os nossos prejuízos, as coisa que nós perdemos, nosso danos, nossas casas que está indo pro fundo. Ninguém faz as coisa pra perder, tudo que a gente faz é pensado em prosperar, não pra perder.

Pescadores da Resex Ipaú-Anilzinho

A água engrossa e fica numa situação, engrossa que desaparece o oxigênio do peixe. E o peixe endoia.

Meu nome é *Eliseu do Espírito Santos*, eu sou morador da RESEX Ipaú-Anilzinho. A RESEX foi criada em prol de ajudar lá a nossa comunidade. De uma forma, trouxe assim alguns benefícios por um lado e ajudou sim algumas famílias, mas, infelizmente, existem as grandes políticas. Ajudou em que sentido? Assim, aquilo, que, por exemplo, que a gente não recebeu de benefício que deveria ser recebido da parte da ELETRONORTE pelos danos que ela causou a nós, que ela não retribuiu a nada. A criação da RESEX fez com que a gente tivesse o direito assim na casa. Pessoas ganharam casa, ganharam fomento e nessa área sim ajudou. Mas, houve alguns problemas, alguns conflitos lá que paralisou esse benefício, mas a gente está lutando em busca de uma melhoria pra comunidade. E voltando, o que a ELETRONORTE tem causado a nós é grande transtorno na questão do pescado porque o nosso antepassado, até hoje existe as raízes que a gente adquiriu de nossos antepassados que a gente vive do pescado. E com a construção da barragem, nós sofremos um impacto na área pesqueira e inclusive, está sendo dito aí que eles estão de plano aí cavar aqui o rio. Se esse rio for cavado, pior vai ficar a situação que já está, porque cavado o rio Tocantins, essa água toda com certeza vai escoar pra lá. Já está seco o nosso rio, com essa escavação a situação vai ficar pior. Aí, que não vamos ter condições nem de embarcação mais andar, porque a gente tem meio de transporte, a gente vai até a cidade de Baião através das embarcações. Mas se acontecer, aí as coisas vai ficar pior. E, por exemplo, os nossos pescados, nós tinha grande quantidade de espécie de peixe e, hoje, já não existe em nosso território, esses peixes foram afugentados, fugindo por causa da falta de água que não está tendo. O rio está secando porque a água fica pressa do lado daqui. Quando ela era natural, não existia isso aí. A gente não tinha esse problema. A gente tinha o peixe no período normal lá.



Elias Gomes e Eliseu do Espírito Santo, moradores na Resex Ipaú-Anilzinho, elaboram croqui a partir das suas vivências.

Antes do fechamento e com o fechamento foram várias as marcas de peixe que foram expulsas daquela região, deixando os pescadores sumamente empobrecidos com essa questão, além de que nós tivemos as lavouras que foram perdidas na época que fechou a barragem e a gente é tido como se tudo ficasse em paz. Então, pra fortalecer essa luta com vocês, denunciar essa empresa e requerer nossos direitos do governo federal, esquecidos a tanto momento, pedimos esforços, primeiramente a Deus e depois das nossas autoridades, advogados, juízes, que não fiquem do nosso lado, mas que façam o que é justo, porque precisamos receber aquilo que é nosso, só aquilo que é nosso. Não queremos nada de ninguém. Deus abençoe essa luta! Sou também vice-secretário da APPATUR. (*Elias Gomes*, RESEX Ipaú-Anilzinho).

Agora, acontece um fenômeno que também foi a causa que a ELETRONORTE tem causado, por exemplo, já afugentou essa quantidade de peixe. Existe um fenômeno lá que batizaram como um tal de piracaú que a água engrossa e fica numa situação, que desaparece o oxigênio do peixe. E o peixe endoia e sai em busca do oxigênio, mas não consegue. Aí morre em quantidade, a gente perde em quantidade. Todo ano tem, acontece duas vezes lá pra nós esse grande desperdício de peixe lá pra nós causado por isso. E pra terminar essa obscuridade na água, se não chover, todo tempo vai ficar morrendo, só para quando chove. Aí, corta o efeito desse processo que acontece lá que a gente não sabe o que é. Então, assim, a gente quer que a ELETRONORTE veja esse reparo que ela fez esse dano que ela causou pra gente, que a gente não está bem nessa situação, que ela repare e assim que ajude as famílias, as pessoas que vivem naquela localidade. Muitos pais de família mesmo que dependem do pescado, que vivem do pescado, hoje está uma situação difícil no nosso território lá. E a gente até fez aí o território nosso lá como a RESEX. A gente fez o mapa com dela e a localidade todinha, os rios que a gente usa, os lagos.



Na Mesa de Debate do dia 20 de junho de 2019 participaram Maria do Carmo Correia (do Povo das Ilhas), Edilene Ramos da Silva (Representante da eclusa, segunda tesoureira da APATTUR), José Crecino (de Repartimento Velho), Juvenal Ribeiro dos Santos (APPATUR) Maria Raimunda Dias (moradora de uma ilha no lago da UHE Tucuruí), pastor Jailson Rodrigues (Ilhas de Tucuruí), Eliseu do Espírito Santos e Elias Gomes (Resex Ipaú- Anilzinho)



CAPÍTULO III

ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DAS ECLUSAS DA UHE TUCURUÍ

Sra. - Nessa área da eclusa eu digo que tem umas trezentas pessoas. Os primeiros mesmo quando chegou lá, tinha umas vinte pessoas no começo. Moramos uns dez anos lá, no começo, faz anos. Tinha a família Gomes, muitos anos já. Eu e ele somos Gomes já. Eles são Ferreira, tinha os Sousa. As famílias Oliveira, Andrade, Pimenta, Alves, Sousa, Carvalho e a família Santos, não tem não. E a gente trabalhava a melancia, nós mexia com arroz. A família Oliveira que é a nossa, nós lutava com arroz, mandioca, banana e todo tipo de fruto; feijão, era isso que nós lutamos. Nós trabalhamos lá foi 20 anos, quando nós entramos lá. Tinha açaí, só não tinha madeira. Só tinha uma castanheira grande, até hoje está lá, na divisa da minha terra tem um pé de castanheira, até hoje ela está lá.



Cerca de isolamento da eclusa do bairro Velha Matinha; Canal da Eclusa, vista do bairro Nova Matinha (trabalho de campo da equipe de pesquisa, Tucuruí, junho de 2013).

Sra. - Essa uma tá lá contando a história, a lembrança da história de lá daquele local, daqueles vários tipos de plantas, ali não tinha só frutivo, tinha plantas nativas também. Tinha caju, tinha castanheira, tinha ipê, então várias pessoas gostavam de plantar pra ter uma área de lazer, além de ter o alimento, também tinha a parte frutiva e era da natureza mesmo. E a família Pimenta, além de plantar, nós criamos também. Nós criamos quatro mil frangos de granja lá naquela área. E, também, muita gente criava: porco, galinha, pato e tudo enquanto tinha lá. Que era a fonte de renda, mesmo porque ficava perto da cidade né, não tinha muito transporte, então era só chegar lá e já trazer. Ficava perto da entrega para os fornecedores. Era uma área grande. Só a nossa dava oito milhas, só a nossa. Eu acho que ia dar uns quatro mil metros quadrados.

Sr. - Do papai dava uns cinco alqueires, não dava? Pegando daqui de cima até lá em baixo, não dava?

Sr. - A nossa, a maior mesmo era a nossa, que era oito linha, que é oito cruzadas que fala, oito linhas. A dele também era quatro a cinco. As maiores eram de oito até cinco. Aí, foram dividindo, duas linhas, uma linha.

Tempos de DESTRUIÇÃO NA CALHA DO RIO TOCANTINS

Sr.: - A nossa se não me engano era sessenta e cento.

Sra.: - A minha era três.

Sra.: - Aí, vai diminuindo de oito, de três, de oito vinha pra baixo, até cinco.

Sr.: - Tem que lembrar também que existia dois tipos de moradores lá. Tinha os moradores produtivos que eram aqueles que criavam, que plantavam e tinha simplesmente moradores que só iam pra morar mesmo, não tinha nenhum tipo de plantação, nem nada, só que morava na mesma área. Só que tinha os produtivos. Tinha, era ele que produzia o açaí, hortifrúti, tinha essas coisas.

Sr.: - É, plantavam, urucum, goiaba...

Sr.: - Tinha outro povo que morava nessa área, mas só era moradores mesmo.

Sr.: - Urucum, feijão, mandioca.

Sra.: - Era muito plantio.

Sra.: - Agora você vê o preço da dúzia de banana. Nós tínhamos mil e quinhentas touceiras de banana. Agora numa touceira quantos pés não tem?

Sr.: - Tinha açaí produtivo, tinha cacau, tinha abacaxi, em quantidade de mamão, pé de cajá frutivo, pé de cacau frutivo, pé de laranja, pé de limão, urucum, caju.

Sr.: - Eu tenho um documento (uma vistoria). Pra começar tudo isso aqui é área, é planta que existia lá. Isso, todos esses processos aqui. Isso aqui são tudo plantações que foram calculados por eles, todo esses vistos.

Sr.: - Quatro alqueire equivalia a uma linha.

Linha	Área	Cultura	Espécie	Quantidade	Valor
1	100	Banana	100	100	100
2	100	Caju	100	100	100
3	100	Laranja	100	100	100
4	100	Limão	100	100	100
5	100	Mamão	100	100	100
6	100	Urucum	100	100	100
7	100	Açaí	100	100	100

Linha	Área	Cultura	Espécie	Quantidade	Valor
1	100	Banana	100	100	100
2	100	Caju	100	100	100
3	100	Laranja	100	100	100
4	100	Limão	100	100	100
5	100	Mamão	100	100	100
6	100	Urucum	100	100	100
7	100	Açaí	100	100	100

Documento de vistorias realizadas pela ELETRONORTE em 2005.

Sra: - No começo foi em 92, chegou um chefe da ELETRONORTE lá falando que ia fazer a eclusa, ia se iniciar a eclusa, foi 1992?. Não, em 2002 que eles foram lá. Aí, quando foi em 2005 que nós fomos indenizados. Aí, falou que ia ser uma eclusa, que uma área ia se alagar, um canal ia passar. Aí, que a família era pra se retirar. Aí, quando foi em 2004, eles falaram pra nós que pra nós fazer o acordo pra poder nós sairmos porque eles queriam indenizar nós como a prefeitura. Aí, falei: - Não, tem que ser pela ELETRONORTE. Porque a ELETRONORTE que cabe a respeito dela, porque a área é da ELETRONORTE. Aí, a prefeitura queria tomar de conta. Aí, falei: - Não, não aceito. Nós não aceitamos na época, nós queria ser indenizado pela ELETRONORTE porque ela que é responsável por dano. Aí, o rapaz que era o presidente dois anos antes, porque depois teve outra eleição e eu que fiquei, aí falou com a ELETRONORTE e a ELETRONORTE falou: - Não, nós vamos ter que tirar vocês de um jeito ou de outro. Ou vocês aceitam a indenização, ou saem pela polícia, que a federal ia baixar lá e ia tirar todo mundo que queria ou não que fosse indenizado. Aí, pra nós não sair prejudicado, nós tivemos que entrar no acordo com a ELETRONORTE.

Sra.: - Que nós mesmos, nós no acordo com a ELETRONORTE dos mais antigos, nós queríamos as nossas indenizações.

Sra.: - A nossa indenização? Mesmo, a minha que era a maior área estava dando no valor de quase oitenta mil reais que foram ponto por ponto o que tinha das plantas. Aí, foram falar das casas, o que que tinha, hectare tudo, as plantações.

Sra.: - Sim, porque eles falaram que tinha cupim, que estava danificado e eles não ia indenizar aquilo porque estava perdendo. Eu disse, mas isso não tem nada a ver. Ele falou que era depreciação. Aí, ele falou que se está indenizando tem que pagar tudo, no atual e foi feito como no das ilhas, no mesmo papelote das ilhas. Em 2002 que foi indenizado as ilhas. Aí, eu falei assim: - Não, nós não aceitamos o mesmo papelote. Tem que fazer atualização da pauta. Aí, não atualizaram, tiveram que fazer a pauta de 2002 das ilhas, que era pra atualizar a pauta da indenização. E aí, quando foi pra ajeitar isso, ele: - Ah, não pode fazer isso porque não tem mais tempo pra fazer. Aí porque foi tudo rápido: - Ou vocês saem, ou então vai sair abaixo na polícia.



Grupo de trabalho faz os primeiros traçados do croqui do território tomado pela eclusa.

Sra.: - O nosso mesmo custou mais ou menos, pra tirar rápido foi três meses no máximo três a quatro mês porque nós tinha que tirar tudo, porque as máquinas já estava derrubando casa, derrubou casa de gente lá com as maquinarias porque já estava sendo indenizado, já estava soltando bomba quando não a dinamite.

Sra: -Outros ficaram. Não, as famílias continuaram lá, uma parte né. Com a dinamite tremia tudo lá.

Sra: - E as casas rachava. Rachava as casas, poço, tudo isso, a dele estava mais perto da eclusa.

Sr.: - Boa tarde! Sou ex-morador da área da eclusa, também fui impactado com a construção da eclusa, onde eu tinha uma terra que ficava nas proximidades. Tinha muitas plantações como coco, café, tinha plantação ali de tamarina e eu também tinha outra casa que a gente trabalhava com marcenaria, construção de móveis. Então, isso tudo foi impactado e o que nós recebemos ali, quando fomos retirados, não deu pra comprar nenhum outro local pra gente começar de novo com a fábrica de móveis. Então, isso foi um grande prejuízo pra mim, não tive mais como mexer com a minha profissão, que eu tinha um ganho a mais e além disso, as plantas e o terreno que foi totalmente impactado, destruído. Muito obrigado!



Croqui elaborado por Claudiomilson Estumano, expropriado pela eclusa.

Boa tarde! Eu me chamo *Claudiomilson*. Eu também tinha uma área aí dentro das áreas das eclusas e em 2002, eles vieram pra terminar a eclusa dois e fizeram uma indenização artificial pra nós, irrisória. Eu tinha duas casas dentro da área, eu tinha mandiocal maduro. Eles colocaram como agricultura branca, desvalorizaram a minha área, que era macaxeira e mandioca de farinha, fora as plantas produtivas como caju, goiaba, maracujá, mamão, taperebazeiro, tucum, pupunheira, vários tipos de plantas regionais.

Eles pagaram pra mim essas plantas que eram produtivas, eles pagaram como se fosse improdutiva. Desvalorizando toda a minha benfeitoria. É isso que tenho a dizer. Boa tarde! Obrigado!

Fátima: - Eu entrei lá em 87. Nós entramos lá que era mata virgem, era só área abandonada. Aí a gente entrou lá, começamos a brocar e a ELETRONORTE vinha e impedia e gente começava a trabalhar, a gente plantava arroz de noite porque ficava numa área abandonada, se a gente queria trabalhar, tinha que aproveitar a área, a gente plantava muito arroz, mandioca, macaxeira. Tinha mil e quinhentas touceiras de banana. Tinha cupu. Nós tinha cacau. Nós tinha açaí e nós plantava muito feijão, plantava verdura, abóbora, quiabo, maxixe e aí, a gente ficou a ver navio. Você passa vinte anos tendo o seu alimento, e tudo, de arroz, feijão, de farinha, de tudo, aí você vai passar a comprar porque a gente realmente teve que sair às pressas porque começaram logo a soltar bomba que iam fazer o serviço. Praticamente expulsos às carreiras. É, não. Não é que destruí, é porque a gente não podia mais ficar na área porque ficava uma área de risco, não é que destruí as minhas plantações, é que a gente tinha que sair porque era uma área de risco e a gente não podia ficar, de jeito nenhum. Então, foram muitos anos de trabalho e sacrifício lá. Foi isso. Ouvimos a explosão um mês mais ou menos. O risco, eles diziam pra gente, por causa das pedras que arrebentavam e podiam voar as pedras e caíam as casas.



Grupo de Trabalho debate os efeitos da eclusa e elabora o croqui a partir das situações mencionadas relativas às unidades familiares.

Sr.: - E lançava muito longe as pedras. Aquele estouro, lá, lançava as pedras muito longe. Então, você tinha que isolar a área mesmo, tinha que sair e no caso, eles não respeitavam os moradores que ainda não tinham pra onde ir e nem ainda tinham sido pago como devidamente tinham que ser com o preço real das coisas. Sra.: - Nós moramos oito anos lá. Aí, depois a ELETRONORTE veio pra nos botar de lá. Aí, nós trabalhava com horta, tinha muita plantaçào. Tinha cacau. Tinha goiaba. Tinha maracujá. Coco.

Só coco, nós tinha quarenta pé de coco. Tinha pé de jambo. Macaxeira. Jaca. Tudo tinha plantado. Tinha pimenta do reino. Tinha ipê plantado. Tinha três pé de castanha. Duas: frutífera e uma nativa. Nós trabalhava de horta, trabalhava com pepino, berinjela, alface. Para abastecer o supermercado. Na feira também. A terra era dada, tinha jambo, macaxeira.

Sra.: - Ah, nesse tempo, quem foi indenizado, fizeram a vistoria. Importou em 28 mil. Aí, quando nós fomos pra acertar tudo. Eles só fizeram a proposta e dizer tudo seis mil reais. Aí, nós não tivemos mais condições de mexer porque eles já tinham dado o preço deles e por isso, nós ficamos.

Sra.: - Nós moramos lá, quando nós saímos foi antes, quando eles pediram pra sair, eles ainda não tinham indenizado ninguém. A gente só saiu. Eles só fizeram isso aqui ó, pegaram isso aqui, anotaram tudinho, o nome de cada um, o tamanho do terreno, casa, tudo. Aí, mandaram que a gente procurasse, alugasse uma casa, aquele que tivesse uma outra casa que fosse morar até eles arrumarem ou uma casa, ou então, a indenização da pessoa. Aí, nós saímos. Como a gente é pescador e vive do lago e vive pescando, aí o que que a gente fez. A gente ficou na cidade dois anos, aí foi embora pro lago, aliás um ano só, quando foi no outro ano, aí, a gente já tava no lago e daí esse daqui que eles fizeram a coisa deles, eles não negociaram com os moradores. Eles só negociaram e chegaram: - Ou você assina, ou você vai recorrer à justiça e já sabe ou você vai receber, ou vai perder tudo. Aí, meu marido disse: - Ah, ou menos ou mais, eu vou assinar logo. E assinou e saímos. E ali, onde a gente morava era bom porque os meninos, porque a minha filha sofreu um acidente e agente teve que vir pra cidade porque a gente morava na ilha. Como ele sempre gostou de morar onde você cria, onde você planta, porque tudo comprado é caro, quando você tem é natural, é a vida mais saudável que a gente tem. Quem mora no campo não acostuma na cidade; pode ver, quem veio pra cidade diz que ele nunca mais teve a vida boa. O maior prejuízo é esse dano mesmo de convivência que ele tem, da comida, pros animais, plantar suas plantas, ter o seu alimento ali colhido da hora. Isso que é o nosso objetivo, é de ter uma vida melhor e tanto é que quem mora num lugar desse ele se sente muito bem, muito feliz porque além dele construir o seu alimento, o seu modo de viver a sua convivência, ele está num lugar que ele se sente bem.

Sr.: - Eu tinha um terreno lá onde eu tava construindo a minha casa. Mas, assim que eu comecei a trabalhar na casa, eles mandaram embargar o serviço porque ia ser indenizado, que ganharam uma área de risco. Nos foi feita uma promessa no período de acordo que foram sendo negociado e construíram duas casas modelo e pediram que a gente escolhesse entre uma e outra. Uma das casas lá tinha três quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro. A outra tinha uma sala, dois quartos, a cozinha e um banheiro. Só que tinha uma área bem mais adaptada. A de dois quartos parecia ser muito melhor que a de três. A de três favorecia mais por ter mais cômodo. E o valor desse imóvel, segundo eles, era um valor de cinquenta mil reais. No caso, vinte mil valia o terreno e trinta mil valia a casa. Só que eles não fizeram nenhum modelo, nem outro. Simplesmente, fizeram uma casa lá de qualquer jeito e nos passaram essa casa e essa casa não tinha total estrutura que foi apresentado na casa modelo. Aí, depois haveria uma indenização de trinta mil reais e essa indenização, até hoje, está aí, diz que já está ganho a questão e tudo, mas está lá, nunca sai pra ser reposto para os moradores do bairro.

Sra: - Com o tempo eu fiz uma casinha de barro, cavei um poço, plantava mandioca, tinha muito açaí, que eu plantei também. Aí, eu plantava mandioca, fazia farinha, tinha uma casa de forno. Eu fazia farinha, eu com meu filho. Aí, a ELETRONORTE chegou lá, encostou na gente pra nós sair e qual é o jeito nós faz? Desocupar a área dela, não é nossa né. É dela. Desocupemos. Nós viemos se embora.

Sra: - Nós tinha mais de dois mil pé de açaí plantado.

Oi, eu sou *Raimundo* e eu fui morador da eclusa há muito tempo. Fui um dos primeiros, um dos pioneiros. Eu morava logo ali na entrada. Porque ali tinha uma cerca da ELETRONORTE que dividia: bairro Liberdade e área da eclusa. Eu morava logo ali na frente do primeiro lote. Depois aconteceu um acidente comigo lá, um roubo né porque a área ficou muito perigosa quando aconteceu tudo isso aí. Aí, me arrombaram a casa lá, me bateram demais isso aqui, olha, me deixaram essa marca aqui; tava acontecendo já roubo. O pessoal saqueando as coisas. Antes não acontecia. Aí, eu tive que me deslocar de lá pra outro local, só que também na área da eclusa aqui já pra perto onde ela está localizada, perto do canal mesmo. Lá era uma área maior, melhor. Aí, eu fiquei lá. Novamente, eu fui atacado. Queria expulsar a gente. Aí, eu tive que me acovardar porque eu não ia morrer ali. Eu me acovardei e saí e sobrevivi. Graças a Deus estou aqui, é um milagre de Deus mesmo porque não foi fácil pra cada um de nós permanecer e continuar naquele lugar que era tão calmo, tão bom de morar e se tornar tão perigoso. Mas, graças a Deus, né, existimos, estamos aqui agora, contando a história.

Sr: - Oi, boa tarde! Lá na nossa terra, está aqui, olha, esse aqui é a área que nós tinha e nós plantava caju. Nós tinha plantio de caju, açaí, coco, jaca, graviola, acerola. Nós tinha banana, macaxeira, mandioca de torrar farinha. Tinha casa de farinha. Nós tinha um barraco que era de madeira que era de torrar farinha e o outro da gente morar que era de madeira também coberto de telha, tudo bacana, arrumadinho. A gente vivia ali. Final de semana ou a semana toda a gente parava lá porque ali que nós tirava a sobrevivência, era bom a gente está ali. Tinha uma lagoa muito grande lá, onde inclusive passou a eclusa lá dentro. Tinha capivara, tinha aquele jabuti que gosta de estar na água. Todos esses elementos tinham lá.

Muito peixe que subia lá e descia, a gente não podia pegar porque os guarda da vigilância ficava do outro lado. Então quando na época começou a dar o estouro da dinamite lá na eclusa, aí nós não podemos mais ficar lá e aí, nós tivemos que sair. A gente ia receber a indenização depois que saía de lá. A gente não recebeu antes. Não, depois que a gente saiu de lá que eles deram esse documento, a gente saiu e deixou tudo lá. E aí, depois de passado de deixado um tempo lá, eu voltei lá, mas já estava tudo acabado lá, tudo debaixo da água. Tudo. A terra dele. É vizinho meu esse aqui. Eles aqui eram próximo. Esses aqui, tudo próximo lá onde era essa área minha. Tudininho foi pro fundo lá. Perdeu tudo. Então, eles prometeram dar uma terra pra nós. Dez alqueires, não deram. Prometeram também dar uma casa na cidade, também não deram e a gente está aguardando aí pela justiça de Deus né, que a aqui na terra tem a justiça dos homens, mas tem a justiça de Deus né que é a melhor né.

Sr: - Agora eu moro aqui na cidade. Aí, deu problema na visão, aí, não consegui mais trabalhar. Aí, to aí, graças a Deus. Obrigado! Na cidade é muito diferente porque lá a gente tinha muita coisa, tudo na natureza né, banana e macaxeira, farinha e tudo era natural. Graviola. Se tinha manga e tudo era natural. Sossegado. Numa hora dessas, você descia na lagoa, você tomava um banho, voltava pra casa tranquilo. Tinha as árvores assim que a gente amarrava as redes, botava as redes embaixo das mangueiras mesmo, já que a gente plantou.

Sr.: - É. Aí, veio a dinamite, aí espantou mesmo. Aí, fizeram o acordo aqui, aí que não foi o correto né. Porque, olha, aqui está no papel 2007, nós arrecebemos o direito em 2002, cinco anos atrás a diferença que era pra ter pago na diferença de 2007 que era o valor. Então, naquela época, não deu muito dinheiro, deu pra mim arrumar a casa né e foi isso. É isso.

Elvira Nascimento dos Santos: Nós estava assustado com as dinamites que soltavam lá, como as meninas falaram aí. E é, soltava pedra pra todo canto. Aí, nós saímos. Falou que era pra nós sair. Foram lá. Mediram e não indenizaram com as. Só com um pouquinho que não foi nada pra tirar nós de lá e nós saímos de lá. E procuramos outro canto e estamos aqui reivindicando o nosso trabalho, o que nós perdemos com tanta luta, com tanta e nós perdemos.

Maria das Mercês Magalhães Pompeu: - Olha, deixa, eu lhe falar, é porque eu perdi tudo, minha casa, meu patrimônio era açaí, era banana, era, caju, era canteiro, era tudo, tudo eu perdi. Aí, quando foi pra sair, como eles falaram: - Aí você sai, antes de pagarem, ou você saí e nós vamos meter a máquina. E meus filhos todos miudinho, miúdo e aí pra ir pra onde? Sem dinheiro, sem nada, pra onde eu vou? Aí, eu fiquei lá, até eles me pagarem. Aí, eu fui, peguei, comprei uma casinha, mas quando meteram dinamite, rachou foi toda a minha casa, tudo, do outro lado da eclusa, que nós mora bem em frente a eclusa e só isso que eu tenho pra falar.

Sra.: Qual horário que eram as dinamites? Era o dia inteiro? Era meio dia?- Era meio dia, era de noite, não tinha horário.

Sra: - No começo, depois era de noite. Era soada de trator. Não conseguia dormir. Até terminar a obra ali pra fazer aquele buracão.

Maria das Mercês Magalhães Pompeu: - Até hoje, tiraram as fotos das casas lá do outro lado da eclusa né que é tudo rachada as casas, até hoje. Passaram tirando foto, mediram. Não apareceu ninguém.

Meu nome é *Juvina Meirelles Barroso*. Também, morei lá perto da casa dela. Eu também tinha as minhas plantinhas que eu plantei. Eu tinha banana. Eu tinha umas quantas plantas, está tudo no papel lá em casa que eu esqueci, não sabia se precisava trazer né. E aí, quando foi pra mim sair de lá, foi em 2007, que eles me deram uma mixaria de oito mil. Não deu pra mim comprar a casa. Eu tive que sair corrida de lá porque eles já estavam demolindo com trator, aí botaram a minha casa tudo em baixo lá, estragou muito tijolo e aí eu tive que sair, peguei esses oito mil, comprei uma casinha de três cômodo que hoje está só cupim. Durmo com medo dela cair em cima de mim a qualquer hora e eu moro lá na avenida Pátria Livre, no Liberdade, fica pertinho da eclusa e eu tô morando lá hoje, não tenho pra onde ir. Não tenho uma casa boa, porque o dinheiro que eles me deram foi essa mixaria aí, oito mil, não deu pra comprar uma casa melhor. Era, eu tinha as plantinhas lá, tinha caju, tinha banana, tinha um bocado de planta que eu plantei, até soja eu plantei lá, eu tirei a soja.



Edilene Gomes, expropriada pela eclusa.

Bom dia, sou *Edilene Gomes*, representante da eclusa, estou representando a eclusa lá, porque nos saímos de lá na época de 2005. Fomos indenizados, mas fizemos acordo com a ELETRONORTE por um preço, mas foi pago por um valor abaixo do que negociamos, no caso era cem mil, ela só colocou na depreciação quarenta e pouco e cinquenta mil abaixo, então foi isso que ela indenizou nós pra nós sair e realocar as famílias. Muitas pessoas que era pra ser, pegaram a casa que foi 22 pessoas, que pegaram a casa no valor de cinquenta e cinco mil reais na época. Antes da saída nós plantávamos pra sobrevivência, nossa roça mesmo

era oito linha, tinha gente que tinha seis linha, sete linha, que plantava e produzia pra cá pra Tucuruí e pro município do Breu e pra outros lugares. Exportava o milho, macaxeira, verdura, que era cheiro verde, couve, pepino né, e muitas coisas que plantava que jogava assim, vendia nos mercados daqui cidade de Tucuruí e do Breu. Então, hoje em dia nós estamos desempregado porque nós produzida lá era pra nossas sobrevivência, nós estamos hoje, desempregado e prejudicado pela ELETRONORTE, porque nós não fomos indenizado no valor quer era pra ser. Eles alegaram pela depreciação, então, hoje nós estamos relocados, uns foram embora pra Mato Grosso, outros tão todos desempregados. É gente que foi danificado, estão prejudicado até hoje sem trabalhar, desempregado, famílias passando necessidade. Muita gente foi relocada pra Nova Matinha, que teve muito bombardeio assim da coisa das bombas, que prejudicou casas na Nova Matinha. Deram algumas casas lá que tá debaixo da lama, que lá quando foram levados aquela invasão, erosão de água, que lá era um igarapé sujo e botaram aqueles aterro e até hoje muita gente prejudicada por causa disso da Nova Matinha, por causa da ELETRONORTE, que fez isso, que não olhou para as pessoas que tava precisando realmente. Então que ela venha acertar os erros do passado, é isso que nós temos para falar, que nós tamos sendo e nós fomos prejudicado até hoje. Então, nós queremos que ela reconheça isso, que muita gente prejudicada através do que nós passava naquela época. Produção nós tínhamos pra nossos filhos e pras pessoas que precisava das nossas plantaço, das nossa alimentação, produção que nós abastecia o município de Tucuruí e Breu.



No grupo dos expropriados pelas eclusas da UHE Tucuruí foi feita a leitura do mapa inserido no Caderno Nova Cartografia intitulado *Atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí*. (2014).

CAPÍTULO IV

DISCURSOS SOBRE A HIDROVIA TOCANTINS- ARAGUAIA - BAIÃO, JULHO 2019



Pessoas aguardando início da audiência pública convocada pelo DNIT.

Depois dessa obra concluída o que vai ficar de legado para nós.

Já se falou tanto de derrocamento, de dragagem. Eu ainda digo assim que IBAMA, que DNIT e ELETRONORTE está pra Baião como Pinóquio está para Gepeto porque nós não temos nada desses órgãos, nada. Hoje, nós estamos querendo, depois dessa obra concluída o que vai ficar de legado para nós. E o social? E o nosso município como é que fica? Quando a comunidade, o gestor aperta, eles dão a caçamba, eles dão o trator pra calar a boca do município e é isso que nós temos que lutar pelo legado que vai ficar dessa obra, é por isso que temos que nos unir e lutar. Muito obrigado! (*Raimundo Santos, Vila Ituquara*).

Boa noite! Eu sou um dos remanescentes da luta contra as consequências da barragem. Você falou de trauma, mas na verdade, não sei se trauma, mas eu quero aqui tentar me expor com a maior racionalidade possível. É o seguinte, eu sou do sindicato dos agricultores rurais. Eu sou secretário de políticas agrícolas e meio ambientes lá do Sindicato de Zonas Rurais. E a gente conhece essa luta. Sabe? Também conhece o trabalho do IBAMA, embora seja técnico. Mas quando o desaparecimento de várias espécies de peixe da floresta aí das ilhas, mesmo assim o IBAMA não se posicionou contra isso que ocorreu, tinha as espécies: a cachorra, o pirati, a pirabanha, muitas espécies de peixe morreu.

A água do rio Tocantins é da cor do óleo diesel. Antes da barragem era azul. A gente precisa assim: ‘- Será que vai ter indenização para os ribeirinhos? Não. Será que vai ser revitalizado esse rio Tocantins? Será que esse rio Tocantins vai tornar a ter vida? Ou o contrário disso? Ou Baião, baionenses vai lá na cabeça da ladeira ver o navio passar’. Então são esses questionamentos que nós temos que fazer. Não sabemos realmente o que fazer. Outra luta, por exemplo, só pra ilustrar foi com a construção da Alunorte, fábrica de alumínio, contestando o movimento todo no Estado do Pará, protestou contra, porque já sabia que ela ia produzir um veneno; no entanto, trinta anos, quarenta anos depois, aconteceu o incidente que houve ano passado lá de Barcarena com a importação desse depósito, então, inutilizou o rio, Igarapés, etc. Então, confirma a nossa preocupação. Hoje, a nossa preocupação também não é apenas com canal, mas há vinte anos mais ou menos, nós fizemos essa reunião com os representantes da ELETRONORTE que falava também dos efeitos da eclusa e disseram naquela oportunidade numa reunião em Itaquara. (*Dilton Rocha*).

Todos cansados! Quero dizer pra vocês que foi marcado às 15h.



Pescadores de Baião presentes na Audiência Pública coordenada pelo IBAMA e DNIT.

É, porque tem certas reuniões que parece que as pessoas só vêm dar um aviso pra gente do que vai acontecer, fica parecendo que a gente veio aqui só ouvir que vocês vão fazer a obra e que só estão informando. (*Ajax Correia dos Santos*, comunidade quilombola de São José do Icatu).

Todo mundo cansado, né? Quero dizer pra vocês que foi marcado às 15h e não teve total respeito pra começar à tarde com companheiro que veio de outra localidade que tiveram que se deslocar pra sua localidade.

Então é importante que a gente faça esse registro, porque de fato, já começa pelo desrespeito dessa forma. Hoje, de fato, quando se coloca a questão da RIMA que faz o levantamento técnico dos impactos, das consequências da drenagem, a gente não vê claro nesse levantamento a questão das nossas espécies de peixe que já se extinguíram daqui do nosso município, que hoje o nosso pescado, a nossa produção de pescado, ele está influenciado em torno de trinta e pouco por cento só. Eu quero chamar aqui os peixes que de fato foram extintos, pra vocês que não conhecem, foram extintos o nosso município. Nós estamos aqui para discutir juntos esse projeto e nós não vamos aceitar que isso seja mantido. (*Venos Tacara de Jesus Barroso da Igreja*- Presidente da Colônia Z-34 de Baião).

Por favor, não dê licença enquanto o DNIT não descer aqui pra discutir o projeto.

Eu sou de Igarapé Mirim. Primeiro, eu queria quebrar o protocolo. Nós perdemos o tempo para registrar, falaram um da plenária e três da mesa. Não vieram pra nos escutar? Por que a gente fica escutando só eles? Então, está errado. Já tem uma coisa concreta aí; vocês podem verificar no Ministério Público. A obra é 300 km de Marabá a Baião. O projeto, o objetivo maior é de Marabá a Barcarena. Tem alguma coisa errada nisso. Outro ponto, DNIT é o empreendedor, péssimo empreendedor, ficha suja aqui na nossa região, fez as eclusas e deixou as consequências pra nós. A BR 422 vive abandonada. Queria colocar outra questão aqui, nós sofremos dois imensos projetos e a riqueza passou por cima das nossas cabeças com os linhões que foram lá atender o resto do Brasil. *(Roberto Pina)*.

Eu vou ser bem breve e fazer duas perguntas: Dos 300 km que vai ser feito a hidrovía, vai ter derrocagem e vai ter a coletagem. E, se nesses 300 km, a montante onde vai ser feito a dragagem vai ter sinalizações e se a jusante desses 125 km vai haver sinalização? *(Ronaldo Marcena, Vila Tauari)*.

Como comunidade, estamos falando por nós mesmos.



Pescadores de Baião presentes na Audiência Pública coordenada pelo IBAMA e DNIT.

Eu gostaria de saber o seguinte: se nas nossas comunidades, assim como nós hoje entramos não é diferente, vão encerrar. Vocês vão sair com as conclusões de vocês. Nós vamos sair com as nossas. Mas, eu tenho certeza de que o dia que iniciar a obra vai chegar.

Se essa conclusão vai ficar pra nós lá na Praia Alta, tanto em Tauari, quanto aqui em Baião vou citar algumas situações que podem se encaixar, agora me diz,

sem ser vistas, porque Praia Alta de Tucuruí a Barcarena não foram vistas. Nós provamos isso nos slides. Sem ser vistas, sem ser reconhecidas por suas tradições, sem ser praia, sem ser o Pedral e o mais importante, sem seus peixes nas mesas das famílias porque vão ser impactadas. É uma técnica que nós estamos pegando, porque nós somos conscientes. Nós conhecemos a área. Quem pode falar melhor do que é isso, somos nós. Como comunidade, estamos falando por nós mesmos. Nós não estamos aqui numa legislação, é as comunidades tradicionais que sucessivamente estão aqui. Vocês, como representantes do governo, qual seria a resposta que vocês teriam pra nós? *(Domingos da Silva Santos, Praia Alta)*.

É triste a natureza perder a beleza de sua paisagem. Aonde tudo se vai, gente? Só vem a fome ficar.

Gente, que coisa linda, não é? Sou uma quilombola. Sou de uma localidade do município de Mocajuba, território Baião. Estou aqui pra dizer pra vocês, uma coisa, uma pergunta. Eu quero cantar pra vocês que as nossas dores é muito grande e a gente consegue aliviar cantando. Eu quero perguntar pra vocês: onde foi consultado a OIT dentro da comunidade quilombola do município de Baião, a convenção 169? Onde foi que consultaram? E a Fundação Palmares está em Brasília, pessoal, a gente chama esse pessoal pra discutir, mas não discute. E vou dizer uma coisa aqui, como falava o presidente da colônia de pescadores aqui de Baião. Alguém presente na discussão lhe disse:- ‘O que estão discutindo? Nós estamos é querendo pegar dinheiro do Seguro Defeso’. Estamos discutindo o que vai acontecer? Não.

[Canta]

*Já estou preocupado olhando o passado,
a raiz do futuro.*

*Vejo que a natureza fonte de beleza
e do nosso orgulho*

*está sendo atacado por grandes queimadas, projetos,
barragem.*

É triste a natureza, perder a beleza de sua paisagem.

Aonde está nosso peixe que morava no mar?

Onde está o açaí, cantinho bom do Pará?

Já não tem mais areia, não dá mais pra ficar.

Aonde tudo se vai, gente?

Só vem a fome ficar.

Então, as comunidades quilombolas estão exigindo isso, gente, a convenção 169, vamos consultar realmente. Se eu disser que o pessoal vieram de lá visitar Icatu, eu tô contando mentira aqui, eles vieram falar só com o presidente e o presidente chegou e falou: ‘- Olha, pessoal, nós vamos ter um problema, vai ser cavado uma grande estrada no rio’. Tem que falar português, porque tem coisa que se não vão entender e aí, eu comecei a falar e pra falar, mas quando que o pessoal me entende o que é. Desde já agradeço e gostaria exigir essa pergunta: a Convenção 169 é do Brasil, não é do Pará, se foi consultada nessas comunidades?” (Maria José Brito de Souza, quilombola, Mocajuba).

Sou professora na Escola Municipal de Ensino Fundamental, na escola polo de Joana Peres, na RESEX Ipaú-Anilzinho. Eu gostei da pronúncia que você fez logo na introdução que sem impactos não havia necessidade de licença, né? Isso é bem claro. Então, em nome desse progresso. A gente sabe que o capitalismo, ele tem desestruturado a vida de muita gente.

Às vezes, vocês ficam perguntando: poxa, essas pessoas falam tanto em peixe, né? Tanto peixe!. É como vocês falam pra lá do feijão e também do arroz. Vocês vêm o fracasso como é, os que já saíram daqui vão dizer assim: - eles vão fazer mesmo assim sem o nosso consentimento! (*Deusete*, RESEX Ipaú-Anilzinho).

Eu quero dizer, gente, que nós vamos sim ter impacto na nossa pesca.

Meu nome é *Dionésio Macieira Rocha*, tenho formação de professor também, sou pescador, sou quilombola, sou extrativista, e sou da RESEX Ipaú-Anilzinho. Eu ouvi falar tanto em compensação que fiquei meio atordoado. Pra onde vai esse tanto de compensação? Como não vai atingir as praias? Como não vai ser removido as praias, se nem todo o Tocantins tem sempre essa proporção? E pra onde que vai todo esse recurso que pra nós enquanto RESEX não chega nada pro povo, como a população vai ver se for extrativista, se for quilombola. Não aparece de benefício nada pra gente. Quando vocês viram aí o que vai ser gerado de emprego, são sessenta e poucas vagas pra 40 e pouco mil habitantes, será que vai ser compensado quem com tudo isso? O que nós vamos ter de benefício com toda essa proporção que vai ser feita? E aí, eu queria saber também o quanto de recurso o governo fica. Eu acho que agora com a drenagem, com essa dragagem que vai ser feita, eu acho que a gente vai conseguir entrar de pé e o peixe que lá tinha não existe mais vasto e com a dragagem não vai existir de jeito nenhum e aí: nós vamos ser compensados como?

O local da colocação aí já foi falado, a questão do rejeito tirado. Primeiro, a informação que eu tenho é que ele é jogado pra parte funda porque os deslocamentos são poucos, principalmente, na nossa área. Nós vimos aqui no gráfico a importância da hidrovía pra esse recurso, o quanto isso ia gerar. É a mesma coisa que a gente vimos na época da barragem. Pra luz teve o movimento, acabou a barragem, nós tivemos o impacto ambiental que até hoje não foi superado. Nem que a gente não queira colocar a ELETRONORTE, a barragem no meio disso. Nós temos uma eclusa e com certeza a ELETRONORTE vai cobrar a passagem lá da barça. Em relação com o pescado, quando ela diz que vamos fazer o estudo, pra nós não precisa mais de estudo. (*Pedro Leite*)

Disseram pra nós que não ia atingir, que não ia criar impacto ambiental, nem social, nem nada.

Boa noite! É o seguinte, eu estava pra não vir mais aqui porque, desculpe a mesa. A metodologia que foi usada, eu não esperava que fosse assim, esperava que, apesar do jeito de vocês, viessem prontos pra fazer tudo, da forma que vocês planejaram e aí, nós era só pra ouvir. Concordar ou não, porque eu não concordo, porque aqui diz e eu quero saber quem foi em nossas comunidades e diz que foi feito um estudo lá nas nossas comunidades. Primeiro erro, só a nossa comunidade, só o nosso território são doze comunidades quilombolas, só a nossa na que eu sou presidente hoje, pegando da Baixinha até chegar no Campelo. Acompanhado com nós tem outro território quilombola que é do Bailique que é mais cinco

comunidades. Sai do Bailique, entra no Umarizal que é mais cinco comunidades desses companheiros aqui, isso tudo quilombola. Tudo na margem esquerda do rio Tocantins do outro lado do rio onde a gente fica lá. Então, já está o erro por aí, se fizeram em cinco territórios, em cinco comunidades e as outras? Outro erro e mesmo assim, a metodologia foi fazer a entrevista com uma pessoa. Agora veja a comunidade nossa na Araquembaua é de 200 famílias. E aí, pergunto hoje, vai lá pra saber se eles sabem o que é isso. Outra, a minha fala é pra entoar o IBAMA, os outros que estão aqui, o DNIT e olha que nós moramos na margem da BR422 que pega território quilombola todinho, da margem da BR até o Tocantins. O nosso território compreende toda aquela região ali. Aí, está lá, hoje, a remanescência, o projeto que foi implantado lá em Tucuruí. Fecharam o rio. Colocaram a comporta lá no rio. Disseram pra nós que não ia atingir, que não ia criar impacto ambiental, nem social, nem nada. Nós já dizia que ia criar com toda a certeza, está aí o resultado com todos que me antecederam. Os lagos de Baião eram oitenta lagos. Eu preciso falar porque vocês falam mais do que nós (responde à interrupção do limite de tempo). Baião era oitenta lagos que tinha, era o berçário daqui dos peixes de Mocajuba, de Cametá, do pescado da região tocantina. Hoje, o lago foi se embora e daí, eu faço uma pergunta:

Escavar o rio, o que vai ficar?

Quantos igarapés nós temos?

Quantos rios nós temos do lado de lá e do lado daqui, vai cavar na passagem do rio?

O que vai acontecer com esses rios nossos?

Isso é pergunta que vocês precisam responder e eu sei o que vocês vão responder como vocês puder, vai dizer que não vai causar impacto. Eu quero chamar atenção para os companheiros de Baião, aqui falou o prefeito, o presidente da Câmara. Ou vocês ouvem nós, ou não pensa que vai porque nós não vamos deixar, porque aqui foi dito o seguinte aí pela companheira que acabou de sair, de Icatu, se é só pra fazer audiência.



O cronometro provocou indignação daqueles para quem teve controlado o tempo de fala. Audiência com dezenas de participantes teve atraso para iniciar

Eu queria fazer questão de pegar as assinaturas e não deixar eles levarem porque só pegaram as nossas assinaturas pra dizer que teve transparência e eu não aceito isso. (*Eubilde da Glória Torres, Associação Quilombola Vila de Igarapé Preto*).

E quando vocês falam que a ELETRONORTE não tem nada a ver, tem, porque a partir da barragem que começa esse segundo projeto, esse macro-projeto.

E quando, vocês falam que a ELETRONORTE não tem nada a ver tem, porque a partir da barragem que começa esse segundo projeto, esse macroprojeto. Primeiro a barragem que fechou nosso rio, que deixou só os problemas pra nós. Depois as eclusas que aí já vem o DNIT fazer porque a ELETRONORTE é uma empresa do governo federal. Nós estamos falando de governo federal, é tudo governo federal, gente. Então, esse aqui é só extensão, é continuação desse projeto. *(Rodineli de Leal)*.

VIDAS, NOMES, REGISTROS, REIVINDICANTES

Evandro do Nascimento dos Santos, Edilene Gomes, Raimundo Nonato Alves, Jovina Meirelles Barroso, Teresa Aires da Silva, Sidney José Vaz Rodrigues, Carlos Augusto de Oliveira, Marlene de Sousa, Ademir de Oliveira, Gracilene Alves de Souza, Maria das Graças Carvalho de Araújo, José Andrade da Costa, Maria Luísa Sousa Pontes, Maria Osmarina de Oliveira, Eivaldo Nascimento dos Santos, Maria da Misericórdia de Lima, Carmerindo Santana dos Santos, Adenilza Oliveira do Nascimento, Silvio Medeiros Pimenta, João Nunes Rodrigues, José Cupertino Ferreira, Dulcirene Cardoso da Silva, Erinelma do M. dos Santos, Carlos Lopes Gomes, Maria de Fátima Colares, Manoel Venâncio Alves, Gorgecom Alves Silva, Elvira do Nascimento, Maria das Mercês Magalhães, Marco Antônio Simões Gonçalves, Sidnei Lima, Elias Soares Lima, Claudivan Estremano da Cruz, Maria Salomé Garcia da Paz, Inácio O. da Silva, Leonor Lopes Maia, Pedro Araújo Pimentel, Waldener Dierres Cruz, Agripina de Sousa Brito, Maria Letícia Barbosa Sousa, Maria Raimunda da C. Dias, Emília Portilho Rodrigues, Maria Eliete Fernandes Dias, Maria Raimunda Pinto Barradas, Francisco Braga, Everaldo de Souza Brilhante, Aérzio Rodrigues de Sousa, José Nerino Alves Franco, Naídes Alves Sacramento, Maria Correa da Cruz Ozemos, Domingos Campos dos Santos, Bento Serrão, Raimundo Campelo de Sousa, Manoel Monteiro da Silva, João Domingos Bugarí, Iraídes Silva Barbosa, Maria de Jesus Vieira da Silva, João Costa da Silva, Juvenal Ribeiro dos Santos, José Alves Ferreira, Antônio B. dos Santos, Pedro Carvalho Silva, Aucilene S. P. F., Francisca Andrade, Maria da Misericórdia de Lima, Luiza Barbosa Nascimento, Maria Júlia Pereira dos Santos, Odela Carvalho da Silva, Maria Oneida Mendes da Silva, Félix Alves Ferraz, Pedro Caldas da Luz Filho, Jeremias Soares da Luz, João Evangelista Nunes, Antônio Brilhante Filho, Rute Santos da Silva, Pedro Pereira da Silva, Maria de Fátima M. R. da Silva, Regina de Fátima de Sá, Maria José Sá, Edio Gonçalves, José Francisco da Silva, Maria Pires dos Santos, Eliete Soares da Silva, Roberval C. Quixabeirão, Armilton Pereira Soares, Francisco Vale de Araújo, Diucélio de Freitas, Josué Soares Oliveira, Helena Barbosa Gonçalves, Ledilene B. Gonçalves, Cecília Alves Santos, Elzilene de Sousa Alves, João Neves dos Santos, Maria Anircleina dos Santos, José Maria Marcol, Raimundo Francisco de Sousa, Paulo Luís F. Amaral, Franciclau Pereira Rodrigues, Antônio Rodrigues Araújo, Ester Ribeiro Ramos, Maria de Nazaré Mendes Pimentel, João Costa Pimentel, Zeneide Mendes dos Reis, Maria Salomé Garcia da Paz, Valdemiro O. Bernal, Maria G. da Silva, Deuzarina Araújo de Oliveira,

José Maria Corrêa Leite, Edilelzani Ferreira, Cláudia Lima, Dulcimar Andrade Silva, Aristides Borges dos Santos, José da Conceição, Edvania Maria M. G., Maria das Virgens dos Santos, Nora Simone Silva dos Santos, Cormesinda Santana dos Santos, Antônio Fernandes Dias, Ercilia Soares Noletto, Antônio Pereira Silva, Marcelino Alves Feitosa, Divaldo Rodrigues de Souza, Valdomir Pereira Medina, Maria Madalena de Almeida Rodrigues, Luiza Martins Rodrigues, Francisco de Sousa Brilhante, João Batista da Silva, Joana de Sousa Alves, Francelina da Cruz Correia, Maria Oneide Mendes da Silva, Maria das Graças Carvalho de Araújo, Maria Osmarina C. de Oliveira, Sílvio Medeiros Pimenta, Rosilere Martins do Carmo, Valdina Medeiros Pimenta, João Nunes Rodrigues, Ilson da Silva de Oliveira, Ivonete da Silva de Oliveira, Irene Alves Rodrigues, Arnaldo de Carvalho Mota, Jório Carvalho de Araújo, Maria Salomé Garcia da Paz, Maria do Rosário Barbosa, Maria de Fátima Barbosa, Antônio Fernandes Dias, Luiza Barbosa Nascimento, Josimar Gomes da Silva, Liduina Machado Viana, Adelaide Pantoja Nere, Ivanilza Pantoja Neves, Salvador Xavier, Maria do Carmo Correia da Cruz, Domingos Nery Correia, João da Cunha Brilhante, Bernadino Correia, João Maria de Lima Mendes, Elias Gomes, Eliseu do Espírito S. Melo, Maria da Luz Silva Marques, Maria Nazaré de Correia da Silva, Louro da Cunha Ramos, Nilton da Silva de Oliveira, Alcino Mendes Rodrigues, Francisco Sales Bispo Filho, Pedro da Cruz da Silva, Manoel Pereira Silva, Vilani Correia Portela, Josicléia Fernandes Lima, Adélio Gomes da Silva, Joana Santos da Silva, Maria do Socorro M. de Lima, Jairo Gomes Nascimento, Maria do Espírito Santo de Souza, Maria Luiza de Souza Lopes, Carlos Alberto Gomes Pereira, Raimundo de Souza, José Curcino R. Xavier, Zonilde Ribeiro de Souza, José Oliveira de Souza, Rozária de Fátima Silva, Domingos de Souza, Maria Mendes da Silva, Maria Adriana de Souza Barbosa, Gilciléia Gomes Mascena, Maria Rodrigues da Silva, Francisco da Chagas Silva, Dociléa Valério Araújo, Maria Rosa da Oliveira, Odziza Maria da Silva, Haroldo da Mata Lima, Simão Gomes da Silva, Maria Vieira Souza, Agelina Lima, Gutenberg Alves Souza, Ricardo Souza da Silva, Rosimar Silva da Silva, Manoel de Deus Gomes da Silva, Maria Raimunda de Souza da Silva, José Marcelino da Silva, Maria Salvelinda Santos Souza, Dolger Pedro Petri, Jesser Santos de Oliveira, Simão Gomes da Silva, Otacila Saraiva Carneiro, Sandra Maria da Costa Silva, Araújo Raimundo Ferreira Lima, Nilva Onir de Sousa, Divina Batista Cerqueira Souza, Abimael dos Santos Silva, Marinho Gomes dos Santos, Terezinha de Jesus O. Marinho, Paula Lima de Souza, Jocinei Costa, Maria Luz Souza Lopes, Raimunda Rosa Morais, Maria Araújo, Adelson Veiga Viana, Antônio Carlos da Cruz, Esmael Rodrigues Siqueira.

Boa tarde! Marinho Gomes dos Santos, Itupiranga, Pará. Repito a data que cheguei a Itupiranga e Marabá, novembro de 56, eu resido nesse município, fui criado nele. Hoje, eu vejo este sonho dos prefeitos, das autoridades, dizendo que vem a maior riqueza do desenvolvimento de Itupiranga, eu ainda não enxerguei na minha vista em nenhum claro. Só o que eu vejo é uma destruição igual essa barragem. Eu não sei o futuro que ela nos trouxe, porque é só o elemento, não tem condições de pagar pra se iluminar em casa porque as carestia é dupla. Eu vejo, mesmo esse menino, o meu irmão, paga 250 reais uma energia. Então, eu caço assim um benefício que essa barragem nos trouxe e, até agora, eu só vi derrota que acabou com nossas raízes. As raízes que se fala é quando tem olho, quando acabou as raízes, os olho morreu. Então, trata-se de prejuízo. Eu não vejo esse desenvolvimento de derrocagem do Lourenção, o que eu vejo é prejuízo igual como eu falei foi o mundo de prejuízo com o peixe, com o rio quando se fechou a barragem em 85.

Então, se nós queremos isso, nós estamos apelando pelos nossos direitos porque nós foi derrotado por essa ELETRONORTE que fez isso com nós. Eram sete municípios e ficou em seis. Então nós queremos tomar providência, queremos justiça pra nós receber. O caso de um é de todos isso aqui, porque nós somos da primeira etapa de desapropriados.

Juvenal Ribeiro dos Santos

Então, nós vamos entrar com uma ação cobrando da Eletronorte uma ação indenizatória que ela nunca pagou vocês. Nós estaríamos mentindo, né. Pra todo mundo ela pagou uma coisinha, mas ela pagou. Agora o bom ela não pagou, que é o extrativismo e a terra, ela não pagou. Então, a ação que nós vamos entrar é uma ação por danos, ação indenizatória por dano de reparação, que é para reabrir o processo, e buscar dentro do processo coisas que ela botou e não pagou, por exemplo: o extrativismo tá lá.

Então, a partir do momento que vão derrocar o Lourenção, eles vão derrocar isso com dinamite. O residuo do chumbo, o residuo da rocha sai uma lâmina que se botar a mão na água vê aquilo brilhar na sua mão. Então, nós vamos ter um problema de saúde pública muito grande.

Esmael Rodrigues Siqueira

Você é uma formiguinha. Nós somos um elefante. O que uma formiguinha vai fazer com um elefante? Ali, naquela palavra eu não podia responder porque na minha observação que eu observava, que a ELETRONORTE tinha condições, dinheiro. Eu não tinha, exatamente, como uma formiguinha, ele achava que não tinha força, que não podia fazer nada, mas ali era só comigo mesmo, narrando na cabeça, onde eu queria chegar, um dia quebra a lei, tudo que a ELETRONORTE na justiça e como eu cheguei de fazer isso, mas ali eu fui humilhado e toda vida sofrendo. Ali era só comigo mesmo. Porque ali eu não tinha a ideia de como responder.

A lei dos meus direitos não é o que a lei tem. Se me deu direito eu vou lutar pra conseguir, a lei já está feita, está no papel.

Hõpyre Ronore Jopikti Payaré

Meu nome é Edileuza Oliveira Ferreira. Eu sou desapropriada daqui. Sou órfã de pai e mãe e meu pai nunca recebeu a indenização de nenhuma vez. Sou moradora do Remansão do Centro. Meu pai saiu para cá para Tucuruí para se tratar. A gente sabe que nós tinha direito à indenização. É o processo dele, mas ele não recebeu. Meu pai, nessa época, eles tinham ido fazer essa vistoria, foram fazer a vistoria e o meu pai estava doente. Ai disseram que o meu pai não tinha direito, só estava nós menor quando ele saiu pra cá pra Tucuruí pra se tratar. Meu pai saiu de lá sem direito de nada. Tem o processo dele, mas ele não recebeu. A terra era de 50 alqueires. Tinha uma chácara, tinha de tudo, fruta, laranja, goiaba, caju, abacate, pimental, tudo a gente tinha lá, um alqueire só de mandioca a gente tinha nessa terra nossa lá. Até hoje nunca recebi, sabe? Meu pai morreu e nunca recebeu. Ai, ficou pra nós resolver. E com fé em Deus vai conseguir.

Realização:

APPATUR
Associação dos Pescadores,
Pescadoras e Agricultores
da Tatuária e Região

Apoio:



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGCSPA

Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais
e Políticas de Anistória



EBTOR-UEMA

PNCSA
Projeto Nova Cartografia
Social da Anistória



Climate and
Land Use Alliance



Antropologia UFRJ



ICSA



FACECON



UNIFESSPA



LERASSP
Laboratório de Estudos
Regionais e Agrários
do Sudeste do Pará